

69

MAIO 2024 – AGOSTO 2024

Revista da Sociedade  
Brasileira de Economia Política

[www.revistasep.org.br](http://www.revistasep.org.br)

## CONSELHO EDITORIAL INTERNACIONAL

**ALAN FREEMAN** LONDON METROPOLITAN UNIVERSITY

**ALEJANDRO VALLE BAEZA** UNAM

**ARTURO HUERTA** UNAM

**FABIO PETRI** UNIVERSITÀ DI SIENA

**FRANÇOIS CHESNAIS** UNIVERSITÉ DE PARIS XIII (*IN MEMORIAM*)

**FRED MOSELEY** MOUNT HOLYOKE COLLEGE

**LUCIANO VASSAPOLLO** UNIVERSITÀ DI ROMA "LA SAPIENZA"

## CONSELHO EDITORIAL NACIONAL

**ALEJANDRO ARANDIA** UNISINOS

**ANITA KON** PUC-SP

**ANTONIO MARIA DA SILVEIRA** (*IN MEMORIAM*)

**CESARE GIUSEPPE GALVAN** CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO

**ELEUTÉRIO FERNANDO DA SILVA PRADO** USP

**FRANCISCO DE ASSIS COSTA** UFPA

**GUIDO MANTEGA** FGV-SP

**JOÃO ANTÔNIO DE PAULA** UFMG

**JOSÉ CARLOS DE SOUZA BRAGA** UNICAMP

**LEDA MARIA PAULANI** USP

**LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO** UNICAMP

**MARIA DE LOURDES ROLLEMBERG MOLLO** UNB

**MARIO DUAYER** UFF (*IN MEMORIAM*)

**NIEMEYER ALMEIDA FILHO** UFU

**PAULO NAKATANI** UFES

**PAUL SINGER** USP (*IN MEMORIAM*)

**PEDRO CÉSAR DUTRA FONSECA** UFRGS

**REINALDO CARCANHOLO** UFES (*IN MEMORIAM*)

**ROSA MARIA MARQUES** PUC-SP

**THEOTÔNIO DOS SANTOS** UFF (*IN MEMORIAM*)

**PAUL SINGER** (USP) PRESIDENTE DE HONRA (*IN MEMORIAM*)  
**MARISA SILVA AMARAL** (UFU) PRESIDENTE  
**GILIAD DE SOUZA SILVA** (UNIFESSPA) VICE-PRESIDENTE

**DIRETORIA**

**Bianca Aires Imbiriba Di Maio Bonente** UFF  
**Ellen Lucy Tristão** UFVJM  
**Fábio Antonio de Campos** UNICAMP  
**Leda Maria Paulani** USP  
**Lucas Milanez de Lima Almeida** UFPB  
**Maurício de Souza Sabadini** UFES  
**Pedro Henrique Evangelista Duarte** UFG

**COMITÊ EDITORIAL**

**EDITORES**

**Leda Maria Paulani** USP (EDITORA-CHEFE)  
**Carla Curty** UFRJ  
**Janaína Elisa Patti de Faria** UFVJM  
**Jaime Ernesto Winter Hugues León** UFRJ

**ENDEREÇO PARA  
CORRESPONDÊNCIA**

**Faculdade de Economia  
Universidade Federal Fluminense  
Campus do Gragoatá - Bloco F - Sala 519  
Niterói, RJ  
CEP 24240-225  
[www.sep.org.br](http://www.sep.org.br) – [sep@sep.org.br](mailto:sep@sep.org.br)  
[www.revistasep.org.br](http://www.revistasep.org.br)**

**REVISÃO**

Airton Paschoa

**EDITORAÇÃO  
ELETRÔNICA**

Francine Sakata e Mayra Mello – **NK&F Arquitetos Associados 2024**  
[nkfarquitetura@nkfarquitetura.com.br](mailto:nkfarquitetura@nkfarquitetura.com.br)

Ilustração da capa por Alessandro Sbampato

Composto nos tipos Isidora por Laura Lotufo e Gill Sans por Eric Gill

NÚMERO 69

MAI 2024 – AGO 2024

# REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA

7 **Apresentação**

## ARTIGOS

13 **Estruturalismo Latino-americano, Teoria do Desenvolvimento e a Tradição da Economia Política Clássica**

Carlos Pinkusfeld Bastos e Bruno Rodrigues Pereira

48 **Considerações Metodológicas sobre a Dialética da Dependência de Ruy Mauro Marini**

Gabriel Oliveira de Carvalho Senra e Aline Marcondes Miglioli

72 **Estado Dependente, Superexploração da Força de Trabalho e Sobredominação Política**

Davisson C. Cangussu de Souza, João Guilherme Álvares de Farias, Alex Viana Ramos Monte e Renata Falavina C. de Oliveira

106 **Pensar o Emprego Doméstico no Brasil a partir da Economia Feminista e do Feminismo Decolonial**

Yasmin Mussalem Haddad e Margarita Olivera

132 **A Tese da Estagnação Secular e a Tendência Decrescente da Taxa de Lucro: Uma Comparação entre a Abordagem Ortodoxa e a Marxista**

Lucas Figueira Mesquita Ribeiro e Rodrigo Delpupo Monfardini

## **RESENHAS**

- 161 **Cuba and the Economic Policies of Peripheral Socialism: Recent Reforms in a Historical Perspective**  
Aline Marcondes Miglioli
- 168 **The People's Republic of Walmart: How the World's Biggest Corporations are Laying the Foundation for Socialism**  
Tarik Dias Hamdan, Fernando López Rangel e Rodrigo Braga Gastaldo
- 174 **O Terceiro Excluído: Contribuição para uma Antropologia Dialética**  
Leda Maria Paulani

## **TEXTOS ESPECIAIS**

- 196 **Tributo a Conceição Tavares**  
Comitê Editorial
- 200 **Carta de Marabá**

- 205 **NORMAS PARA PUBLICAÇÃO**

## APRESENTAÇÃO

No momento em que escrevemos a apresentação deste número 69 da *Revista da SEP*, o Brasil está, há cerca de um mês, sem sua maior economista, Maria da Conceição Tavares. Portuguesa de nascimento e brasileira de coração, Conceição foi referência desde sempre, pelos muitos artigos e livros que escreveu e rapidamente se tornaram clássicos. Capacidade teórica prodigiosa, espírito brilhante e explosivo, sempre inconformada com as injustiças sociais, a grande mestra foi uma lutadora infatigável por um Brasil melhor, mais generoso e mais justo. Quando de seu falecimento, em 8 de junho passado, a Sociedade Brasileira de Economia Política publicou em seu *site* uma nota de pesar, que, ligeiramente alterada e um tanto estendida, vai aqui reproduzida, como preito de gratidão por tudo que nos ensinou esta figura incomparável.

Conceição Tavares foi personagem de indiscutível relevo na *economia política do Brasil e da América Latina*, entendida a dupla expressão em escopo amplo, a saber, toda análise da situação econômica, de seus condicionantes e perspectivas, que tenha por pressuposto que é de economia capitalista que se trata. As contribuições teóricas mais relevantes para a interpretação e compreensão das especificidades do desenvolvimento em nosso continente vieram dessa visão. O presente número constitui clara evidência de tal importância, com a presença direta dessa tradição intelectual em pelo menos três artigos.

No primeiro, Carlos Pinkusfeld e Bruno Pereira demonstram a superioridade da abordagem estruturalista latino-americana em face não só da

tradição neoclássica-marginalista, mas também da própria teoria do desenvolvimento, consideradas suas conexões com a economia política clássica. Discutindo as questões relativas à inflação e ao processo de acumulação, os autores apontam que o estruturalismo, assentado por princípio no par dicotômico centro-periferia, produz uma compreensão muito mais profunda não só sobre a natureza do subdesenvolvimento, como também acerca do processo de desenvolvimento enquanto tal. Indicam igualmente que esse aporte pode ser atualizado a partir dos desdobramentos recentes da heterodoxia econômica.

O segundo e o terceiro artigo recolocam em pauta a Teoria Marxista da Dependência (TMD), outra das fecundas vertentes intelectuais geradas pela economia política latino-americana. A fim de enfatizar a importância e a atualidade da contribuição seminal de Ruy Mauro Marini, dois autores, Gabriel Senra e Aline Miglioli, buscam trabalhar, na *Dialética da Dependência*, elementos presentes na crítica efetuada por Augustín Cueva, elementos esses que, segundo eles, ainda não teriam merecido a atenção necessária por parte da recuperação recente da TMD. Já Davisson Cangussu de Souza e seus três coautores visam estudar as determinações da *dependência política* nas formações dependentes, pouco trabalhada, segundo eles, pelas pesquisas atuais em torno da TMD. Ao binômio transferência de *valor-superexploração da força de trabalho*, assinalam, corresponderia, no plano das relações políticas, o binômio *subsoberania-sobredominação*.

No que tange à questão da dependência das economias periféricas em relação ao centro do sistema capitalista, o presente número traz a resenha de Aline Miglioli sobre livro de Víctor Schincariol e Joana Salém Vasconcelos a respeito da economia cubana, publicado ano passado em Londres, *Cuba and the Economic Policies of Peripheral Socialism: Recent Reforms in a Historical Perspective*. Segundo a resenhista, a obra investiga a economia cubana pós-revolucionária, com foco nas reformas implementadas pelo governo de Raúl Castro após 2008, as quais tentaram mitigar alguns dos problemas enfrentados pela economia da ilha, sem comprometer os princípios



revolucionários do socialismo. Miglioli chama a atenção para a adoção pelos autores do termo *socialismo periférico*, indicando (como comprovado por meticulosa análise de indicadores macroeconômicos presente no livro) a persistência, mesmo aí, da relação de dependência.

Mesmo não estando diretamente ligadas àquilo que chamamos aqui de economia política da América Latina e do Brasil, as interpretações decoloniais têm como ponto de partida a crítica a uma suposta universalidade da cultura e da epistemologia eurocêntricas, que estariam na base do imperialismo ocidental, ideia que não é estranha (antes o contrário) às perspectivas que enxergam, *intramuros* do sistema global capitalista, relações de dependência entre regiões/países centrais e regiões/países periféricos. Yasmin Haddad e Margarita Olivera mobilizam a decolonialidade para pensar o emprego doméstico neste país periférico, alertando que, para compreender aqui, em sua completude, esse tipo de emprego, convém ir além das considerações que a abordagem da economia feminista, a despeito de sua pertinência, é capaz de trazer, necessário que é agregar-lhe a perspectiva histórica, com as heranças coloniais e escravistas que moldam nosso presente.

A questão da precariedade normalmente associada ao emprego doméstico, dado o legado histórico que carrega num país como o Brasil, torna-se ainda mais complexa quando a inserimos no contexto maior do nível e qualidade dos empregos que o capitalismo atual é capaz de oferecer. Como já acusaram teóricos do calibre de um François Chesnais, o processo de acumulação instaura, desde os anos 1980, um regime de baixo crescimento, com condições de emprego e trabalho que pioram a cada dia em praticamente todo o globo. Por trás deste cenário sombrio, desponta o debate teórico acerca da tendência, inerente ao capitalismo, de uma estagnação secular. Lucas Ribeiro e Rodrigo Monfardini discutem essa questão contrapondo, de um lado, a abordagem ortodoxa, através do trabalho de Lawrence Summers, que argumenta que a estagnação secular nos países industriais é decorrência de uma taxa real de juros de equilíbrio negativa no pleno emprego, e, de outro, a abordagem marxista, tal como

efetivada no trabalho de Eleutério Prado, para quem a estagnação secular nos países industriais seria decorrência da lei tendencial da queda da taxa de lucro, descoberta por Marx. Para os autores, além da superioridade da segunda interpretação, a mera preocupação com a questão por parte da ortodoxia evidenciaria o reconhecimento de um problema apontado já há muito tempo pela teoria marxista.

A despeito de não ser o objeto direto do livro, a teoria marxista e seu conceito basilar de modo de produção surgem guarnecidos de novas questões, de acordo com a resenha que faz Leda Paulani de livro de Fernando Haddad publicado em 2022. Em *O Terceiro Excluído: Contribuição para uma Antropologia Dialética*, Haddad mira a emancipação humana e defende a necessidade de dialetizar a antropologia e, simultaneamente, antropologizar o materialismo. Metateoricamente, seu projeto é contribuir para o resgate das humanidades, que estariam se deixando biologizar ao expulsarem a contradição de seu repertório. Não obstante reconhecer o caráter disruptivo do capital, que produz uma economia “de pernas para o ar”, para Haddad é no embate entre diferentes culturas, mais do que na relação homem/natureza, que encontraríamos o lugar adequado para situar a contradição, sendo a economia apenas uma de suas expressões. Tal posicionamento impõe questionamentos ao conceito de modo de produção, que tem em sua base, como sabemos, a infraestrutura da produção material e a contradição entre relações de produção e forças produtivas.

Segundo Haddad, dimensão simbólica e temporalidade histórica implicam contradição. O livro resenhado por Tarik Hamdan e seus dois coautores, *The People's Republic of Walmart: How the World's Biggest Corporations Are Laying the Foundation for Socialism*, de Leigh Phillips e Michal Rozworski, parece trazer evidências da verdade dessa afirmação. De acordo com a resenha, publicada neste número, o livro, emblemático do comprometimento de seus autores com a análise marxista da economia política, constitui um esforço interdisciplinar no intuito de examinar criticamente o capitalismo e propor alternativas afinadas com o socialismo democrático.

Para os resenhistas, Phillips e Rozworski sublinham como a dicotomia mercado x Estado (ou capitalismo x socialismo, ou ainda, poderíamos dizer, anarquia x planejamento) não dá conta da realidade das últimas décadas. Conforme a resenha, depois de investigar o importante papel do planejamento nas grandes corporações capitalistas, bem como o fracasso de experiências como a soviética e a iugoslava, esses autores trazem à cena o socialismo democraticamente eleito e com forte participação popular do Chile de Salvador Allende, — para eles uma possível alternativa revolucionária pouco estudada, a par de precoce e brutalmente interrompida.

Descortinar alternativas ao atual modo de vida, cada vez mais comandado pelo capital e pela forma mercadoria do qual se origina, emerge como necessidade imperiosa, sob pena de comprometer decisivamente o futuro do planeta. O XXIX Encontro Nacional de Economia Política, ocorrido entre 11 e 14 de junho do corrente ano, em Marabá (PA), nas dependências da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), trouxe por tema central “O capital na berlinda: emergência climática e o lugar da Pan-Amazônia para o futuro da humanidade”. A Carta de Marabá, aprovada pela assembleia geral da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP) ocorrida em 13 de junho, e reproduzida no presente número de sua revista, reafirma a importância crescente, neste momento decisivo da humanidade, da missão da SEP enquanto sociedade científica, qual seja, o de garantir o espaço de reflexão crítica imprescindível à compreensão correta dos impasses hoje vividos. Isso implica congregação da produção de saber científico no campo das ciências sociais, sem prescindir do diálogo direto com os povos imediatamente afetados pelas tragédias climáticas, incluindo-se aí mormente os povos originários, que em suas lutas sociais aportam saberes específicos cuja relevância deve ser reconhecida na construção das alternativas de futuro.

Em estrita conformidade com a orientação editorial desta publicação, os artigos, resenhas e documentos especiais aqui apresentados expressam, em seu conjunto, oposição teórica às correntes ortodoxas, liberais e neoliberais

e mantêm atitude crítica em relação ao sistema capitalista. Considerando que dito sistema coloca hoje em risco a própria humanidade, este número da *Revista da SEP* espera contribuir para o aprofundamento da reflexão e do pensamento crítico, atualmente questão de sobrevivência. Boa leitura!

Comitê Editorial

CARLOS PINKUSFELD BASTOS

BRUNO RODRIGUES PEREIRA

## ESTRUTURALISMO LATINO-AMERICANO, TEORIA DO DESENVOLVIMENTO E A TRADIÇÃO DA ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA

Recebido em 21/03/2024

Aprovado em 13/05/2024

DOI: 10.69585/2595-6892.2024.1121

# ESTRUTURALISMO LATINO-AMERICANO, TEORIA DO DESENVOLVIMENTO E A TRADIÇÃO DA ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA

## Resumo

A teoria estruturalista latino-americana está diretamente relacionada à teoria do desenvolvimento, compartilhando com esta alguns elementos teóricos cruciais, como o papel decisivo da heterogeneidade estrutural, distanciando-se da ortodoxia marginalista. A teoria do desenvolvimento, por sua vez, supre o vazio deixado pela distância da abordagem marginalista recorrendo a aspectos teóricos e metodológicos da Economia Política Clássica. Este trabalho visa retratar as conexões entre o estruturalismo latino-americano, a teoria do desenvolvimento e a tradição da economia política clássica, com ênfase em duas principais áreas: as teorias da acumulação e as teorias de inflação. Ao reconstruir esta conexão, mostramos que o estruturalismo latino-americano representa um avanço com relação à Teoria do Desenvolvimento tradicional, mas que esta visão teórica apresenta limitações analíticas que podem ser superadas apelando aos avanços recentes das formulações teóricas heterodoxas e incorporando, em particular, elementos da moderna abordagem do excedente.

**Palavras-chave:** estruturalismo latino-americano; teoria do desenvolvimento; economia política clássica; abordagem do excedente; inflação

## CARLOS PINKUSFELD BASTOS

Professor associado do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ).

Email: [pinkusfeld@gmail.com](mailto:pinkusfeld@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3895-1461>

## BRUNO RODRIGUES PEREIRA

Doutorando do Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE) do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ).

Email: [b.rodrigues.pereira@gmail.com](mailto:b.rodrigues.pereira@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7336-330X>

## **Abstract**

Latin American structuralist theory is directly related to development theory and shares with it some central theoretical elements, such as the crucial role of structural heterogeneity, and distances itself from marginalist orthodoxy. Development theory, in turn, fills the gap created by the distancing from the marginalist approach by drawing on theoretical and methodological aspects of classical political economy. This paper will trace the links between Latin American structuralism, development theory and the tradition of classical political economy, focusing on two main areas: Accumulation Theories and Inflation Theories. By reconstructing this connection, we show that Latin American structuralism represents an advance over traditional development theory, but that its theoretical vision has analytical limitations that can be overcome by drawing on recent advances in heterodox theoretical formulations and by incorporating elements of the modern surplus approach.

**Keywords:** Latin American Structuralism; Development Theory; Classical Political Economy; surplus approach; inflation

## I. Introdução

A ligação entre a teoria do desenvolvimento da década de 1950 e a Economia Política Clássica é bem conhecida. Da necessidade de um salário real/ de subsistência exógeno, tal como definido por Lewis (1954) no seu trabalho seminal, à visão das economias subdesenvolvidas como caracterizadas pela existência persistente de um “desemprego disfarçado”, a teoria do desenvolvimento baseou-se em aspectos teóricos e metodológicos da Economia Política Clássica. Ainda assim, essas opções analíticas, bem como a ideia de que a intervenção pública seria justificada pela existência de falhas de mercado (externalidades pecuniárias), caracterizam a teoria do desenvolvimento, por mais crítica que seja, como uma teoria que se justifica pela existência de imperfeições no funcionamento do mecanismo de mercado, ou uma teoria para uma formação particular, com características específicas, que deve ser tratada como um caso especial de uma economia capitalista supostamente “normal”, segundo a abordagem marginalista. Ademais, essas características particulares e falhas de mercado desapareceriam com o próprio avanço das forças produtivas.

O estruturalismo latino-americano está diretamente relacionado com a teoria do desenvolvimento e partilha com ela alguns dos seus principais elementos teóricos, como o papel crucial da heterogeneidade estrutural. Apesar dessas semelhanças, no entanto, existem peculiaridades no estruturalismo latino-americano, seja em aspectos teóricos ou empíricos específicos ou mesmo em questões de ênfase, como no caso do tratamento da tendência para os termos de troca ou, mais genericamente, da teoria do comércio exterior. É sabido que Sir Hans Singer é um pioneiro na análise da tendência de deterioração dos termos de troca, mas também é verdade que a importância de tal aspecto empírico/teórico, por exemplo no “*Big Push*” de Rosenstein-Rodan e no trabalho de Nurkse, é bastante limitado. Por outro lado, uma tendência estrutural de piora, sendo a restrição externa elemento fundamental para explicar os limites ao desenvolvimento, está no cerne das políticas de industrialização propostas pelo estruturalismo latino-americano.



Dada esta mistura de características, algumas sobrepostas e outras distintas, este artigo busca examinar inicialmente esta ligação “mais estreita” entre o estruturalismo latino-americano, a teoria do desenvolvimento e a economia política clássica. Da abordagem metodológica a alguns aspectos teóricos específicos, pode-se até dizer que esta ligação poderia ser mais próxima do que aquela encontrada na teoria do desenvolvimento.

Contudo, ao discutir esta ligação, surge um segundo ponto que será objeto de análise: buscaremos mostrar, também, até que ponto esta tradição contém elementos que representam um avanço em relação às abordagens então dominantes nas décadas de 1950 e 1960. Adicionalmente busca-se apresentar algumas limitações analíticas do estruturalismo latino-americano que poderiam ser superadas pela incorporação de aspectos teóricos da moderna abordagem do excedente.

Tal abordagem crítica da teoria estruturalista latino-americana abrange duas áreas principais: teorias de acumulação e teorias de inflação. Para dar conta deste conjunto de questões, este artigo está organizado da seguinte forma: após esta introdução, na segunda seção, trataremos dos fundamentos teóricos e metodológicos que conectam a Economia Política Clássica, a teoria do desenvolvimento e a teoria estruturalista na América Latina. Na terceira seção discutiremos a visão estruturalista de acumulação, seus avanços, desenvolvimentos e limitações, sendo o mesmo feito para a teoria da inflação na seção quatro. Uma última seção, com considerações finais e uma sugestão de síntese da tradição estruturalista com as modernas contribuições teóricas heterodoxas, conclui o artigo.

## **2. Economia Política Clássica e estruturalismo: fundamentos teóricos e metodológicos**

O objetivo desta seção é esboçar uma breve fundamentação teórica que ligaria a abordagem do excedente da Economia Política Clássica à

teoria do desenvolvimento do pós-guerra<sup>1</sup> e, finalmente, ao estruturalismo latino-americano. O primeiro passo necessário para isso é caracterizar a chamada Economia Política Clássica.

Primeiramente, caracterizamos a Economia Política Clássica de forma bastante simplificada, como uma escola cujos principais eixos analíticos podem ser encontrados na obra seminal de Willian Petty, no século XVII, nas contribuições de Smith e Ricardo, chegando, finalmente, à obra de Marx. O excedente econômico, a criação no processo produtivo, apropriação e utilização na economia é o elemento teórico unificador ou fio analítico que atravessa a obra de autores que abrange mais de dois séculos.

Esta produção, apropriação e utilização do excedente não ocorre num vácuo, mas refletem condições materiais específicas da sociedade: as condições técnicas de produção, as relações de classe que condicionam a apropriação do excedente e elementos mais gerais, como a situação geoeconômica e geopolítica dos diferentes países e mesmo das instituições vigentes, para as quais a organização do poder público é fundamental.

Todos estes são elementos estruturais de uma formação econômica particular, cuja expressão está condicionada historicamente<sup>2</sup>.

Outro ponto teórico-metodológico diz respeito à natureza da questão central da Economia Política Clássica, que estava relacionada com o processo

---

<sup>1</sup> A abordagem apresentada em Rodríguez (2009) dá maior ênfase aos aspectos metodológicos, o que difere da abordagem adotada neste trabalho. Para essa visão, que não é incompatível, mas contém elementos diferentes daqueles aqui apresentados, ver Rodríguez (2009, p. 40–57). A primeira parte do mesmo livro (p. 61–92), que trata especificamente de aspectos históricos ligados ao surgimento da abordagem estruturalista, é inteiramente compatível com a abordagem aqui adotada.

<sup>2</sup> A maior ou menor “historicidade” na análise da Economia Política Clássica é questionada por Bharadwaj (1986) quando afirma que os autores clássicos anteriores a Marx consideravam “... construções teóricas particulares como ‘verdades eternas’, universalmente aplicáveis a todos os tempos. É em Marx que se obtém um reconhecimento mais claro e explícito de que os conceitos e categorias, em termos dos quais o analista constrói um sistema teórico, são específicos do próprio modo de produção historicamente desenvolvido. Uma conotação desta visão é que o processo de abstração teórica deve ser fundado em observações históricas e deve encontrar a sua justificação em termos do seu poder de compreender e interpretar a experiência histórica” (Bharadwaj, 1986, p. 5, tradução nossa). [No original: “... particular theoretical constructions to be ‘eternal truths’, universally applicable to all times. It is in Marx that one obtains a clearer and more explicit recognition that the concepts and categories in terms of which the analyst builds up a theoretical system are specific to the historically developed mode of production itself. A connotation of this view is that the process of theoretical abstraction must be founded on historical observations and must find its justification in terms of its power to understand and interpret historical experience.”]

de acumulação de capital, ou, se quisermos usar uma expressão mais moderna, com o “desenvolvimento das forças produtivas”. Bharadwaj resume bem este ponto quando define a questão que move os autores desta tradição da seguinte forma: “De que depende o progresso geral da riqueza de uma nação?”<sup>3</sup> (1986, p. 6, tradução nossa).

Como mencionado acima, o caráter nacional e geopolítico de um “projeto” de desenvolvimento econômico já está claro nas obras dos Fisiocratas, os iniciadores da tradição da Economia Política Clássica:

Os trabalhos econômicos de Quesnay foram escritos entre 1756 e 1769, durante o reinado de Luís XV. A França estava cada vez mais atrasada em relação à Inglaterra, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista geopolítico. A derrota para a Inglaterra na Guerra dos Sete Anos foi uma demonstração clara deste declínio. Para Quesnay, a França da época era economicamente subdesenvolvida (especialmente se comparada com a Inglaterra), passando por escassez alimentar endêmica e fomes periódicas ... Quesnay e os fisiocratas estavam preocupados com a questão da boa governança, que permitiria à França recuperar a sua supremacia na Europa a partir de do ponto de vista político, militar ou econômico ... Na sua opinião, a única forma da França competir com o seu poderoso vizinho inglês era, então, aumentar a riqueza do país. Quesnay via a riqueza como resultado da produção, não do comércio. Para ele, o principal objetivo do governo francês deveria ser a implementação de reformas que pudessem aumentar o tamanho do produto excedente da economia<sup>4</sup> (SERRANO; MAZAT, 2016, p. 82, tradução nossa).

---

<sup>3</sup> No original: “On what does the general progress of a nation’s wealth depend?”

<sup>4</sup> No original: “Quesnay’s economic writings were written between 1756 and 1769 during the reign of Louis XV. France was increasingly lagging behind England from both the economic and geopolitical point of view. The defeat against England in the Seven Years War was a clear demonstration of this decline. To Quesnay, France at the time was economically underdeveloped (especially if compared to England), going through endemic food scarcity and periodic famines ... Quesnay and the Physiocrats were concerned with the issue of good governance that would allow France to regain its supremacy in Europe from the political, military, or economic point of view. ... In their view, the only way for France to compete with its powerful English neighbor was, then, to increase the country’s wealth. Quesnay saw wealth as being the result of production, not of trade. For him the main purpose of the French government should be the implementation of reforms that could increase the size of the surplus product of the economy.”

É evidente que a apropriação e utilização de tais excedentes são fundamentais para explicar o processo de progresso material, no qual o investimento em nova capacidade produtiva é uma variável central. Esta questão foi analisada pelos autores clássicos, e especialmente por Ricardo, que explicitou que, dada uma variável distributiva, o salário real, pode-se obter uma outra variável distributiva, os lucros, e os preços relativos. Os lucros, por sua vez, são variáveis centrais no esquema clássico do processo de acumulação de capital.

Neste esquema analítico, a variável distributiva exógena, o “salário de subsistência”, depende de uma complexa rede de determinações sociais em que o poder de barganha dos trabalhadores é fundamental, o que, por sua vez, reflete outras variáveis sociopolíticas, como convenções sobre o nível de vida dos assalariados, a organização da classe trabalhadora, a situação de maior ou menor procura no mercado de trabalho, entre outras.

Como veremos, a ligação teórico-metodológica entre a abordagem clássica do excedente, a teoria do desenvolvimento e, especialmente, o estruturalismo latino-americano<sup>5</sup> é clara, assim como a sua incompatibilidade teórico/factual com a ortodoxia marginalista, que tem sido a corrente principal da ciência econômica desde o final do século XIX.

Tal ruptura é obviamente radical e intransponível<sup>6</sup>. Originalmente, o Marginalismo substituiu a abordagem materialista baseada nas relações concretas e históricas entre classes sociais pelo subjetivismo das preferências individuais e pela interação entre um número infinito de atores atomizados. Enquanto a Economia Política Clássica adota uma abordagem macro

---

<sup>5</sup> Vale ressaltar aqui que existe uma importante cisão entre a abordagem clássica do excedente e o estruturalismo latino-americano no que diz respeito à teoria do comércio exterior, especificamente no que diz respeito ao domínio da teoria das vantagens comparativas ricardianas. Inicialmente, mesmo sem ir muito longe em uma discussão mais profunda, deve-se sempre notar que a versão de Ricardo sobre o comércio exterior, em que o mecanismo de preços se dá através dos movimentos do ouro e da Teoria Quantitativa da Moeda, não pode ser confundida com a abordagem marginalista, na qual a equalização da remuneração dos fatores de produção tem forte implicação em termos de política econômica. Em qualquer caso, deve-se reconhecer que o estruturalismo latino-americano sempre se rebelou explicitamente contra a “ortodoxia ricardiana” (sic) em relação ao comércio exterior, como veremos mais adiante nesta seção.

<sup>6</sup> Para uma apresentação resumida dos fundamentos desta abordagem, ver Garegnani e Petri (1989).

e sistêmica, por assim dizer, o Marginalismo é essencialmente microeconômico nos seus fundamentos, e as conclusões macro resultam de uma “soma” dos comportamentos individuais.

Neste sentido, um dos principais resultados macro desta abordagem, a plena utilização dos fatores de produção, garantida pela ausência de rigidezes que impeçam tal tendência, é diretamente confrontado pela teoria do desenvolvimento, cujo elemento central é a existência de desemprego “disfarçado”, muito enfatizado no estruturalismo latino-americano como resultante da “heterogeneidade estrutural”.

Antecipando um ponto que será mais bem explorado à frente, vale a pena notar que a visão do estruturalismo latino-americano de restrição ao desenvolvimento devido ao comércio exterior está completamente em desacordo com a leitura marginalista, na qual a abertura da economia levaria a uma homogeneização da remuneração dos fatores de produção e a uma eventual convergência condicional entre países.

Em suma, a corrente marginalista dominante a partir do final do século XIX não encontra pontos de contato teórico-metodológicos, e, com isso, menos ainda resultados empíricos com a teoria do desenvolvimento e, em especial, diríamos ainda mais enfaticamente, com o estruturalismo latino-americano.

Não é nosso objetivo empreender uma revisão sistemática da teoria do desenvolvimento<sup>7</sup>, mas apenas apontar que o corpo de conhecimento desta abordagem, ao qual o estruturalismo latino-americano esteve historicamente e teoricamente ligado, abandona, ainda que provisoriamente, pressupostos teóricos marginalistas para retornar ao caráter inerentemente mais complexo, social e historicamente determinado, da Economia Política Clássica no que diz respeito à acumulação de capital.

Este distanciamento de alguns pressupostos marginalistas é encontrado em um conceito-chave do artigo seminal de Lewis (1954), “Desenvolvimento

---

<sup>7</sup> Para um resumo desta teoria, ver Bastos e Britto (2010); e para alguns comentários críticos relevantes, Serrano & Medeiros (2004).

econômico com oferta ilimitada de trabalho”. Lewis reconhece a existência de uma dualidade no mercado de trabalho, que por sua vez reflete diferentes estruturas de produção, com um setor moderno que é capitalizado e outro em que os trabalhadores dos países subdesenvolvidos atuam em atividades que envolvem a utilização de pouco capital. Esta formulação é consistente com o conceito de heterogeneidade estrutural formulado por Aníbal Pinto, que caracteriza o subdesenvolvimento pela existência de um desemprego “disfarçado” e de um salário de subsistência nos setores não capitalizados, seja a agricultura para produção familiar doméstica ou o trabalho informal urbano. A existência de um salário de subsistência que não seja determinado pela oferta e demanda de trabalho no mercado capitalista, com plena utilização do fator capital, é a chave para o retorno analítico a um esquema de distribuição de excedentes que depende de uma variável exógena, no caso o salário, como na teoria clássica.

A esta ruptura importante a teoria do desenvolvimento acrescentou outras “falhas de mercado” que existiriam nas economias subdesenvolvidas sob a forma de “externalidades pecuniárias”. Estas falhas impediriam que tais economias seguissem um processo normal nos termos da ortodoxia marginalista e, em última análise, justificariam as intervenções do setor público, para coordenar/implementar projetos abrangentes no âmbito do crescimento equilibrado de Rosenstein-Rodan (1943) (“*Big Push*”) ou de acordo com o crescimento desequilibrado de Hirschman (1958). Estas intervenções seriam cruciais para alcançar a própria definição mais usual de desenvolvimento econômico: acumulação de capital com mudança estrutural. As economias subdesenvolvidas passariam assim para situações em que há uma mudança no mercado de trabalho, na estrutura produtiva e no comércio exterior com uma diminuição gradual da participação dos setores primários e um aumento dos setores industrial e de serviços<sup>8</sup>.

É importante salientar que a Teoria Clássica do Excedente do século XIX interpreta o processo de acumulação de capital segundo a Lei de Say. Neste

---

<sup>8</sup> Para esta análise, ver Syrquin (1988).

caso, com a oferta de poupança sendo igual ao investimento, uma maior apropriação do excedente pelos capitalistas levaria a uma maior acumulação de capital. A Lei de Say, adotada pelos clássicos, especialmente Ricardo, também está presente na teoria do desenvolvimento da década de 1950 e até mesmo em diversas contribuições dos estruturalistas latino-americanos, como tentaremos explorar mais adiante neste trabalho<sup>9</sup>.

Esta é basicamente a estrutura geral da teoria do desenvolvimento e nesta encontramos muitos pontos de superposição com o estruturalismo latino-americano. No entanto, há uma característica importante que foi adotada a partir das contribuições seminais de Raúl Prebisch e que dá um grau de identidade e originalidade à sua construção narrativa/teórica.

O estruturalismo da Cepal surgiu como uma crítica à falsa generalidade da teoria econômica vigente<sup>10</sup>, que era incapaz de fornecer respostas que correspondessem às realidades latino-americanas das décadas de 1940 e 1950.

O ponto central desta vertente – que foi iniciada com a trilogia de “manifestos” de Prebisch (1949; 1950; 1951) – é a distinção entre economias periféricas e centrais, que se refere à forma como os países foram inseridos na divisão internacional do trabalho, com base em suas diferentes estruturas produtivas.

As regiões periféricas, como mencionado anteriormente, caracterizam-se, em contraste com o centro, por uma estrutura produtiva menos diversificada e especializada em bens primários, com forte heterogeneidade tecnológica e oferta ilimitada de mão de obra com rendimentos próximos do nível de subsistência, bem como uma estrutura institucional desfavorável à acumulação (parte do excedente é desperdiçada, por exemplo, em investimentos improdutivos e consumo supérfluo) (BIELSCHOWSKY & MUSSI, 2006).

---

<sup>9</sup> Para uma discussão sobre este ponto, ver Bastos & Britto (2010) e Bastos & D’Avila (2009).

<sup>10</sup> Em relação à teoria tradicional do desenvolvimento, como mostramos, há muita continuidade, o que é confirmado pelo fato de a hipótese de Prebisch sobre o comércio exterior também ter sido formulada por Sir Hans Singer (1949). Contudo, para alguns autores como Ragnar Nurkse, a questão das limitações impostas à economia pelos desequilíbrios do comércio exterior não assumiu o mesmo papel relevante encontrado nos autores latino-americanos. Para uma revisão desse debate, ver Bastos e Oliveira (2020).

As relações entre a periferia e o centro são estudadas considerando estas características. Dentro de tal referencial analítico, a ideia da deterioração dos termos de troca como fator limitante ao desenvolvimento dos países periféricos ocupa um papel importante.

A conclusão empírica de que o preço dos bens exportados da periferia (bens primários) tende a cair em relação aos bens importados do centro (bens manufaturados) contradiz a visão marginalista da vantagem comparativa, segundo a qual uma maior produtividade da indústria no centro tenderia a baixar o preço dos seus produtos e, assim, a melhorar relativamente o rendimento da periferia. Esta hipótese é confirmada por uma tendência secular que está, no entanto, sujeita a fortes flutuações no médio prazo (OCAMPO e PARRA, 2004).

Entretanto, há outro mecanismo que explica com ainda mais força e generalidade a tendência para o desequilíbrio externo nos países latino-americanos: a diferença nas elasticidades-renda das exportações e das importações. Tal diferencial mostra que os bens primários teriam menor elasticidade-renda que os bens industrializados, ou seja, a demanda dos primeiros cresce a uma velocidade menor que a dos últimos. Em outras palavras: dado que os bens manufaturados importados pelos países subdesenvolvidos têm maior elasticidade-renda do que as exportações (bens primários), haveria uma tendência à deterioração do balanço comercial da periferia, mesmo que tais países não buscassem fazer seu *catch-up*, ou seja, crescessem à mesma taxa do centro. Caso buscassem crescer mais aceleradamente para convergir sua renda com a do centro, a deterioração seria ainda maior. Essa tendência crescente só pode ser superada, inicialmente, pela redução do coeficiente de importação (substituição de importações) e, no médio prazo, se o país periférico conseguir concretizar uma agenda com maior participação de bens manufaturados, aumentando a elasticidade-renda das exportações pela expansão e diversificação destas. Este problema também se agrava, particularmente, em períodos de crescimento acelerado, nos quais a compra de bens de capital importados é muito expressiva.



Frente a esta situação, a solução para o subdesenvolvimento está na industrialização, mas em um processo de industrialização planejado pelo Estado. Para a abordagem estruturalista latino-americana, tanto tais questões externas quanto outras de ordem doméstica se constituiriam em obstáculos para o processo de industrialização. No *front* doméstico os obstáculos estão relacionados com a falta de poupança associada à baixa produtividade média das economias periféricas e ao “desperdício” do já limitado excedente em investimentos improdutivos e consumo supérfluo, como mencionado anteriormente, comprometendo a possibilidade de progresso na estrutura produtiva industrial.

Entretanto, em conjunto com tais princípios teóricos o pensamento da Cepal segue um método histórico e, portanto, dá grande ênfase às tendências que emergem do contexto de transição das economias subdesenvolvidas, primário-exportadoras, da América Latina, mais especificamente a partir de 1930, de um modelo de crescimento primário das exportações (“*hacia afuera*”) para um urbano-industrial (“*hacia adentro*”). A perspectiva estruturalista se coloca no centro das análises de tal objeto na busca de explicações de como se deu tal transição na direção de um modelo “*hacia adentro*”, considerando que o processo produtivo ocorreu em uma estrutura econômica e institucional subdesenvolvida, herdado do período primário-exportador (BIELSCHOWSKY, 2000).

Este enfoque metodológico histórico-estrutural, baseado no argumento centro-periferia, permaneceu no pensamento da Cepal ao longo dos anos, ainda que, frente a mudanças históricas específicas e contextos ideológicos, sobre os quais se concentram as análises, houvesse a necessidade de ajustes de foco que permitissem oferecer interpretações relevantes com o passar dos anos.

De forma um pouco mais sintética e esquemática, no âmbito deste método histórico-estruturalista, é possível identificar os seguintes elementos analíticos duradouros que, segundo Bielschowsky (2000), constituem o pensamento da Cepal: a forma de integração internacional que molda a relação entre centro e periferia e a resultante situação de vulnerabilidade externa;

as condições estruturais internas (crescimento e progresso técnico e as relações entre eles, emprego e distribuição de renda); e a “análise das necessidades e possibilidades de ação estatal”.

### **3. Acumulação de capital, Lei de Say e poupança forçada**

Como mencionado anteriormente, a conexão entre as ideias de Lewis e a Economia Política Clássica é bastante explícita e, pode-se dizer, necessária para os fundamentos da sua teoria do desenvolvimento. Nas economias com desemprego disfarçado, ou oferta de trabalho infinitamente elástica, os salários são uma variável exógena, como na teoria da Economia Política Clássica, e não são determinados pela oferta e demanda, de acordo com a escassez do fator trabalho. No entanto, a teoria de Lewis seria um caso particular da teoria neoclássica, a mesma opinião que Lewis tinha sobre a teoria keynesiana se aplicada a países subdesenvolvidos ou “países com mão de obra excedente (...) O keynesianismo é apenas uma nota de rodapé para o neoclassicismo – embora seja uma nota de rodapé longa, importante e fascinante”<sup>11</sup> (LEWIS, 1954, p. 401, tradução nossa). A nota de rodapé fascinante é o fato de que na teoria keynesiana (por razões diferentes no curto e no longo prazo) há também uma oferta ilimitada de “terra e capital”, o que para Lewis é uma razão para os economistas da oferta ilimitada de trabalho se voltarem à teoria clássica. É exatamente por isso que uma economia limitada pela oferta/poupança, e não pela demanda, deveria eliminar o seu dualismo através da acumulação de capital, o que criaria um ciclo virtuoso de desenvolvimento: dado o salário de subsistência, à medida que métodos mais produtivos/mecanizados são empregados, presume-se que a produtividade *per capita* aumentará e, portanto, os lucros e o investimento também aumentarão. A ligação entre lucros e investimento é direta, seguindo a Lei de Say. O processo termina com o esgotamento da oferta infinita de trabalho, ou com o retorno da escassez do fator trabalho.

---

<sup>11</sup> No original: “countries with surplus labour (...) Keynesianism is only a footnote to neo-classicism – albeit a long, important and fascinating footnote”.

A Teoria do Desenvolvimento seguiu este modelo amplo e pode ser encontrada em várias “encarnações”: o “arranco” de Rostow (1961) além do qual a economia se tornaria desenvolvida e alcançaria alguma “velocidade de cruzeiro” estável em termos de crescimento; o problema de coordenação e informação (sinalização de mercado) que seria superado pelo “*Big Push*” de Rosenstein-Rodan (1943), e o problema do consumo supérfluo, como em Nurkse (1951). Este autor identificou de fato que o padrão de consumo tinha um “papel contraditório”. Por um lado, o acesso a um padrão de consumo desenvolvido seria a principal característica das economias capitalistas ocidentais para afastar a população dos países subdesenvolvidos da “tentação” socialista. Mas, ao mesmo tempo, este padrão de consumo não seria compatível, em termos de poupança agregada, com um crescimento rápido e, assim, com o próprio desenvolvimento.

Se é clara a influência da Lei de Say na teoria clássica do desenvolvimento, o mesmo poderia ser dito sobre o estruturalismo latino-americano?

Uma forma de abordar esta questão é analisar o debate entre Nurkse e Furtado precisamente sobre o consumo conspícuo e o seu efeito no processo de desenvolvimento. Neste debate, Furtado, ainda que façamos algumas ressalvas importantes, não discorda de Nurkse. Contudo, uma forma mais explícita de apresentar a abordagem teórica de Furtado é, provavelmente, o seu modelo inicial de “subdesenvolvimento dentro do desenvolvimento”, que posteriormente se tornou um modelo estagnacionista. Sem desenvolver detalhadamente seu modelo, uma de suas principais características é a tendência da industrialização brasileira de avançar para setores industriais com maior relação capital/trabalho, dada a distribuição de renda, o que geraria menor taxa de crescimento. Claramente, este não é um modelo orientado pela demanda. A interpretação estagnacionista da primeira metade da década de 1960 é uma derivação de tal modelo, em que a necessidade de queda das taxas de lucro impõe algumas características especiais e hipóteses fortes. No entanto, mantém-se a ideia principal de que o crescimento é determinado por uma propensão exógena a poupar e pela razão capital/trabalho.

Vale notar que a mesma preocupação já estava presente em Prebisch (1949, p. 163) quando este autor aponta que o “problema” é que “na maioria dos países latino-americanos as poupanças são escassas”, enquanto as tecnologias modernas exigem níveis elevados de capital *per capita*, o que é um “problema” que não existia nas industrializações originais, quando as baixas taxas de poupança eram compatíveis com técnicas que demandavam menores taxas de capital *per capita*.

Perez Caldentey e Vernengo (2022) concordam com essa interpretação:

Embora seja verdade que Prebisch parecia abraçar a noção de excedente, possivelmente mais próxima da estrutura analítica dos autores clássicos e de Marx, ele o fez de uma forma que implicava a aceitação da lei de Say, a noção de que os lucros, ou poupanças, determinavam o potencial de acumulação ou o investimento<sup>12</sup> (p. 250, tradução nossa).

Também vale a pena notar que, segundo Perez Caldentey e Vernengo (2022, nota de rodapé 18), Prebisch (1981) também subscreve a ideia de que desperdícios nos padrões de consumo seriam inimigos da acumulação e do crescimento, o que, como apresentamos acima, é um elemento importante da teoria clássica do desenvolvimento, aceita e desenvolvida por Furtado, e que caracteriza uma economia com restrição de oferta/poupança, em vez de restrição de demanda.

Entretanto, uma mudança interessante aconteceu a partir da década de 1960. Autores estruturalistas latino-americanos passaram a adotar a teoria do crescimento e da distribuição de Cambridge, cujas origens remontam a Kaldor, Robinson e Pasinetti, para interpretar a dinâmica da acumulação<sup>13</sup>. Inserida em um debate sobre as condições necessárias à existência de uma trajetória de crescimento equilibrado, a teoria de Cambridge

---

<sup>12</sup> No original: “While it is true that Prebisch seemed to embrace the notion of the surplus, arguably closer to the analytical structure of Classical authors and Marx, he did it in a way that implied the acceptance of Say’s law, the notion that profits, or savings, determined accumulation potential, or investment”.

<sup>13</sup> Furtado (1997, p. 327-332) escreveu sua obra mais conhecida, *Formação Econômica do Brasil*, enquanto estava em Cambridge, participando dos seminários dos mais importantes autores desta escola, como Kaldor, Robinson e Sraffa.

utiliza o aparato keynesiano do multiplicador e o princípio da demanda efetiva como fundamento de uma teoria da distribuição, determinando o nível de preços e a distribuição da renda, dando origem ao argumento da poupança forçada. É válido notar que, na formulação de Keynes e Kalecki para o princípio da demanda efetiva, o nível de produto real ajusta-se à demanda agregada para um determinado nível de preços de oferta. Contudo, na teoria de Cambridge, o princípio da demanda efetiva não é a base de uma teoria do produto e do emprego, uma vez que considera economias próximas do pleno emprego (como observado nos países avançados durante a *Golden Age*), mas, sim, de uma teoria da distribuição de renda.

A teoria de Cambridge considera a distribuição de renda como variável endógena e o investimento como autônomo, determinando o nível de capacidade produtiva para os períodos subsequentes. Além disso, a teoria baseia-se em duas hipóteses: (I) no longo prazo, os preços são flexíveis, variando na mesma direção que a diferença entre o grau de utilização da capacidade efetiva e o grau normal ou planejado de utilização da capacidade, e (II) a propensão marginal a poupar dos capitalistas é maior que a dos trabalhadores.

Estas duas hipóteses implicam que quando a demanda agregada está acima da capacidade produtiva normal, os preços tendem a subir, deslocando a distribuição de renda na direção dos lucros, o que, dado o nível de investimento, provocará uma redução do consumo total e, conseqüentemente, uma elevação da poupança (uma vez que a propensão marginal a poupar dos capitalistas é maior).

Assim, de acordo com a teoria do crescimento e da distribuição de Cambridge, partindo de uma situação em que a economia opera em plena capacidade, um aumento do investimento autônomo levaria a um excesso de demanda agregada sobre a oferta no longo prazo, o que, por sua vez, levaria a um aumento nos preços. Esta inflação de demanda comprime os salários reais, reduzindo o consumo dos trabalhadores e

transferindo renda para os capitalistas, aumentando a poupança. Este mecanismo de “poupança forçada” dos trabalhadores torna possível acomodar o novo (e mais elevado) nível de investimento, reduzindo o consumo dos trabalhadores, dado um determinado nível de produção<sup>14</sup>. Portanto, existe um *trade off* de longo prazo entre consumo e investimento e, tal como na teoria neoclássica e na teoria clássica tradicional da oferta, é a demanda agregada que se ajusta à capacidade produtiva, através de alterações nos preços e na distribuição. Note-se, no entanto, que, ao contrário do que postula a Lei de Say, o nível de investimento não depende da poupança, pelo contrário, determina-a (a propensão a poupar é determinada endogenamente), e a demanda agregada é independente do nível de produto.

A influência da teoria de Cambridge no pensamento estruturalista e desenvolvimentista na América Latina foi responsável pela ideia, apoiada por diversos autores, de que a falta de poupança nos países latino-americanos limitaria a manutenção de altas taxas de crescimento diante de um processo de industrialização em um curto período de tempo e de que, dada a relação capital-produto, a solução para aumentar a poupança seria o aumento da propensão marginal a poupar através da compressão da participação dos salários na renda (as poupanças forçadas dos trabalhadores)<sup>15</sup>. Assim, a tendência à inflação e à concentração de renda seria uma consequência inevitável do desenvolvimento econômico desses países<sup>16</sup>.

Nesse contexto, Tavares (1967) afirma que “a inflação se apresenta no caso brasileiro como um fenômeno solidário ao seu modelo histórico de desenvolvimento”, expondo claramente o argumento de que a ausência de uma

---

<sup>14</sup> O mesmo mecanismo é válido ao contrário, quando há redução do investimento autônomo e, conseqüentemente, da demanda agregada.

<sup>15</sup> Dentro desta abordagem, não só o setor privado, mas também o setor público capturaria as chamadas poupanças forçadas.

<sup>16</sup> Para um levantamento mais detalhado sobre este tema, ver Bastos & Pereira (2014).

estrutura capaz de oferecer as poupanças necessárias ao investimento leva ao financiamento inflacionário<sup>17</sup>.

Furtado (1961) afirma que, com a industrialização, há uma transferência dos centros de decisão de grupos ligados ao setor externo para grupos ligados à indústria. Para manter o nível de emprego seriam necessárias fortes entradas de recursos externos, o que não ocorreu. Portanto, para garantir alta rentabilidade às indústrias, o processo de substituição de importações levaria inevitavelmente a uma espiral inflacionária<sup>18</sup>. Esse argumento foi retomado posteriormente (FURTADO, 1972), quando o autor afirma que o processo de modernização da economia brasileira exigia intensa capitalização, incompatível com o nível de renda médio de um país subdesenvolvido, resultando em uma redistribuição de renda em direção aos capitalistas em detrimento dos trabalhadores<sup>19</sup>.

Finalmente, o argumento da poupança forçada aparece claramente em Lessa (1982). Referindo-se ao “Plano de Metas”, o programa de industrialização do Brasil durante a década de 1950, o autor argumenta que, na ausência de financiamento voluntário, o processo de industrialização dependia do financiamento inflacionário<sup>20</sup>, no qual as poupanças forçadas dos trabalhadores

---

<sup>17</sup> “Numa primeira etapa, suas raízes estruturais emergem das modificações rápidas e profundas no aparelho produtivo que provocam uma demanda crescente por recursos financeiros sem a contrapartida de um desenvolvimento paralelo de estrutura financeira capaz de captar os fluxos necessários de poupança e de transferi-los por forma concentrada aos vários setores que lideravam o processo de expansão. A inflação apresenta-se, assim, como um mecanismo heterodoxo de financiamento que, mediante tensões crescentes, mobiliza e sanciona a acumulação de capital” (TAVARES, 1967).

<sup>18</sup> “À falta de uma política coerente, as modificações estruturais necessárias foram realizadas através de uma sucessão de desequilíbrios que assumiram a forma de processos inflacionários. Não cabe afirmar que a inflação tenha sido necessária à industrialização. (...) Mas o que não resta dúvida é que a industrialização que se realizou apoiou-se na inflação. Esta última não foi exterior ao processo de industrialização: serviu-lhe de instrumento na remoção de obstáculos” (FURTADO, 1961, p. 243).

<sup>19</sup> “A solução que se tem encontrado, consiste, na prática, em realizar a industrialização em benefício de uma minoria da população, o que, salvo casos excepcionais, restringe as dimensões do mercado, com reflexos negativos na produtividade industrial” (FURTADO, 1972, p. 11).

<sup>20</sup> “Na ausência de um esquema de financiamento voluntário, utópico em país subdesenvolvido, o esforço industrial postulado supunha, implicitamente, a formação de poupanças forçadas e a provável ativação dos mecanismos de propagação das pressões inflacionárias” (LESSA, 1982, p. 75).

eram capturadas para obter altas taxas de investimento<sup>21</sup>, em linha com a teoria de Cambridge<sup>22</sup>.

A visão da teoria de Cambridge e o mecanismo por trás da origem da poupança forçada têm elementos bastante improváveis. Primeiramente, um aumento do investimento autônomo, no longo prazo, expande a capacidade produtiva da economia, de forma que apenas no curto prazo poderíamos supor um excesso de demanda que chegasse ao limite da capacidade ociosa da economia, gerando um aumento de preços em relação aos salários. No longo prazo, este mecanismo só valeria se a economia tendesse constantemente ao excesso de demanda sobre a oferta. Outro ponto diz respeito à flexibilidade de preços no longo prazo. Diante de uma queda do investimento agregado não se espera que as empresas reduzam seus preços, aumentando o consumo e mantendo o pleno uso da capacidade. Este raciocínio seria válido se as empresas tivessem como objetivo principal a maximização da produção e não dos lucros. Na verdade, o mais adequado seria supor, ao contrário da visão de Cambridge, que os preços são determinados pela demanda no curto prazo e pelos custos no longo prazo, horizonte de tempo em que o nível de investimento e o produto potencial podem se adaptar. Assim, uma queda no investimento autônomo implicaria uma adaptação do nível de produto a um menor nível de demanda agregada, sem alterações nos preços. No entanto, de acordo com a teoria de Cambridge, neste caso, o produto permanece inalterado e os preços e margens de lucro caem.

Posteriormente, no Brasil, com o surgimento da chamada escola de Campinas (SERRANO, 2001), a teoria do crescimento e da distribuição de

---

<sup>21</sup> “Durante o período do Plano de Metas buscou-se manter constantes os salários nominais, resistindo à concessão de reajustes, facilitando-se assim a captação de poupanças forçadas dos setores de rendas contratuais. (...) É evidente que o fator maior para o êxito desta política (de preços) foi a presença da oferta flexível de mão de obra sem elevado grau de organização sindical, porém, aquela política de preços explica parte do comportamento salarial, de indiscutível relevância na obtenção de altas taxas de investimento e na contenção, relativamente bem-sucedida, da exponencial inflacionária” (idem, p. 79).

<sup>22</sup> “A resultante inflacionária, fruto da política econômica exposta, possibilitou a captação, pelo governo e empresas, de parcelas do acréscimo de produto da economia, via redistribuição regressiva de rendas” (idem, p. 84).



Cambridge foi abandonada como modelo teórico básico para explicar o crescimento e a acumulação no país (BASTO & D'ÁVILA, 2009).

#### **4. Interpretações da inflação latino-americana**

Outra contribuição original que o estruturalismo latino-americano desenvolveu, e o distingue da teoria do desenvolvimento dos anos 1950, são as interpretações sobre a inflação no continente. Estas ideias não tinham a intenção de se apresentar como uma teoria geral da inflação, mas, especificamente, como uma interpretação para a inflação latino-americana, novamente uma abordagem tendo como princípio as especificidades histórico-estruturais do continente. Como a Cepal era mais um *think tank* do que uma instituição acadêmica, essas ideias eram também uma tentativa de romper com a tradição ortodoxa, cujo remédio básico para a inflação eram as políticas contracionistas, que estavam em clara oposição às políticas de desenvolvimento, a pedra angular, ou o foco das políticas estruturalistas. O objetivo, portanto, era fornecer uma visão alternativa à tradição ortodoxa, que era vista como incapaz de explicar os processos inflacionários observados nas economias latino-americanas. Da mesma forma que as ideias diretamente ligadas à teoria do desenvolvimento, aqui os argumentos foram desenvolvidos com base na observação empírica e histórica, com os aspectos teóricos e formais, geralmente, tratados com menor precisão.

Diz-se que o mesmo Dr. Prebisch tirou de sua experiência como presidente do Banco Central da Argentina a conclusão de que “... o controle da inflação em nossos países requer diagnósticos específicos e não a adoção *tout court* de medidas relacionadas com expansão monetária e creditícia” (GAMBOA, 1978, p. 9). Desde o início da sua formulação, esta foi uma característica básica e importante da interpretação estruturalista latino-americana: a inflação seria um fenômeno particular, que deve ser estudado de acordo com o cenário institucional e histórico particular de cada país.

Portanto, dois pontos teóricos muito importantes caracterizam a interpretação estruturalista da inflação. A primeira é o contraste entre a necessidade de homogeneidade na teoria ortodoxa tradicional da inflação<sup>23</sup> e o papel crucial desempenhado pela heterogeneidade e pelas especificidades históricas/estruturais na visão estruturalista. Um segundo ponto é a ligação direta entre a inflação e os processos de desenvolvimento:

A hipótese de que a inflação é um problema inerente ao desenvolvimento econômico e, portanto, de natureza estrutural – e não um fenômeno monetário que depende da ação e da posição das autoridades monetárias – originou-se no início da década de 1950. O seu objetivo era explicar a ligação positiva entre crescimento e inflação, a persistência desta última e os resultados desfavoráveis dos programas de ajustamento ortodoxos da época<sup>24</sup> (CALDENTÉY 2019, p. 114, tradução nossa).

Outra característica básica da abordagem estruturalista da inflação é a existência de dois níveis de análise<sup>25</sup>. Este ponto fica claro na obra de Aníbal Pinto (1978a, 1978b), um dos principais teóricos da Cepal. Ele diz que o que a análise “tradicional” considera como causas da inflação é apenas a expressão de causas mais profundas, ou desequilíbrios. É claro que a abordagem tradicional também se baseia no desequilíbrio fundamental entre oferta e demanda, seja no mercado de bens ou no mercado de trabalho. Contudo, o tipo de desequilíbrio analisado pela abordagem estruturalista é de natureza diferente e está diretamente relacionado com o desenvolvimento econômico e seus desequilíbrios naturais. A abordagem estrutural diz respeito aos descompassos entre a composição da demanda e da oferta, conforme mencionado por Caldentey (2019, p.112): “A inflação surge como a falta

---

<sup>23</sup> Ver Caldentey (2019, p. 126-132) para uma explicação da “homogeneidade” necessária em diferentes modelos de inflação marginalistas, desde a tradicional TQM até os recentes modelos novo-keynesianos.

<sup>24</sup> No original: “The hypothesis that inflation is a problem inherent to economic development and therefore of a structural nature —rather than a monetary phenomenon that depends on the actions and position of the monetary authorities— originated in the early 1950s. Its purpose was to explain the positive link between growth and inflation, the persistence of the latter and the unfavorable results of the orthodox adjustment programs of the time.”

<sup>25</sup> Este tipo de abordagem é provavelmente um reflexo de influência marxista sobre vários estudos ligados à Cepal.

de articulação entre as magnitudes da [oferta e da demanda]”<sup>26</sup> (tradução nossa). A busca por tais fatores “estruturais” permitiu que vários autores examinassem as causas da inflação, que eram principalmente elementos de oferta, ou fatores que influenciavam a formação de custos, associados a um determinado nível de demanda setorial.

Em linha com a abordagem geral da Cepal mencionada acima, vários elementos que são fatores estruturais para explicar a inflação também desempenham um papel importante como problemas ou barreiras ao desenvolvimento econômico. O primeiro elemento de que trataremos são desequilíbrios inerentes ao rápido crescimento econômico. Apesar de este “crescimento desequilibrado” ter propriedades dinâmicas positivas, como salientou Albert Hirschman no seu modelo (TONER, 1999, capítulo 4), tais desequilíbrios setoriais resultariam em eventuais aumentos de custos, mesmo com a economia operando abaixo do pleno emprego. Este elemento tem grande importância dentro da tradição estruturalista. O artigo escrito por Oliveira (1964) demarca a interpretação estruturalista dentro destes limites bastante rígidos, ou ao que a abordagem se refere como desequilíbrios estruturais decorrentes de rigidez em setores econômicos específicos. A ideia não era nova, pois podia ser encontrada até mesmo na Teoria Geral de Keynes, e foi explorada e recebeu desenvolvimentos teóricos adicionais por Hicks<sup>27</sup>. O que os autores estruturalistas e particularmente Oliveira (1964) propuseram foi relacionar tais rigidezes nas economias da América Latina, que por isso estariam propensas a apresentar inflação sustentada, com o processo de crescimento que caracteriza os países em desenvolvimento. O mesmo problema não seria encontrado nem em sociedades muito primitivas,

<sup>26</sup> No original: “Inflation emerges as the lack of articulation between the magnitudes of [supply and demand]”.

<sup>27</sup> No capítulo 21 da *Teoria Geral*, no qual desenvolve a sua teoria dos preços, Keynes reconhece que “... algumas mercadorias atingirão uma condição de oferta inelástica enquanto existirem recursos desempregados disponíveis para a produção de outras mercadorias” (Keynes, 1936, p. 296, tradução nossa) [No original: “... some commodities will reach a condition of inelastic supply whilst there are unemployed resources available for the production of other commodities.”]. Esta ideia, que mostra a possibilidade de inflação de demanda abaixo do pleno emprego, depende logicamente da hipótese de alguma rigidez de preços, ou de que quando alguns preços sobem outros preços não caem, resultando nesta assimetria no aumento do nível geral de preços, ou em uma taxa de inflação positiva. Para a discussão sobre a necessidade lógica da existência de alguma rigidez de preços para baixo em uma explicação para uma inflação desta natureza, ver Oliveira (1964, p. 323-327). Ramos (1986, p. 55) também discute esse ponto com mais detalhes e apresenta um modelo formal com tais características.

onde os preços flutuam livremente, nem em sociedades “avançadas”, onde se encontraria um grande grau de mobilidade de fatores. Nas nações em desenvolvimento observava-se “... uma medida escassa de mobilidade de fatores ...[e] ... uma quase completa flexibilidade para baixo dos preços nominais”<sup>28</sup> (OLIVEIRA, 1964, p. 331, tradução nossa)<sup>29</sup>.

Um exemplo de desequilíbrio setorial específico, repetidamente apontado pelos autores estruturalistas como o mais importante, é o gargalo no setor agrícola, ou, especificamente, na produção de alimentos direcionados ao consumo interno. Naturalmente, a relevância deste problema dependerá das especificidades de cada país (como seu tamanho e estrutura, por exemplo). Mas, apesar dos detalhes específicos, podemos identificar alguns elementos comuns em toda a América Latina. Primeiro, temos o papel histórico desempenhado pela agricultura de exportação. Esta atividade econômica tradicional deixou como herança uma estrutura agrária específica, que combinava grandes explorações agrícolas, dedicadas às culturas de exportação, geralmente localizadas em zonas com melhores solos, e pequenas e ineficientes unidades produtoras de bens agrícolas para consumo interno. Esta dupla estrutura é considerada uma pesada herança colonial que dificulta o crescimento da produtividade neste último segmento<sup>30</sup>. Com o

---

<sup>28</sup> No original: “... a scant measure of factor mobility ...[and] ... an almost complete downward flexibility of money prices”.

<sup>29</sup> Dada a definição limitada de Oliveira de inflação estrutural e o seu carácter bastante convencional (um argumento de existência de muitas imperfeições ou rigidezes), descobrimos que a sua contribuição não é o tipo de desenvolvimento que segue diretamente a linha evolutiva que estamos traçando aqui. No entanto, o seu trabalho tem a vantagem de especificar claramente seus argumentos e não “empilhar” variáveis explicativas concorrentes, ou fatores econômicos que explicariam a inflação latino-americana.

<sup>30</sup> Este elemento foi extremamente relevante na década de 1950, quando o processo de industrialização estava em seus primórdios em vários países latino-americanos. Poucos países, como o Brasil e o México, tiveram algum grau de sucesso neste processo e puderam experimentar uma diversificação na sua composição exportadora. Por outro lado, deve-se notar também que no caso brasileiro, pelo menos, novas culturas de exportação, como a soja, foram introduzidas com sucesso. O avanço de novas culturas de exportação acrescenta mais pressão à utilização de melhores solos pelas culturas alimentares de demanda doméstica. Um elemento extra que foi observado no Brasil é que o mecanismo de depreciação cambial acionou um mecanismo inflacionário interessante: o aumento da remuneração do setor agroexportador devido às desvalorizações cambiais determinou uma espécie de custo de oportunidade do uso da terra, que, por sua vez, foi levado em consideração na determinação dos preços dos produtos agrícolas direcionados ao mercado interno.

processo de urbanização e industrialização ocorre um aumento substancial na demanda por alimentos que não é prontamente atendida pela produção agrícola, devido à sua estrutura arcaica e ineficiente. Basicamente, a estrutura agrária é tal que a produção de alimentos tem baixa produtividade e não é capaz de responder prontamente a um aumento da demanda.

Levando em consideração que os alimentos representam uma parcela considerável do salário real dos trabalhadores<sup>31</sup>, era de se esperar que os trabalhadores reivindicassem a indexação de seus salários à variação de tais preços. Portanto, através do mecanismo de indexação salarial, este impulso inicial aos custos seria transmitido ao resto da economia (incluindo setores nos quais os produtos agrícolas não eram fatores de produção diretos)<sup>32</sup>.

Um segundo ponto, e para os nossos propósitos mais relevante, levantado pelos primeiros autores estruturalistas é a relação entre as condições externas e a inflação. Como foi dito antes, a economia política da Cepal centrou a sua atenção no desenvolvimento e mais especificamente nas restrições externas ao crescimento. A tendência para déficits persistentes na conta corrente implicava a necessidade de desvalorizações cambiais recorrentes, consequência direta da falta de reservas para a realização de operações no mercado de câmbio. A desvalorização cambial desencadearia então a espiral custo-preço, e qualquer tentativa de travar este processo, mantendo a taxa de câmbio nominal constante, seria muito difícil, devido à existência de desequilíbrios externos muito persistentes.

Este argumento pode ser encontrado de uma forma ou de outra no trabalho dos autores que reunimos nesta subseção. Sunkel (1958, p. 581), por exemplo, utiliza a experiência chilena para discutir o baixo poder de compra da economia chilena, que não gerava receitas suficientes para atender às crescentes necessidades de importação, forçando, portanto, uma desvalorização cambial<sup>33</sup>.

---

<sup>31</sup> O atraso dos países latino-americanos fazia com que a participação dos alimentos na cesta de consumo dos trabalhadores fosse elevada em relação aos países mais desenvolvidos, e mesmo quando comparada com os atuais padrões dos mesmos países latino-americanos.

<sup>32</sup> Para o desenvolvimento formal de modelos baseados no problema agrícola, ver Ramos (1986).

<sup>33</sup> Encontramos em Pinto (1978a, p. 27-28) o mesmo argumento expresso numa perspectiva mais geral, ou não restrita a um país específico.

A linha de raciocínio que liga a desvalorização cambial e a inflação nesta tradição é normalmente estabelecida como resultado de uma tendência ao desequilíbrio externo que deve ser eliminada pela industrialização. Contudo, pode ser tomada também como um mecanismo geral que explica a inflação, não exclusivamente como uma tendência, mas quando, por razões inesperadas, há uma mudança abrupta nas condições externas<sup>34</sup>.

Esta sequência, que fazemos para fins expositivos, encontra na literatura um vínculo com a obra de Felipe Pazos<sup>35</sup>.

Poderíamos dizer que Pazos forneceu um dos tratamentos mais sofisticados dentro da abordagem estruturalista. Em primeiro lugar, o autor rejeita qualquer relação direta e persistente entre a aceleração da atividade econômica e a inflação. Pelo contrário, afirma que esta causalidade pode normalmente ocorrer na direção oposta, e mostra que as distorções induzidas no sistema econômico pela inflação persistente (e elevada) são elementos que normalmente “desencorajam a produção e dificultam o crescimento econômico”<sup>36</sup> (PAZOS, 1972, p. 37, tradução nossa)<sup>37</sup>. Ele também usa o conceito

---

<sup>34</sup> É exatamente isso que Pazos (1972) faz quando explica o aumento inflacionário dos anos 80 devido à deterioração exógena – ou não, dependendo da dinâmica da economia latino-americana – das condições externas de 1975-81 e de 1982-87. Ele mostra que há uma queda na entrada média anual de recursos para a América Latina de US\$ 30,4 bilhões, o que representou 3,6% do PIB da região e 22,7% de suas receitas de exportações. Do ponto de vista da inflação, a contrapartida desta queda na entrada de recursos externos é a progressão da taxa média de inflação na América Latina. De 1981 a 1985 a evolução da taxa média anual de inflação latina foi de 57, 85, 130, 185 e 274% (PAZOS, 1982, p. 945-946).

<sup>35</sup> Pazos era de certa forma menos famoso até mesmo entre os economistas latino-americanos. Uma das possíveis razões poderia ser o fato de não ter trabalhado diretamente para a Cepal. De acordo com uma breve nota biográfica no seu livro *Inflação Crônica*, trabalhou para a Aliança para o Progresso, foi chefe da Divisão Latino-americana do FMI e consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Recentemente podemos notar uma espécie de reconhecimento tardio internacional, já que suas obras são encontradas em referências bibliográficas de autores como Rudiger Dornbusch e Michael Bruno. Mais importante ainda, parece que o seu trabalho influenciou o economista brasileiro Mario Henrique Simonsen, o economista que propôs a fórmula de ajustamento salarial adotada pelo plano de estabilização do regime militar em 1965. Ecos da sua abordagem inercialista puderam ser encontrados também no trabalho da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro na década de 1980 (BASTOS e NETO, 2015).

<sup>36</sup> No original: “discourage production and hinder economic growth”.

<sup>37</sup> Nesta citação o autor refere-se especificamente à distorção cambial, que é uma distorção fundamental na sua opinião. Apesar de enfatizar o papel da taxa de câmbio, a sua proposta é bastante genérica.

de economias e deseconomias de escala como argumento para apoiar sua crítica à direção usual da causalidade<sup>38/39</sup>.

Observando a inflação persistente e estável ao longo do tempo, Pazos desenvolveu a ideia de inflação “inercial”<sup>40/41</sup>. Entretanto, tão importante quanto esta observação sobre a conexão específica de preços e custos é a percepção

---

<sup>38</sup> Ao criticar as políticas contracionistas, ele diz: “Quando a demanda agregada aumenta proporcionalmente menos do que o aumento inercial dos custos, as empresas restringem as vendas e a produção em vez de permitirem uma redução nos seus lucros por unidade de produção, aumentando os preços menos do que os custos. À medida que as vendas diminuem, os custos por unidade de produção aumentam, dando assim um impulso adicional aos preços” (PAZOS, 1972, p. 135, tradução nossa). [No original: “When aggregate demand increases proportionately less than the inertial rise in costs, enterprises restrict sales and output rather than permit a reduction in their profits per unit of output by raising prices less than costs. As sales go down, costs per unit of output go up, thus giving a further push to prices”].]

<sup>39</sup> Outra importante contribuição deste autor foi sugerir, com base na evidência empírica de 1950 a 1970, que o nível de investimento não está diretamente correlacionado com a inflação em nenhum sentido. De acordo com o autor: “É claro que os números sobre o investimento fixo ... não se correlacionam estreitamente com as taxas de inflação; portanto, eles não corroboram as ideias mais frequentemente defendidas sobre a relação entre as duas séries. Nem os números fundamentam a teoria de que a inflação facilita o financiamento de um elevado volume de investimento, forçando o aumento da poupança, nem a ideia de que mantém o investimento baixo, desencorajando a poupança voluntária” (PAZOS, 1972, p. 41, tradução nossa) [No original: “It is clear that the figures on fixed investment ... do not correlate closely with the rates of inflation; hence they do not support the ideas most frequently held regarding the relationship between the two series. Neither do the figures substantiate the theory that inflation facilitates the financing of a high-level volume of investment by forcing up savings, nor the idea that it keeps investment down discouraging voluntary savings”].]

<sup>40</sup> É interessante notar nesta citação que ele ainda utiliza a palavra inércia evocando o conceito da física para justificar o termo que utiliza ao longo de seu livro: “Através do mecanismo de reajustes defasados descrito acima, o aumento dos salários e de outros custos mantém a inflação em movimento como se seguisse a primeira lei do movimento de Newton. Para continuar, a inflação não precisa de impulsos externos vindos de forças expansionistas autônomas. Além disso, pode resistir às pressões deflacionárias, que afetam mais a atividade econômica real do que os preços. Os preços e os salários movem-se pela sua própria interação, tendendo, através da inércia, a manter as suas taxas de aumento” (PAZOS, 1972, p. 89, tradução nossa). [No original: “Through the mechanism of lagging readjustments described above, the increase in wages and other costs maintains inflation moving as if it followed Newton’s first law of motion. In order to continue inflation does not require outside impulses from autonomous expansionary forces. Furthermore, it can resist deflationary pressures, which affect real economic activity more than prices. Prices and wages move by their own interaction, tending through inertia to keep their rates of increase”].]

<sup>41</sup> Noyola Vasquez (2000 [1957]) se refere a mecanismos de propagação em relação ao “mecanismo dos reajustes de preços e da renda” (p. 296). Para o autor a “inflação depende, primordialmente, da magnitude das pressões inflacionárias básicas e, secundariamente, da existência de mecanismos de propagação e da ação desempenhada por eles”. Quando trata do caso específico do Chile, Noyola Vasquez menciona a forte organização sindical, que “conseguiu, até certo ponto, defender a participação dos assalariados na renda nacional” (p. 301), criando assim uma inércia ao choque inicial de custos. Ainda que em seus elementos de propagação Noyola Vasquez inclua, por exemplo, aspectos fiscais, é justo identificar este autor como tendo, ainda que de forma menos explícita que Pazos, proposto mecanismos de inercialização para explicar as altas inflações na América Latina. Os autores agradecem ao Prof. Ricardo Bielschowsky por lhes apontar esse elemento da abordagem estruturalista para a inflação.

de que as políticas tradicionais destinadas a conter a demanda afetariam mais as quantidades do que os preços.

Destacamos, por fim, outros dois pontos nos quais podemos confirmar a originalidade da obra de Pazos entre os pioneiros da tradição estruturalista, antecipando vários aspectos importantes, mais bem desenvolvidos posteriormente. Primeiro, ele reconhece o papel central (e não apenas um entre outros) desempenhado pela desvalorização cambial na dinâmica da inflação quando diz que “... acelerações rápidas estão frequentemente associadas a crises cambiais”<sup>42</sup> (PAZOS, 1972, p. 136, tradução nossa). Em segundo lugar, tem uma visão clara do papel da indexação numa economia propensa à inflação e as conexões entre preços, câmbio e juros. Neste sentido, ele afirma que quando se adota um sistema de *crawling peg* numa situação inflacionária:

Os ativos estrangeiros tornam-se assim uma proteção não especulativa perfeita contra a inflação. Para evitar a colocação de saldos líquidos excedentes em moedas estrangeiras, as autoridades financeiras teriam de criar ativos financeiros de curto prazo com um rendimento não inferior ao dos ativos estrangeiros, ou seja, taxas de juro de curto prazo no exterior mais a taxa de inflação interna<sup>43</sup> (PAZOS, 1972, p. 61, tradução nossa).

Esta breve exposição da abordagem estruturalista da inflação mostra alguns dos seus pontos fortes e fracos. Em primeiro lugar, como mencionamos, foi um “avanço” tanto em termos teóricos como políticos, no que diz respeito à abordagem ortodoxa convencional. Em termos teóricos, foi integrado em uma teoria do desenvolvimento e permitiu abordar a inflação do lado da oferta, ou dos custos. Em termos políticos, pode ser usado em oposição a uma “receita” única para todas as políticas de estabilização, quais sejam,

---

<sup>42</sup> No original: “... rapid accelerations are usually associated with exchange crisis.”

<sup>43</sup> No original: “Foreign assets thus become a perfect nonspeculative hedge against inflation. In order to prevent the placement of surplus liquid balances in foreign currencies, financial authorities would have to create short-term financial assets with a yield not lower than foreign assets, i.e., short-term interest rates abroad plus the rate of domestic inflation.”



políticas monetárias e fiscais contracionistas, que teriam restringido o projeto desenvolvimentista, uma vez adotadas.

Deve-se notar que embora tenha seguido a metodologia histórico-estrutural da Economia Política Clássica, em termos puramente “teóricos”, o fato de a abordagem estruturalista não utilizar a teoria quantitativa é um grande distanciamento do princípio teórico fundamental desta abordagem.

Contudo, ainda que bastante inovadora e relevante em vários aspectos políticos, a abordagem estruturalista tem a mesma fraqueza da teoria do desenvolvimento em geral: é um caso particular a ser utilizado em situações históricas específicas e não uma teoria com alto grau de generalidade, embora possa ser utilizada com a atenção necessária para situações históricas específicas. Esta fraqueza é agravada pela interpretação dos fatores de propagação que pensamos poderiam ser enganosos e bastante destrutivos para as novas ideias levantadas por esta abordagem. Esta crítica será analisada com mais detalhes na seção de considerações finais que se segue.

## **5. Uma tentativa de síntese: considerações finais**

É importante neste ponto recapitular diversas questões relacionadas à abordagem estruturalista latino-americana e à teoria do desenvolvimento. Primeiro, ambas, ao se desvincularem da Teoria Marginalista, são capazes de proporcionar uma compreensão muito mais abrangente e esclarecedora e, conseqüentemente, podem ser utilizadas como base para políticas públicas de desenvolvimento econômico.

O vazio teórico devido ao distanciamento da teoria marginalista foi preenchido com recurso à Economia Política Clássica. Contudo, por mais importante que tenha sido, a Teoria do Desenvolvimento, inclusive para se afirmar como tal, tornou-se um modelo “provisório”. Os salários exógenos da teoria clássica, que são influenciados por diversas forças sociais e históricas, e não pela oferta e demanda, só são válidos enquanto houver uma oferta ilimitada de trabalho, o que é consequência do mercado de trabalho

dual. À medida que a capitalização da economia progride, mais trabalhadores serão atraídos para o setor formal ou “moderno” e, uma vez instalada a escassez de mão de obra, estaremos de volta ao modelo marginalista convencional, o modelo de crescimento de Solow. Isso também vale para as externalidades, ou imperfeições do mercado. As economias subdesenvolvidas são propensas a estas imperfeições, o que justificaria uma maior intervenção governamental para resolver problemas de informação, coordenação e “externalidades pecuniárias”. Mas, uma vez que o país avance, estas externalidades deixariam de existir, ou atingiriam o nível “normal” dos países desenvolvidos, o que implica intervenção específica e não abrangente por parte das políticas públicas.

Neste artigo tentamos mostrar que o estruturalismo latino-americano proporciona uma compreensão muito mais profunda tanto do subdesenvolvimento quanto dos processos de desenvolvimento, centrando-se nos elementos estruturais de uma formação econômica particular, cuja expressão está historicamente condicionada. Além disso, tem no seu cerne a análise centro-periferia, que incorpora elementos geográficos e geopolíticos cruciais para compreender elementos fundamentais da dinâmica da economia, como as diferentes formações sociais, a divisão internacional do trabalho e, em seguida, os padrões comerciais, o maior ou o menor acesso aos fluxos financeiros e ao progresso técnico. Neste artigo procurou-se, também, analisar como a tradição estruturalista vai mudando um pouco, especificamente nos anos 1960, seu modelo de acumulação, especificamente no que diz respeito à relação poupança-investimento.

Em um ponto específico a tradição estruturalista tem um claro avanço em relação à teoria tradicional do desenvolvimento: a abordagem estruturalista da inflação na América Latina. Na verdade, o diagnóstico sobre a inflação no continente é responsável pelo próprio termo “estruturalista” e, em linhas gerais, é uma crítica à abordagem de excesso de demanda agregada, entendendo que o processo de desenvolvimento cria gargalos, ou incompatibilidades entre o crescimento de oferta e a expansão das demandas setoriais.

Embora se possa identificar nisto um avanço importante em comparação com a ortodoxia da época, e um avanço com implicações políticas bastante importantes, a interpretação ainda apresenta algumas deficiências que podem ser contornadas à luz da teoria heterodoxa contemporânea.

O desenvolvimento da teoria heterodoxa da inflação baseada no conflito distributivo (LAVOIE, 2014, c. 8, e STIRATI, 2001) permite-nos modernizar a visão estruturalista, deixando de tratar a inflação latino-americana como um caso particular. Na verdade, à medida que os países deste continente avançavam nos seus processos de industrialização, a visão estruturalista de restrição persistente da oferta tornou-se menos relevante. Neste contexto, Bastos, Bastian e Bielschowsky (2022) abandonam, para o caso brasileiro, o tratamento da teoria da inflação latino-americana como um caso particular em que os elementos da oferta não reagem à demanda e incluem estes avanços recentes na interpretação heterodoxa da inflação, mostrando que, em uma economia aberta e periférica, os choques exógenos, ou seja, as restrições externas, e em particular os problemas de inserção financeira, são o fatores mais importantes para explicar processos inflacionários.

Outra questão importante diz respeito à acumulação de capital. Mostramos que tanto a teoria estruturalista como a do desenvolvimento recorrem à Lei de Say da Economia Política Clássica. Diferenciando estas abordagens, defendemos que a partir dos anos 1960 vários autores da tradição estruturalista passaram a utilizar a chamada teoria de distribuição keynesiana de Kaldor. Entretanto, mesmo adotando esse novo modelo, defende-se uma limitação de poupança, dada a expansão do gasto em investimento, a qual seria suprida pela criação de poupança forçada através de um processo inflacionário. Tais interpretações relacionadas à Lei de Say, ou de maneira mais ampla a restrição de poupança, foram superados, de maneira até mesmo mais formal, a partir da década de 1990 com o debate heterodoxo sobre modelos de crescimento baseados no princípio da demanda efetiva. Podemos citar os modelos neokaleckianos (LAVOIE, 2014, cap. 6) e o modelo do Supermultiplicador Sraffiano (SERRANO, 1995; FREITAS e SERRANO,

2015), em que o crescimento econômico é impulsionado pelo crescimento das componentes da despesa autônoma.

Portanto, a teoria heterodoxa latino-americana contemporânea se beneficia do legado deixado pela literatura estruturalista, que considera elementos sociais e geoeconômicos na análise, mas também pode e deve incorporar os avanços teóricos e as contribuições das últimas décadas, que superam limitações das teorias do desenvolvimento e estruturalista, como a adoção da Lei de Say e o tratamento da inflação no continente como um caso teórico particular. Mais do que um caso particular, acreditamos que os avanços teóricos na tradição heterodoxa latino-americana podem ter o efeito de polinização cruzada, contribuindo para a análise e compreensão de outros casos ao redor do mundo.

## Referências

- BASTOS, C. P.; BASTIAN, E. F.; BIELSCHOWSKY, R. Some stylized facts on external shocks and inflation upsurge in Brazil, 1951-1985. *Nova Economia*, 32(3), 719–742, 2022 <https://doi.org/10.1590/0103-6351/7140>
- BASTOS, C. P.; BRITTO, G. Introdução. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Org). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, Centro Internacional Celso Furtado, 2010
- BASTOS, C. P.; D'AVILA, J. G. O debate do desenvolvimento na tradição heterodoxa brasileira. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 13, n. 2, p. 173-199, 2009
- BASTOS, C. P.; NETO, M. Moeda, Inércia, Conflito, o Fisco e a Inflação: Teoria e Retórica dos Economistas da PUC-RJ. *Revista Econômica*, p.244, 2015
- BASTOS, C. P.; OLIVEIRA, B. R. Revisitando o debate Nurkse-Furtado na década de 1950. *Revista De Economia Contemporânea*, 24(3), 2020 <https://doi.org/10.1590/198055272436>.
- BASTOS, C. P.; PEREIRA, B. R. Revisão crítica da hipótese da ocorrência de poupança forçada entre 1956 e 1963. Discussion Paper 026/2014, IE-UFRJ, 2006
- BHARADWAJ, K. *Classical political economy and rise to dominance of supply and demand theories* (2., rev. ed.). London: Sangam Books, 1986
- BIELSCHOWSKY, R. “Cinquenta anos de pensamento na Cepal — uma resenha”. In R. Bielschowsky (org.). *Cinquenta Anos de Pensamento da Cepal*, v. 1, Cepal-Record, 2000.
- BIELSCHOWSKY, R.; MUSSI, C. El pensamiento desarrollista en Brasil: 1930-1964 y anotaciones sobre 1964-2005. In: *Brasil y Chile, una mirada hacia América Latina*, Santiago de Chile: RIL editores, 2006.
- CALDENTEY, E.; VERNENGO, M. Varieties of peripheral capitalism: on the institutional foundations of economic backwardness. *Review of Keynesian Economics*. v.10, n. 2, p. 242-263, 2022
- FREITAS, F.; SERRANO, F. “Growth, Distribution and Effective Demand: The Supermultiplier Growth Model Alternative”, *Review of Political Economy*, 27 (3), p. 258–281, 2015
- FURTADO, C. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961
- FURTADO, C. *Análise do ‘modelo’ brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972
- FURTADO, C. *A fantasia organizada*. São Paulo: Paz e Terra, 1997
- GAMBOA, R. R. Apresentação. In: PINTO, A.; ASSAEL, H.; DEL PRADO, A. N.; MARINHO, L. C. (ed.). *Inflação Recente no Brasil e América Latina*, Rio de Janeiro: Graal, 1978
- GAREGNANI P.; PETRI, F. Marxismo e teoria econômica hoje. In: *História do Marxismo, XII: O Marxismo hoje*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sergio N. Henriques. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989
- HIRSCHMAN, A. O. *The Strategy of Economic Development*, Yale University Press, New Haven, 1958
- KEYNES, J. M. *A Teoria Geral do Emprego, dos Juros e da Moeda*. Tradução: Mário R da Cruz. Editora Atlas, 1982 [1936]
- LAVOIE, M. *Post-Keynesian Economics: New Foundations*, Edward Elgar Publishing Limited, Cheltenham, UK, 2014
- LESSA, C. *15 Anos de Política Econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1982
- LEWIS, W. A. Economic Development with Unlimited Supplies of Labour. *The Manchester School of Economic and social*, 22, 139-191, 1954

- NOYOLA VÁSQUEZ, J. F. Inflação e desenvolvimento econômico no Chile e no México. Re-editado em BIELSCHOWSKY, R. (org.). *Cinquenta anos de pensamento da CEPAL – volume I*. Rio de Janeiro: Record, 2000 [1957]
- NURKSE, R. Problemas de formação de capital em países subdesenvolvidos. *Revista Brasileira de Economia*. Re-editado em *Memórias do Desenvolvimento*, Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, n. 1, ano 1, jun. 2007[1951]
- OCAMPO, J.; PARRA-LANCOURT, M. The Terms of Trade for Commodities in the Twentieth Century. *CEPAL Review*. 79. 10.18356/b547f0b6-en, 2004
- OLIVEIRA, J. H. G. On Structural Inflation and Latin-American 'Structuralism'. *Oxford Economic Papers*. November 1964, pp. 321-332, 1972
- PAZOS, F. *Chronic Inflation in Latin America*. New York: Praeger Publishers, 1972
- PINTO, A. Raízes estruturais da inflação na América Latina. In: PINTO, A.; ASSAEL, H.; DEL PRADO, A. N.; MARINHO, L. C. (ed.). *Inflação Recente no Brasil e América Latina*, Rio de Janeiro: Graal, 1978a
- PINTO, A. Uma visão latino-americana da inflação nos países industrializados. In: PINTO, A.; ASSAEL, H.; DEL PRADO, A. N.; MARINHO, L. C. (ed.). *Inflação Recente no Brasil e América Latina*, Rio de Janeiro: Graal, 1978b
- PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.) *Cinquenta anos do pensamento na Cepal*. [S. l.]: Record, 2000[1949]. V. 1.
- PREBISCH, R. *The Economic Development of Latin America and Its Principal Problems*, New York, United Nations, 1950
- PREBISCH, R. **Economic Survey of Latin America 1949**, New York, United Nations Department of Economic Affairs, 1951
- RAMOS, C. A. *Agricultura e Inflação: A Abordagem Estruturalista*. Rio de Janeiro: BNDES, 1986.
- RODRIGUEZ, O. *O Estruturalismo Latino-americano*. Tradução: Maria Alzira Brum Lemos. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009
- ROSENSTEIN-RODAN, P. N. Problems of Industrialization of Eastern and South-Eastern Europe. *Economic Journal* 53 (210/211): 202–211, 1943
- ROSTOW, W. W. *Etapas do desenvolvimento econômico: Um manifesto não comunista*. Tradução: Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1961
- SERRANO, F. Long Period Effective Demand and the Sraffian Supermultiplier, *Contributions to Political Economy*, vol. 14, pp. 67-90, 1995
- SERRANO, F. Acumulação e gasto improdutivo na economia do desenvolvimento. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. (Orgs.). *Polarização mundial e crescimento*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- SERRANO, F.; MAZAT, N. Quesnay and the analysis of the surplus in an agrarian capitalist economy. *Discussion Paper* 30/2016, IE-UFRJ, 2016
- SERRANO, F.; MEDEIROS, C. O Desenvolvimento econômico e a retomada da abordagem clássica do excedente. *Revista de Economia Política*, v. 24, n. 2 (94), abr./jun 2004
- SINGER, H. W. *Relative Prices of Exports and Imports of Under-developed Countries: A Study of Post-war Terms of Trade between Under-developed and Industrialized*. United Nations Department of Economic Affairs, New York, 1949
- SINGER, H. W. The Distribution of Gains between Investing and Borrowing Countries. *The American Economic Review*, 40(2), 473–485, 1950 <http://www.jstor.org/stable/1818065>
- STIRATI, A. Inflation, Unemployment and Hysteresis: An alternative view. *Review of Political Economy*. 13. 427-451, 2001 DOI 10.1080/09538250120099944.

SUNKEL, O. La inflación chilena: un enfoque heterodoxo. *El Trimestre Económico*, v. 25, n. 4, oct./dic. 1958

SYRQUIN, M. Patterns of Structural Change. In: CHENERY, H.; SRINIVASAN, T.N. (eds). *Handbook of Development Economics*, Elsevier, New York, 203-273, 1988

TAVARES, M. C. Notas sobre o financiamento de uma economia em desenvolvimento: o caso do Brasil, 1967. In TAVARES, M.C., *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*, Zahar, Rio de Janeiro, 1975

TONER, P. *Main currents in cumulative causation: the dynamics of growth and development*. St. Martin's Press, INC. New York, 1999

GABRIEL OLIVEIRA DE CARVALHO SENRA

ALINE MARCONDES MIGLIOLI

## CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS SOBRE A DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA DE RUY MAURO MARINI

Recebido em 15/12/2023

Aprovado em 10/06/2024

DOI: 10.69585/2595-6892.2024.1099



# CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS SOBRE A DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA DE RUY MAURO MARINI

## Resumo

Neste artigo partimos das críticas feitas por Agustin Cueva à Teoria da Dependência para explorar as bases metodológicas da “Dialética da Dependência”. Em um primeiro momento, buscamos defender o esforço de Marini, demonstrando que sua tentativa de apresentar as leis gerais que regem as economias latino-americanas é plenamente compatível com o marxismo. Posteriormente, defendemos que a via analítica e expositiva escolhida por Marini guarda aspectos negativos ao fundir essas tendências gerais com sua trajetória histórica de manifestação. Por fim, salientamos que esse trabalho clássico somente pode ter sua função metodológica plenamente compreendida quando enquadrado na concepção teórico-política que guiava os autores clássicos da Teoria Marxista da Dependência.

**Palavras-chave:** Teoria marxista da dependência; metodologia; Ruy Mauro Marini

**GABRIEL OLIVEIRA  
DE CARVALHO  
SENA**

Doutorando do Programa de  
Pós-graduação em Economia do  
IE-Unicamp.

Email: [gabosenra@gmail.com](mailto:gabosenra@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6418-1723>

**ALINE MARCONDES  
MIGLIOLI**

Professora do IE-Unicamp.

Email: [alinemiglioli@gmail.com](mailto:alinemiglioli@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5347-028X>

## **Abstract**

In this article we depart from the criticisms made by Agustin Cueva to the Theory of Dependency to explore the methodological bases of the Dialectics of Dependency. At first, we seek to defend Marini's effort by demonstrating that his attempt to present the general laws that govern Latin American economies is fully compatible with marxism. Subsequently, we argue that the analytical and expository path chosen by Marini has negative aspects by merging these general trends with his historical trajectory of manifestation. Finally, we emphasize that this classic work can only have its methodological function fully understood when framed in the theoretical-political conception that guided the classic authors of the Marxist Theory of Dependency.

**Keywords:** marxist theory of dependency; methodology; Ruy Mauro Marini

## Introdução

Em um artigo clássico de 1974, Agustín Cueva acusou a Teoria da Dependência de substituir a análise da relação de exploração e das contradições de classe por “um sistema indeterminado de contradições nacionais e regionais” (1979, p. 18, tradução nossa). Segundo Cueva, esta corrente teórica que ganhou força ao longo dos anos 1960 na América Latina teria preservado a perspectiva cepalina de manter países e regiões como unidades últimas de análise, conservando assim um viés nacionalista e escondendo que as contradições entre os estados nacionais dependem, em última instância, da contradição maior entre classes sociais. A consequência da reprodução desta concepção burguesa pela Teoria da Dependência seria a tendência a escantear conceitos marxistas importantes e a desconsiderar a articulação concreta de modos de produção e suas consequências para a luta de classes, esta sim a base de uma análise verdadeiramente marxista-leninista (CUEVA, 1979).

E Cueva vai além. Defende que, ainda que a dominação imperialista e a articulação particular de modos de produção que se dá nas formações latino-americanas condicionem as leis gerais do modo de produção capitalista a uma forma de manifestação específica, isso por si só não representa uma mudança qualitativa suficiente para constituir um novo objeto teórico diferenciado do capitalismo analisado por Marx em *O capital* (CUEVA, 1979, p. 28). Ou seja, não faria sentido falar de uma Teoria da Dependência porque seu objeto seria nada mais que a análise da expressão particular de leis gerais de produção na existência concreta das sociedades latino-americanas, e não novas leis em si. Os dependentistas, ao defenderem a “originalidade absoluta” do processo histórico latino-americano, estariam escanteando uma análise marxista rigorosa que buscasse apreender como as leis gerais do desenvolvimento capitalista se efetivam em condições históricas determinadas, a partir da articulação dos diversos modos de produção e das diversas fases históricas do mesmo modo. É nisso que residiria a particularidade do processo histórico, e não na originalidade latino-americana excessiva. Para

Cueva, portanto, deve-se partir das leis gerais que regem o capitalismo, e não da disjuntiva “capitalismo clássico/dependente”, que nada mais seria que a retomada do binômio cepalino “centro/periferia” (1979, p. 27).

É neste sentido que o pensador estabelece sua crítica a Ruy Mauro Marini. Este, ainda que portando maior rigor teórico e com uma ênfase significativa nas contradições de classe, continuaria envolto no equívoco de buscar apreender um modelo de capitalismo dependente com legalidades qualitativamente diferentes das apresentadas pelos países imperialistas. Seu modelo de capitalismo dependente contraposto ao capitalismo clássico seria, portanto, nada mais que um tipo ideal weberiano. Segundo Cueva, Marini não teria compreendido que as leis apresentadas por Marx em *O capital* são determinações gerais que devem ser concretizadas. Mesmo que em “Dialética da dependência” (2022a) Marini supere a maioria dos teóricos dependentistas e apresente um esforço de apreender a articulação entre os países e as consequências que dela derivam para o desenvolvimento das economias dependentes, com ênfase na relação de exploração, é para Cueva muito mais importante explicar a articulação entre diferentes formações sociais *a partir* do desenvolvimento interno de cada formação (1979, p. 27-28).

Este ponto é muito importante para nossa argumentação posterior. Cueva enfatiza que não é possível compreender o papel que a América Latina assume na divisão internacional do trabalho sem entender que sua incorporação “não ocorre a partir do vazio, mas sim sobre a base de uma matriz econômico-social preexistente, ela mesma moldada em estreita conexão com o capitalismo europeu e norte-americano em sua fase protoimperialista” (CUEVA, 1999, p. 11-12, tradução nossa). Isso fica evidente no fato de que o desenvolvimento do capitalismo na América Latina acentuou as diferenças entre as formações sociais latino-americanas, cujas distintas trajetórias só podem ser analisadas se partindo da

análise do que é fundamental, ou seja, dos modos de produção articulados em cada formação social, que são a base sobre a qual se definem inclusive as modalidades específicas de vinculação de tais formações com o sistema

capitalista mundial, em uma rede de determinações recíprocas (CUEVA, 1999, p. 102-103, tradução nossa).

A Teoria da Dependência, ao apagar o fundamento de classe da relação entre as nações, tenderia a apresentar um tratamento não-dialético das relações entre “externo” e “interno”, que a teria levado ou à postulação de esquemas mecânicos que no limite relegaram ao “externo” a função de “motor da história” ou ao apagamento da relação entre “externo” e “interno”, considerando o imperialismo como elemento unicamente interno. E neste ponto ele é categórico: é o desenvolvimento interno das sociedades, baseado na articulação dos modos de produção e na dinâmica da luta de classes, que determina o tipo de vínculo ao sistema capitalista mundial (CUEVA, 1979, p. 33-36).

Em síntese, para Cueva o desenvolvimento do capitalismo na América Latina é conduzido pelas leis gerais do modo de produção capitalista, e não por um conjunto de leis particulares próprias a um “modelo dependente” abstrato (CUEVA, 1979, p. 8). De novo, o modo de produção capitalista não se desenvolve no vazio, mas em condições historicamente dadas, o que exige uma análise totalizante para apreender tanto os aspectos universais do desenvolvimento capitalista quanto as particularidades, isto é, as circunstâncias contingentes em que se realizam. Por isso a ênfase do autor na historicidade necessária ao conhecimento das modalidades concretas que o desenvolvimento do capitalismo na América Latina assumiu, que derivariam da dupla articulação dos vários modos de produção no interior de cada uma de nossas formações econômico-sociais e de tais formações com as imperialistas. O imperialismo, assim, é tanto um fator externo de opressão nacional quanto uma parte das relações de produção no país. Ainda que o desenvolvimento capitalista na América Latina varie de acordo com a história particular de cada formação nacional, com superestruturas e processos políticos diferenciados, sua unidade seria dada por essas determinações histórico-estruturais comuns e por seu inimigo em comum: o imperialismo (1979, p. 9-10).

A nosso ver, as considerações críticas de Cueva amparam-se em preocupações justas. Porém, acreditamos que não só a Teoria Marxista da Dependência se baseia em prerrogativas metodológicas corretas do ponto de vista marxista, mas que a “Dialética da dependência” é um texto defensável no campo estrito em que se propõe, ainda que também esteja prenhe de debilidades significativas. Neste artigo partiremos das considerações críticas de Cueva para evidenciar as concepções gerais que baseiam o esforço ensaístico de Marini, tanto em seus aspectos positivos quanto negativos, na construção da Teoria Marxista da Dependência. Buscamos trabalhar esses elementos que são por vezes pouco evidenciados neste clássico do pensamento latino-americano para enfatizar sua atualidade na vizinhança de seu aniversário de cinquenta anos.

### **Em defesa da “Dialética da dependência”**

Voltemos à crítica direta que Cueva faz a Marini, a de tentar construir um modelo de capitalismo dependente qualitativamente distinto do clássico e capaz de apreender a “originalidade absoluta” do processo latino-americano (CUEVA, 1979, p. 27). De novo, para Cueva o problema desse caminho teórico é que ele não é adequado para analisar a maneira particular com que as leis gerais do modo de produção capitalista se sintetizam concretamente com as leis dos outros modos de produção, e nem para compreender a dinâmica de classes que deriva dessa síntese. Ou seja, seria tanto um desvio antimarxista, por não se balizar nas determinações do modo de produção capitalista apresentadas por Karl Marx em *O capital*, quanto teorístico, por ignorar as modalidades históricas de articulação dos modos de produção, apagando a trajetória particular dos diferentes países latino-americanos. Em suas palavras,

não existe lei alguma que seja própria da “dependência” ou do “subdesenvolvimento”, já que, rigorosamente falando, estas situações configuram um problema histórico e não um problema teórico. (...) Neste sentido, defendemos a inexistência de um objeto teórico que possa dar lugar

a uma “Teoria da Dependência” ou algo parecido, a menos que se parta de uma confusão de níveis de abstração que impeça de distinguir uma lei de suas *modalidades concretas de realização*. Por fim, ninguém até agora conseguiu explicar em que consistem essas leis *sui generis* que, supostamente, regem o desenvolvimento (ou subdesenvolvimento) das sociedades latino-americanas (CUEVA, 1979, p. 78-79, grifos do autor, tradução nossa).

Ainda que Cueva reconheça em uma nota de rodapé ao parágrafo anterior que “a única tentativa séria neste sentido é a de Marini, a partir do conceito de ‘superexploração’” (CUEVA, 1979, p. 79, tradução nossa), a citação acima está em nítido contraste com a “carta de intenções” metodológicas contida no escrito “Sobre a dialética da dependência” (2022b), em que Marini não só aponta o caráter ensaístico da “Dialética da dependência” quanto indica que seu objetivo era

contribuir com o esforço de outros que se dedicam ao estudo das leis de desenvolvimento do capitalismo dependente (...). Com efeito, apesar do cuidado posto em matizar as afirmações mais conclusivas, sua extensão limitada levou a que as tendências analisadas se traçassem em grandes linhas, o que lhe conferiu muitas vezes um perfil muito destacado. Por outra parte, o nível mesmo de abstração do ensaio não propiciava o exame de situações particulares, que permitissem introduzir no estudo um certo grau de relativização. (...) Por conseguinte, um primeira conclusão a destacar é precisamente a de que as tendências assinaladas em meu ensaio incidem de formas diversas nos diferentes países latino-americanos, segundo a especificidade de sua formação social (...) as sobrevivências dos antigos modos de produção que regiam a economia colonial determinam todavia em grau considerável a maneira como se manifestam nesses países as leis de desenvolvimento do capitalismo dependente (MARINI, 2022b, p. 217-218).

A partir desta citação podemos concluir que para Marini a apreensão das legalidades gerais do capitalismo latino-americano é tanto necessária quanto insuficiente para a compreensão do movimento concreto das diferentes formações sociais. Essa compreensão do caminho de análise era compartilhada pelos autores clássicos da Teoria Marxista da Dependência, e um esforço de concretização posterior dessas legalidades gerais é avançado por

Vânia Bambirra em seu *O capitalismo dependente latino-americano* (BAMBIRRA, 2015). É explícita, portanto, uma diferença entre as concepções de Cueva e de Marini sobre qual o caminho de concretização das leis do modo de produção capitalista apresentadas em sua “pureza” genérica em *O capital*. Para nós, essa diferença do caminho de concretização está vinculada a uma diferente concepção de como objetivamente se estrutura o desenvolvimento desigual no âmbito do mercado mundial capitalista, ou seja, está vinculada à concepção do que é a *dependência* enquanto fenômeno objetivo.

A problemática do desenvolvimento desigual é própria à historicidade da vida social e engloba as determinações particulares do Estado, da linguagem, da arquitetura, entre outras esferas sociais crescentemente complexificadas, em sua relação com uma totalidade que tem a economia como base estruturante necessária. O desenvolvimento enquanto complexificação crescente de um complexo e das relações entre diferentes complexos é, na interpretação de Marx feita por Gyorgy Lúkacs (2018, p. 281-422), resultado da afirmação histórica das leis internas desses mesmos complexos. Para a sociedade capitalista, isso significa dizer que seu desenvolvimento é tanto uma realização de suas leis gerais quanto sua complexificação crescente, de maneira a ser cada vez mais estruturada por categorias propriamente capitalistas. A desigualdade do desenvolvimento é, neste sentido, um fenômeno necessário justamente enquanto síntese das diferentes legalidades das diversas esferas sociais. Os diversos complexos que caracterizam a vida social possuem cada um determinações particulares, ainda que estejam profundamente relacionados entre si e sejam determinados pela estruturação do ser social que confere prioridade ontológica às relações econômicas (LÚKACS, 2018, p. 359). Assim, incorporamos a concepção de desenvolvimento desigual enquanto resultado *necessário* da síntese das legalidades particulares, e, portanto, do comportamento heterogêneo das diferentes esferas da totalidade da vida social (BONENTE, 2016, p. 37), e das legalidades operantes no interior de um mesmo complexo, como o conjunto das relações de produção.



Aqui nos defrontamos com uma problemática clássica, tipicamente marxista: demonstrar como o desenvolvimento desigual é o resultado endógeno da atuação das tendências gerais deste modo de produção. E de acordo com Lukács, a partir da Revolução Industrial, o espaço de atuação das tendências gerais do modo de produção capitalista passa a ser o mercado mundial:

A primeira produção realmente social, a capitalista, constitui também o primeiro terreno adequado à plena explicitação do desenvolvimento desigual. Isso porque a vinculação econômica faz com que, a partir de territórios cada vez mais extensos e ligados economicamente, seja criado um sistema de relações econômicas cada vez mais ricas e intrincadas, em cujo âmbito as diversidades locais podem influir – tanto positiva quanto negativamente – com cada vez mais intensidade e facilidade sobre a direção do desenvolvimento global (LUKÁCS, 2018, p. 384).

De maneira mais concreta: a afirmação das legalidades gerais do modo de produção capitalista no âmbito do mercado mundial tanto reproduz as desigualdades preexistentes quanto estrutura diversos mecanismos que as reforçam (as transferências de valor, a subordinação produtiva, financeira e tecnológica). Essa *necessidade* de diferenciação crescente entre as distintas partes que compõem as relações capitalistas é uma discussão básica das teorias marxistas do imperialismo, tal como apresentado desde muito cedo por Vladimir Lênin em *Imperialismo: fase superior do capitalismo* (1979). A dependência, a partir dessa perspectiva, guarda então uma dupla determinação inicial: a) ser resultado necessário da operação das legalidades gerais no mercado mundial capitalista, que reproduzem e acentuam o desenvolvimento desigual entre as diferentes formações sociais; e b) ser uma forma particular de capitalismo, em que suas legalidades gerais se encontram mediadas por esse desenvolvimento desigual e estruturam um conjunto de legalidades particulares aos países dependentes.

Podemos defender que a Teoria Marxista da Dependência não se baseia na negação das leis gerais do modo de produção capitalista, como quer Cueva, mas no seu desdobramento de acordo com a operação concreta do

capitalismo em nível mundial<sup>1</sup>. Trata-se, portanto, de um esforço defensável de um ponto de vista marxista. Ao adicionar uma etapa no caminho de concretização das legalidades gerais do modo de produção capitalista, Marini evidenciou a estreita vinculação entre o método abstrativo e a reconstituição de uma mediação categorial necessária para a análise concreta totalizante. É por isso que Marini inicia seu ensaio discorrendo sobre os dois desvios típicos de análise da realidade latino-americana: para apontar que a incorporação do desenvolvimento desigual enquanto necessidade engloba também a reafirmação do arcabouço categorial marxista, ainda que desdobrado (MARINI, 2022a, p. 168). Não se trata, portanto, de um tipo ideal weberiano, mas do reconhecimento de que o desenvolvimento desigual exige a apreensão de categorias comuns de formações sociais particulares, portanto, uma Teoria da Dependência. A *dependência* é uma categoria propriamente marxista por conter um conteúdo real, com legalidades internas que reproduzem determinados traços comuns das sociedades latino-americanas, que não são unidas somente por características comuns de sua estruturação interna no momento de sua incorporação ao mercado mundial ou por um inimigo em comum.

O ponto que diferencia o pensamento de Marini em “Dialética da dependência” é o desenvolvimento desigual enquanto base estruturante do funcionamento do capitalismo dependente. Por isso é possível falar em uma Teoria da Dependência, ainda que suas legalidades mais gerais também tenham de ser concretizadas para incorporar outras determinações históricas e categoriais. Não é à toa que são poucas as categorias apresentadas ao longo do ensaio: transferências de valor, superexploração e cisão do ciclo do capital (e, poderíamos agregar, a superpopulação relativa dilatada). Mas são categorias necessárias, que permitem especificar melhor a via de operação do imperialismo por colocar a ênfase na totalidade do processo. Marini não desmerece a análise de classe em favor de um sistema indeterminado

---

<sup>1</sup> Nas palavras de Bambirra, Cueva entende que “depois que Marx escreveu *O capital* tudo está claro sob o sol” (BAMBIRRA, 1978, p. 50, tradução nossa).

de contradições nacionais e regionais, mas pondera que a própria base econômica dos países dependentes se configura de uma maneira particular, de acordo com as desigualdades existentes no mercado mundial, o que estrutura a sua dinâmica interna de luta de classes<sup>2</sup>. Da mesma maneira, não existe uma ênfase nas legalidades da dependência em detrimento da articulação concreta dos modos de produção, mas sim na compreensão de como essas relações historicamente legadas são reproduzidas e ressignificadas mediante a afirmação dessas leis (MARINI, 2022, p. 169).

Vale ressaltar neste momento o papel central que a superexploração da força do trabalho assume. Para Bamberira, “o grande aporte de Marini à Teoria da Dependência foi ter demonstrado como a superexploração do trabalho configura uma lei de movimento própria do capitalismo dependente” (1978, p. 54, tradução nossa). Enquanto mecanismo de compensação, ela é tanto uma categoria que funciona como mediação entre essas legalidades gerais do mercado mundial quanto a categoria que fundamenta a particularidade da economia dependente<sup>3</sup>. Ou seja, a superexploração se constitui no vínculo entre a esfera do capitalismo global e a do capitalismo dependente, a qual está contida na primeira, mas guarda determinações específicas. Essa capacidade de apontar para uma análise totalizante ao indicar em si a incorporação de outras instâncias, mais concretas, é o que assegura a qualidade de seu papel abstrativo. É a partir da superexploração da força de trabalho que se desdobra o conjunto já referido de legalidades do capitalismo dependente, e isso fica evidente na própria organização expositiva da “Dialética da dependência” (MARINI, 2022b, p. 231). Claro que esse tipo de posicionamento contradiz as perspectivas que encontram a superexploração em outras geografias (por exemplo, nas zonas pauperizadas dos países

---

<sup>2</sup> Vale lembrar a posição de Bamberira: “A análise das classes é, em primeiro lugar, uma análise da estrutura econômica. Para sermos mais inteligível e rigorosa (Agustin Cueva gosta do rigor): uma análise da estrutura e desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção – portanto, uma análise de seu movimento, ou seja, da luta de classes, e, em seguida, uma análise de suas manifestações superestruturais, isto é, das ideologias, instituições, cultura etc.” (1978, p. 32, tradução nossa).

<sup>3</sup> Ver Carcanholo (2013).

imperialistas) quanto as que pensam ser possível a elaboração de uma Teoria Marxista da Dependência sem superexploração.

Importante notar também que Marini escolhe um modo particular de expor o que ele considera serem as legalidades gerais da economia dependente. Em “Dialética da dependência” essas legalidades são apresentadas mediante uma reconstituição sintética e abstrata do desenvolvimento brasileiro, construída de maneira a demonstrar o que esta trajetória particular expõe de genérico ao desenvolvimento do capitalismo na América Latina. O Brasil, assim, funciona para Marini como um caso clássico, isto é, como um processo que expõe de maneira menos mediada os elementos que são comuns às economias dependentes (LÚKACS, 2018, p. 375). Não se trata de uma escolha arbitrária, mas de uma condição particular determinada por especificidades da formação social brasileira, como a forma em que se articularam os modos de produção remanescentes, o tipo de independência política que foi levada a cabo, o controle nacional dos setores de exportação, o tamanho do mercado interno etc. Ou seja, são fatores historicamente contingentes que possibilitaram ao Brasil assumir uma trajetória de desenvolvimento que expõe de maneira mais límpida determinações que são gerais aos países latino-americanos<sup>4</sup>.

Agora vamos para uma questão muito importante. Cueva tem plena razão ao defender que a forma de inserção na divisão internacional do trabalho e as vias de ação do imperialismo são determinadas em última instância pela estruturação interna das formações latino-americanas, isto é, pela articulação particular de modos de produção e dinâmica de classes consequente. Aliás, este é justamente o conteúdo da indicação de Marini de que “não é porque foram cometidos abusos contra as nações não industriais que estas se tornaram economicamente débeis, é porque eram débeis que se abusou

---

<sup>4</sup> Mesmo Cueva assume indiretamente esse caráter clássico do desenvolvimento brasileiro em *El desarrollo del capitalismo en América Latina*: “A especificidade do Brasil, que procuramos evidenciar para evitar simplificações, explica sua conversão em verdadeira ponta de lança do imperialismo em todos os âmbitos: econômico, político, militar e inclusive ideológico. É evidente, entretanto, que o padrão de desenvolvimento ali implantado explicita ao mesmo tempo certas tendências gerais da trajetória posterior do capitalismo na América Latina” (1999, p. 228., tradução nossa).

delas” (MARINIA, 2022a, p. 181). Perspectivas que entendem a formação das economias dependentes unicamente a partir de determinações externas, por exemplo da emergência do capitalismo comercial ou da divisão internacional do trabalho posta pela Revolução Industrial, têm uma debilidade insuperável em explicar não só o porquê certas colônias se tornaram países centrais (Estados Unidos, Canadá) mas também, tal como apontado por Cueva, o porquê da diferenciação interna entre os países dependentes, e não só os latino-americanos.

Neste sentido, entendemos que ainda que a assunção a uma posição subordinada no mercado mundial seja determinada pela configuração inicial das formações sociais latino-americanas, não é menos verdade que essa mesma posição conduz à emergência de legalidades que as modificam por dentro e reproduzem em escala ampliada sua condição dependente<sup>5</sup>. Existe uma diferença qualitativa entre o desenvolvimento histórico concreto que leva às “debilidades” que permitem os abusos de que fala Marini e as legalidades que emergem a partir desta mesma incorporação no mercado mundial. Esse desenvolvimento histórico concreto é a síntese da articulação dos modos de produção remanescentes, da estrutura colonial, da dinâmica consequente da luta de classes, e, tal como afirma Cueva, são os traços comuns desse processo que colocam a unidade latino-americana na divisão internacional do trabalho. Agora, as legalidades da economia dependente são de outra natureza, e mesmo que cada formação tenha uma trajetória particular de desenvolvimento do capitalismo, é justamente esse posicionamento subordinado comum, historicamente determinado, que dá base à emergência de legalidades comuns, continuamente reproduzidas pelo próprio funcionamento do capitalismo mundial, e que reforçam sua unidade por reestruturarem por dentro essas economias em um sentido comum. Tal como foi uma configuração particular da dinâmica de classes do campesinato inglês

---

<sup>5</sup> “Naturalmente foi a ‘índole de nossas sociedades’ o que determinou o tipo de vínculo ao capitalismo mundial. (...) Pouco a pouco essas condições foram sendo redefinidas, em função da evolução da situação interna e das necessidades de expansão do sistema capitalista no nível dominante” (BAMBIRRA, 1978, p. 58, tradução nossa).

que, em condições históricas dadas de forças produtivas, formas estatais e etc., deu origem ao modo de produção capitalista e portanto à explicitação de suas legalidades gerais, a dinâmica diferenciada de classes no interior de cada país latino-americano, à exceção de casos que foram capazes de mudar qualitativamente o tipo de inserção no mercado mundial, não são opostos à emergência de leis comuns de desenvolvimento<sup>6</sup>. Trata-se, evidentemente, de uma problemática vinculada à relação entre legalidades gerais e processualidade histórica, tema a que nos voltaremos na próxima seção. A não distinção destes dois objetos é o que leva Cueva a amalgamar, em sua crítica, o problema de concretização das legalidades gerais do capitalismo e a forma específica de incorporação dos países latino-americanos no mercado mundial, que ao nosso ver são questões distintas.

A “Dialética da dependência” é perfeitamente defensável enquanto esforço de exposição das legalidades mais gerais do capitalismo latino-americano, mesmo para o mais ortodoxo dos marxismos. E sobre o suposto teorismo de que Cueva tanto fala, vale notar que dentre as grandes qualidades teórico-políticas de Marini se destaca justamente a habilidade de concretizar várias das categorias mais abstratas em análises sobre a dinâmica de classes assumida em determinadas formações econômico-sociais, em conjunturas históricas específicas: *Subdesenvolvimento e revolução* (MARINI, 2017) e *Reformismo e contrarrevolução: estudos sobre o Chile* (MARINI, 2019) são evidências suficientes. Devemos lembrar que Marini era um pensador marxista-leninista, e, portanto, sua preocupação última era sempre buscar apreender a realidade concreta em sua totalidade de determinações para, a partir daí, delinear qual a estratégia e a tática mais adequadas para a classe trabalhadora. O esforço de apresentar as legalidades gerais da América Latina era *subordinado* a essa perspectiva mais geral, e isso é evidente em toda a trajetória intelectual do pensador. Resumir o pensamento de Marini à “Dialética da dependência” implica não só deturpar o significado metodológico desse ensaio, mas também apagar seu sentido político. Isso

---

<sup>6</sup> Muitas das quais foram reconhecidas por Cueva (1999, p. 100).

não significa, entretanto, que esse mesmo esforço não contenha problemas importantes que em alguma medida atrapalham seu objetivo. Para eles nos voltamos na próxima seção.

### **Contra a “Dialética da dependência”**

Se Cueva está equivocado ao acusar Marini de construir um modelo de “tipo ideal weberiano”, é certo que em “Dialética da dependência” é escolhido um caminho particular para a apresentação das legalidades gerais do capitalismo dependente. Marini defende logo no início do ensaio que a apreensão dessas determinações mais gerais deve partir da via particular de integração das economias latino-americanas ao mercado mundial fundado pela Revolução Industrial, pois ela serviria de base a todo desenvolvimento posterior da região e iluminaria algumas categorias básicas do capitalismo dependente ao apresentá-las de maneira mais simples (MARINI, 2022a, p. 169). Na defesa de sua argumentação, Marini cita um trecho da *Introdução à crítica da economia política*, de Marx:

(...) a categoria mais simples pode expressar as relações dominantes de um todo não desenvolvido ou as relações subordinadas de um todo mais desenvolvido, relações que já existiam historicamente antes de que o todo se desenvolvesse no sentido expressado por uma categoria mais concreta. Só então, o caminho do pensamento abstrato, que se eleva do simples ao complexo, poderia corresponder ao processo histórico real (2022a, p. 169).

O problema é que, como fica claro no caminho expositivo de “Dialética da dependência”, Marini parece interpretar daí a *necessidade*, e não apenas a *possibilidade*, da identidade entre o processo de concreção teórico e o desenvolvimento histórico da condição dependente. Essa orientação se torna mais evidente no escrito “Sobre a dialética da dependência” (MARINI, 2022b), cujo objetivo era elucidar alguns de seus posicionamentos em “Dialética da dependência” frente aos debates que haviam suscitado. Um dos pontos de que trata é justamente o tema do método utilizado:

Um segundo problema se refere ao método utilizado no ensaio, que se explicita na indicação da necessidade de partir da circulação para a produção, para empreender depois o estudo da circulação que esta produção engendra. Isso, que tem suscitado algumas objeções, corresponde rigorosamente ao caminho seguido por Marx. Basta recordar como, em *O capital*, as primeiras seções do livro I estão dedicadas a problemas próprios da esfera da circulação e somente a partir da terceira seção se entra no estudo da produção: do mesmo modo, uma vez concluído o exame das questões gerais, as questões particulares do modo de produção capitalista se analisam de idêntica maneira nos dois livros seguintes. Mais além da exposição, isso tem a ver com a essência mesma do método dialético, que faz coincidir o exame teórico de um problema com seu desenvolvimento histórico; é assim como essa orientação metodológica não só corresponde à fórmula geral do capital, mas também dá conta da transformação da produção mercantil simples em produção mercantil capitalista (MARINI, 2022b, p. 219).

Essa concepção sobre o caminho do método marxista não se limita à análise da passagem da circulação no mercado mundial para a produção dependente, mas guia toda a “Dialética da dependência”. Como vimos no item anterior, a exposição se baseia numa reconstituição sintética e abstrata do desenvolvimento capitalista brasileiro, elaborada de maneira a “coincidir o exame teórico de um problema com seu desenvolvimento histórico”. Essa interpretação do método de Marx é coerentemente seguida por Marini na “Dialética da dependência”, em que se sucedem historicamente as transferências de valor, a resposta compensatória via superexploração da força de trabalho, a cisão posterior do ciclo do capital, as consequências desta para a industrialização dependente e a ameaça subimperialista. Desdobramento categorial e desenvolvimento histórico estão, assim, em identidade absoluta.

Esta interpretação, entretanto, contém problemas significativos ao fundir a esfera fenomênica das leis da economia dependente, ou seja, como elas se apresentam na síntese com os diversos complexos sociais em sua processualidade histórica, com as próprias leis. Em primeiro lugar, isso pressupõe que é universalmente válida a proposição de que estágios históricos anteriores de uma determinada categoria explicitam sua forma mais simples



ou, o que nos parece ainda mais equivocado, mais “pura”. Marx e Lukács outorgaram a casos muitíssimos especiais a possibilidade de o desenvolvimento histórico apresentar, mesmo que aproximadamente, a explicitação do conteúdo de determinada categoria, isto é, o desdobramento de suas legalidades internas (LUKÁCS, 2018, p. 313). Sua generalização por parte de Marini nos parece, portanto, completamente indevida, e abre espaço para muitos dos problemas que trataremos em seguida.

Em segundo lugar, tal caminho metodológico leva a uma confusão entre o processo de passagem entre diferentes níveis de abstração e a distinção do que é geral e o que é particular no interior da condição dependente. Dito de outra maneira, aparecem dificuldades para a apreensão correta das leis de movimento próprias à dependência e da maneira como essas leis se sintetizam com outras estruturas e produzem os fenômenos históricos. Esse caminho também apaga a distinção entre possibilidade histórica de operação de uma categoria (seus pressupostos concretamente determinados) e as suas determinações internas. Por fim, também se escondem os pressupostos implícitos na passagem entre diferentes níveis de concretização. Tudo isso é agravado na “Dialética da dependência” pela escolha expositiva de Marini de seguir o desenvolvimento brasileiro como caso clássico, e o resultado é que ao longo do ensaio se torna cada vez mais difícil discernir as fronteiras entre o geral e o particular, entre as categorias e sua expressão histórica na trajetória particular do Brasil. Portanto, ao contrário do que apontou Cueva, se há um desvio em “Dialética da dependência”, este é muito mais determinado por um historicismo exacerbado do que por um teorismo abstrato.

Esse apagamento de fronteiras acaba por esconder tanto as mediações históricas decisivas, que perturbam a identificação do grau de generalidade das legalidades em discussão e seu nível de abstração, quanto as condições históricas de sua emergência. Isso faz com que muitos dos desdobramentos categoriais se apresentem como derivações categoriais “lógicas”, o que oculta momentos decisivos da conjuntura histórica e as alternativas resultantes

da luta de classes que aparecem em análises mais concretas (a formação do mercado interno e o domínio da burguesia local sobre os setores exportadores). Daí a “Dialética da dependência” aparecer para Cueva como uma sistematização insuficiente para os casos particulares, enquanto na verdade é uma tentativa de apreensão abstrata cuja fronteira com desenvolvimento histórico não está bem delimitada.

Vamos concretizar nossas considerações críticas passando para a análise de algumas passagens em que essas dificuldades ficam evidentes. Um primeiro momento em que o caminho expositivo escolhido por Marini<sup>7</sup> dá origem a problemas teóricos importantes é justamente no ponto tão criticado por Cueva (1979): a transição latino-americana para o processo de industrialização, em que Marini enfatiza a importância das crises do mercado mundial nas primeiras décadas do século XX para o deslocamento do centro de acumulação de capital das economias dependentes para o setor industrial. Conforme apontamos, a fusão entre desenvolvimento histórico e operação das legalidades apaga características importantes de cada formação latino-americana, inclusive da luta de classes, tal como o poder de compra alcançado pelas classes médias urbanas e o grau de controle das classes exportadoras sobre o excedente econômico (características que ficam evidentes em BAMBIRRA, 2015). Ao não se explicitarem esses pressupostos, ficam escanteados os efeitos diversos que essa crise teve sobre a América Latina, e a “Dialética” se quebra em seu nível de generalidade.

---

<sup>7</sup> Os autores aventam a hipótese de que o caminho expositivo de Marini esposado em “Dialética da Dependência” baseia-se em sua compreensão do método expositivo de Marx em *O Capital*, em que entre as seções 2 e 3 se parte da análise da circulação de mercadorias para a análise do processo de produção. De maneira análoga, na “Dialética” Marini parte da circulação mundial à produção dependente. Cabe-nos ainda investigar se a passagem para o reino da produção operada por Marini parte de compreensão historicista da exposição de *O Capital* ou se, seguindo nossa concepção do movimento expositivo operado por Marx, trata-se de uma questão de prioridade ontológica. Nas palavras de Lúkacs (2018, p. 307): “Quando atribuímos uma prioridade ontológica a determinada categoria com relação a outra, entendemos simplesmente o seguinte: a primeira pode existir sem a segunda, enquanto o inverso é ontologicamente impossível”. Nos termos do tema aqui tratado, isso significa que somente podemos apreender a totalidade das relações da circulação de mercadorias quando já são conhecidas as determinações da produção, que lhe é ontologicamente pressuposta e condicionante.

O problema apontado é ainda mais evidente nas categorias mais complexas e concretas, em particular no caso do *subimperialismo*. Por estar vinculado enquanto fenômeno às contradições postas pelo processo de industrialização dependente, baseado no avanço da complexificação do setor de bens suntuários em um mercado interno constrangido, ou seja, por ter um elevado grau de concreção e delimitação histórica, é difícil distinguir quais de seus nexos são essenciais e quais são contingentes, o que constitui obstáculo para compreender as permanências e as mudanças em seu desenvolvimento fenomênico posterior. O desdobramento categorial também aqui esconde pressupostos históricos importantes, e é o momento em que a “Dialética” cai para seu menor grau de generalidade, ao fazer referência a uma trajetória latino-americana específica.

Por fim, vale a pena indicar que a fusão operada por Marini entre o desenvolvimento histórico e a as legalidades do capitalismo dependente pode estar na origem de algumas polêmicas em torno da categoria de superexploração da força de trabalho. Já afirmamos que esse procedimento expositivo apaga a diferença entre as condições históricas de emergência de determinado fenômeno e a suas legalidades internas. Assim, são pressupostos históricos da superexploração da força de trabalho a não centralidade da classe trabalhadora enquanto espaço para a realização do capital-mercadoria e a existência de uma oferta ampliada de força de trabalho, vinculada aos resquícios populacionais dos modos de produção em crescente dissolução (MARINI, 2022a, p. 197). Entretanto, a superexploração enquanto *necessidade*, isto é, como determinação imanente à economia dependente, que dá um sentido específico ao desenvolvimento do capitalismo, só pode ser entendida em sua peculiaridade enquanto mecanismo de compensação às transferências internacionais de valor. Muitas das distintas posições teóricas sobre o conteúdo da superexploração se baseiam em visões diferentes acerca da causalidade existente entre superpopulação relativa e superexploração da força de trabalho, e quase todas se baseiam em referências diretas aos textos de Marini para provar seu ponto. O que queremos destacar aqui é que talvez para o próprio Marini essas disputas não fizessem sentido devido à sua

concepção da relação entre legalidade e desenvolvimento histórico. É muito mais importante, neste caso, fazer uma crítica rigorosa da categoria e da metodologia seguida pelo autor.

Assim, se a proposta do ensaio é plenamente justificável de um ponto de vista rigorosamente marxista, a via analítica e expositiva escolhida por Marini na “Dialética da Dependência” contém dificuldades relevantes que devem ser explicitadas e superadas. Estas dificuldades não anulam a importância desta sistematização pioneira e nem a validade das leis gerais que foram nela apresentadas. A compreensão de seu ineditismo e originalidade exige sua leitura rigorosa, de maneira a resgatar os elementos que permanecem relevantes para a compreensão da América Latina. É assim que asseguramos seu caráter clássico.

### **Considerações finais**

Neste artigo procuramos evidenciar alguns dos pilares metodológicos da “Dialética da dependência”, comentando os elementos positivos e os problemáticos do caminho escolhido por Marini. Argumentamos que sua tentativa de apresentar as leis básicas que regem as economias latino-americanas é plenamente compatível com o método abstrativo e com a concepção de desenvolvimento desigual que são particulares ao marxismo. Depois, defendemos que a via analítica e expositiva escolhida por Marini guarda aspectos negativos ao fundir essas legalidades gerais com suas vias históricas de manifestação, o que tende a colocar problemas significativos para a concretização posterior dessas categorias. Tentamos apontar alguns momentos em que esses problemas ficam evidentes na “Dialética da dependência”, sempre ponderando que eles de forma alguma apagam a validade do esforço de Marini e tampouco das categorias por ele descobertas.

Em nossa percepção, grande parte da recuperação recente da Teoria Marxista da Dependência praticou, explicitamente ou não, um esforço de enquadramento rigoroso das legalidades da economia dependente,

superando muitos dos dilemas apontados [ver, por exemplo, LUCE (2018)]. Porém, há um elemento que a recuperação recente ainda não conseguiu trabalhar com a mesma ênfase e sistematicidade que os autores clássicos, justamente aquele que Cueva tratava como imprescindível: a concretização da análise dessas determinações gerais e a centralidade assumida pela luta de classes em cada formação particular. Notamos ainda na primeira seção deste artigo que o trabalho teórico de Marini estava subordinado à busca por compreender a dinâmica da luta de classes na América Latina em sua pluralidade de determinações, balizando as discussões sobre qual o horizonte político adequado para a classe trabalhadora. Ainda há muito que avançar na recuperação plena do sentido profundamente marxista-leninista das análises dos autores clássicos da Teoria Marxista da Dependência. Mesmo que esta característica tenha sido apagada também por Cueva em suas críticas<sup>8</sup>, esse é o traço que une crítico e criticado e os aproxima politicamente ao longo da década de 1970 e 1980: Cueva, por ser um grande marxista e leninista convicto, vê a importância das transformações do imperialismo no pós-guerra e suas consequências sobre a posição na divisão internacional do trabalho e a luta de classes da América Latina. Daí sua classificação por Marini como o crítico “mais dependentista de todos” (MARINI, 1993, tradução nossa).

A “Dialética da dependência” chega aos 50 anos de sua publicação reconhecidamente como um dos textos seminais para a compreensão da realidade latino-americana. Mas devemos lembrar sempre que a recuperação plena de seu sentido metodológico depende do resgate da totalidade da perspectiva teórico-política de seu autor. Esse ensaio clássico estava inserido em um projeto guiado por uma concepção marxista-leninista de ciência e de prática política, e só pôde ser produzido no espírito de embasar a análise rigorosa da realidade latino-americana, especialmente das diversas conjunturas

---

<sup>8</sup> Por exemplo, Cueva (1979), em sua resposta às críticas de Bambilra, passa ao largo da definição madura desta pensadora sobre a Teoria Marxista da Dependência: “Em meu juízo, a Teoria da Dependência deve ser entendida como a aplicação criadora do marxismo-leninismo à compreensão das especificidades que assumem as leis de movimento do modo de produção capitalista em países como os latino-americanos” (BAMBILRA, 1978, p. 38, tradução nossa).

políticas e das vias de sua transformação. Assim, a melhor forma de fazer jus a tal contribuição é avançar também na análise das novas conjunturas, de como se configura a dinâmica atual da luta de classes em cada formação social e quais estratégias e táticas devemos delinear em favor da classe trabalhadora.

## Referências

- BAMBIRRA, Vânia. *Teoría de la dependência: una anticrítica*. México DF: Era, 1978.
- BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. Tradução: Fernando Corrêa Prado e Marina Machado Gouvêa. Florianópolis: Insular, 2015.
- BONENTE, Bianca Imbiriba. *Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista*. Niterói: Eduff, 2016.
- CARCANHOLO, Marcelo. (Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (org). *Desenvolvimento e dependência – cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: Ipea, 2013.
- CUEVA, Agustin. *Teoría social y procesos políticos en América Latina*. México DF: Edicol, 1979.
- CUEVA, Agustin. *El desarrollo del capitalismo em América Latina: ensayo de interpretación histórica*. México DF: Siglo Ventiuno Editores, 1999.
- LÊNIN, Vladimir. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. Tradução: Olinto Beckerman. São Paulo: Global, 1979.
- LUCE, Mathias. *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias – uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- LUKÁCS, Gyorgy. *Para uma ontologia do ser social I*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2018.
- MARINI, Ruy Mauro. La crisis teórica. In: *América Latina: integración y democracia*. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1993.
- MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Tradução: Fernando Correa Prado e Marina Machado Gouvêa. Florianópolis: Insular, 2017.
- MARINI, Ruy Mauro. *O reformismo e a contrarrevolução: estudos sobre o Chile*. Tradução: Diógenes Moura Breda. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. Tradução: Marcelo Dias Carcanholo. In.: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). *Ruy Mauro Marini: “Dialética da dependência” e outros escritos*. São Paulo: Expressão Popular, 2022a.
- MARINI, Ruy Mauro. Sobre a Dialética da dependência. Tradução: Carlos Eduardo Martins. In.: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). *Ruy Mauro Marini: “Dialética da dependência” e outros escritos*. São Paulo: Expressão Popular, 2022b.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Tradução: Flávio Kothe e Régis Barbosa. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

DAVISSON C. CANGUSSU DE SOUZA  
RENATA FALAVINA C. DE OLIVEIRA  
JOÃO GUILHERME ALVARES DE FARIAS  
ALEX VIANA RAMOS MONTE

## ESTADO DEPENDENTE, SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E SOBREDOMINAÇÃO POLÍTICA

Recebido em 15/07/2023

Aprovado em 13/05/2024

DOI: 10.69585/2595-6892.2024.1066



# ESTADO DEPENDENTE, SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E SOBREDOMINAÇÃO POLÍTICA

## DAVISSON C. CANGUSSU DE SOUZA

Professor Associado III do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Univ. Federal de São Paulo (Unifesp).

E-mail: [davisson.souza@unifesp.br](mailto:davisson.souza@unifesp.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3384-3851>

## RENATA FALAVINA C. DE OLIVEIRA

Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

E-mail: [renatafalavina@gmail.com](mailto:renatafalavina@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5366-8691>

## JOÃO GUILHERME ALVARES DE FARIAS

Doutorando no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Univ. Federal de São Paulo (Unifesp).

E-mail: [alvares.farias@unifesp.br](mailto:alvares.farias@unifesp.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7488-8370>

## ALEX VIANA RAMOS MONTE

Doutorando no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Univ. Federal de São Paulo (Unifesp).

E-mail: [avrmavrm10@gmail.com](mailto:avrmavrm10@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5700-2336>

### Resumo

O objetivo deste texto é avançar na reflexão sobre as determinações da dependência política nas formações dependentes, debate que, segundo nosso entendimento, tem recebido um tratamento secundário pelos estudos inspirados na Teoria Marxista da Dependência (TMD). Sem a pretensão de suprir essa lacuna, dedicamo-nos a uma questão específica que pensamos ser um ponto de partida para avançar nessa questão: a relação entre o binômio transferência de valor e superexploração da força de trabalho e o Estado dependente. A análise aqui empreendida nos levou a concluir que a reprodução ampliada das relações de dependência é permeada não só pela subordinação das decisões políticas dos Estados dependentes aos interesses das classes dominantes das formações imperialistas (denominada por teóricos da TMD de subsoberania), mas também pela exacerbação dos mecanismos internos da dominação de classe no interior das formações dependentes, fenômeno que denominamos de sobredominação política. Desse modo, ao binômio *transferência de valor e superexploração da força de trabalho*, no plano econômico, corresponderia o binômio *subsoberania e sobredominação*, no plano das relações políticas. Concluímos ainda que ambos os fenômenos têm a sua existência assegurada, e são potencializados por outro não menos crucial, a superopressão, ou seja, a exacerbação da estigmatização de certos grupos sociais, a partir de clivagens de raça, gênero e região, que, por sua vez, seriam os alvos privilegiados da superexploração e da sobredominação de classe.

**Palavras-chave:** Teoria Marxista da Dependência (TMD); Estado dependente; superexploração da força de trabalho; sobredominação política; superopressão de raça, classe e região.

## Abstract

The main purpose of this text is to advance the reflection on the determinants of political dependency in dependent social formations, a debate that, according to our understanding, has received a secondary treatment by the studies inspired by the Marxist Theory of Dependency (MTD). Without intending to fill this gap, we dedicate ourselves to a specific issue that we believe to be a starting point for advancing this matter: the relationship between the binomial transfer of value and super-exploitation of labor power and the dependent State. This analysis has led us to conclude that the expanded reproduction of the dependency relations is not only permeated by the subordination of the political decisions taken by dependent states to the interests of the ruling classes of the imperialist social formations (approached by MTD theorists as subsovereignty), but also by the exacerbation of the internal mechanisms of class domination within dependent formations, a phenomenon that we call “political overdominance”. Thus, the binomial *transfer of value and the super-exploitation of labor power*, on the economic level, would correspond to the binomial *subsovereignty and overdomination*, on the level of political relations. We also conclude that both phenomena have their existence assured, and are potentiated, by another no less crucial phenomenon, super-oppression, that is, the exacerbation of the stigmatization of certain social groups, based on cleavages of race, gender and region which, in turn, would be the privileged targets of the super-exploitation and class overdomination.

**Keywords:** Marxist Dependency Theory (MDT); dependent State; overexploitation of the labor power; political overdomination; over-oppression of race, class and region.

## Introdução<sup>1</sup>

A despeito da retomada do debate sobre a questão da dependência no Brasil nos últimos anos, especialmente em decorrência da “redescoberta” da Teoria Marxista da Dependência (TMD)<sup>2</sup>, é possível afirmar que o foco dos estudos contemporâneos dedicados a essa questão tem sido direcionado à dimensão econômica da dependência, sendo reservado um lugar secundário à sua dimensão política. Em parte, isso se deve ao caráter assistemático das reflexões dos(as) teóricos(as) da dependência, de modo geral, e dos clássicos da TMD, em particular, em relação à questão do poder político. Mas também se relaciona com a ausência de uma teorização rigorosa acerca daquele que nos parece ser o conceito fundamental para pensar a dependência política na periferia do capitalismo: o Estado dependente<sup>3</sup>.

O intuito do presente texto não é suprir de todo esta lacuna, o que exigiria um esforço teórico que não corresponde ao atual estágio de nossas reflexões. Nosso objetivo, muito mais modesto, é avançar em um ponto que, segundo nosso entendimento, não tem sido suficientemente tratado pela bibliografia interessada no tema: a relação entre o binômio transferência de valor/superexploração da força de trabalho e o Estado dependente. De acordo com

---

<sup>1</sup> Este texto é resultado do debate realizado pelos(as) autores(as) ao longo dos últimos anos no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Classes e Conflitos Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Gepecso/Unifesp).

<sup>2</sup> A TMD começou a ser desenvolvida a partir do final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, tendo como fundadores(as) os(as) seguintes autores(a) brasileiros(as) exilados(as) no Chile e no México: Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos.

<sup>3</sup> Destacamos três importantes exceções. A primeira diz respeito à reflexão de Jaime Osório (2014), na qual o autor destaca o uso recorrente de mecanismos coercitivos pelo Estado dependente como uma das determinações decorrentes da superexploração da força de trabalho, assim como a histórica e ainda permanente centralidade assumida pelo Estado dependente nas tarefas políticas e econômicas realizadas pelos setores que o dominam. Apesar de não se inspirar na TMD, o trabalho de A. Souza (1995) também merece menção, posto que articula a dependência econômica e a dominação política, demonstrando que a particularidade do Estado dependente, em relação aos Estados dos países dominantes, é assegurar as condições que viabilizam, internamente, a reprodução da dominação imperialista. Finalmente, destacamos a sistematização realizada por Maíra Bichir (2017) a respeito do papel ocupado pelo Estado nas reflexões de Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos sobre o capitalismo dependente. Essa autora destaca o caráter assistemático das reflexões dos clássicos da TMD sobre o Estado dependente e tece pistas muito pertinentes para uma formulação que nos parece original, qual seja, a de que o Estado dependente poderia ser considerado uma *forma* específica do *tipo* de Estado capitalista.

nossa análise, esta relação tem como característica fundamental o fato de que a reprodução ampliada das relações de dependência é permeada pelo que chamaremos de sobredominação política. Ou seja, por um exercício da dominação de classe que abre pouco espaço para as reformas burguesas e para a participação política das classes subalternas<sup>4</sup>.

O presente artigo está estruturado em três seções. Na primeira, revisitaremos os conceitos fundamentais da TMD – transferência de valor e superexploração da força de trabalho –, entendendo-os como um par indissociável para a compreensão do fenômeno da dependência no nível econômico. Na segunda seção, procuraremos articular esse binômio com o que chamaremos de sobredominação política, que, no nosso entendimento, é o mecanismo de compensação da dependência externa no plano das relações de forças políticas, o que repercute na configuração particular que assume o bloco no poder nos Estados capitalistas dependentes. Finalmente, na terceira seção, versaremos sobre a seguinte tese: a superexploração da força de trabalho e a sobredominação política têm sua existência assegurada e são potencializadas pelo fenômeno da superopressão, ou seja, pela estigmatização de certos grupos sociais, especialmente a partir da raça, do gênero e da região. A superopressão, por sua vez, visa compensar a dependência externa pela via da reprodução interna de privilégios materiais, políticos e simbólicos das classes dominantes, alargando as desigualdades sociais.

---

<sup>4</sup> Florestan Fernandes realizou uma reflexão sistemática acerca da articulação entre dependência econômica e dominação política, mas sem desenvolver uma explicação teórica, a partir da terminologia da economia política marxista, acerca do que chamou de “apropriação dual do excedente econômico” (1976). Essa tarefa foi empreendida por Ruy Mauro Marini, o qual cunhou o conceito de superexploração da força de trabalho para explicar a base material do chamado “intercâmbio desigual”. Faltou a este último, no entanto, articular de modo mais sistemático o fenômeno da superexploração às especificidades do exercício da dominação política no capitalismo dependente, embora ele tenha reconhecido a importância dessa tarefa: “(...) as implicações da superexploração transcendem o plano da análise econômica e devem ser estudadas também do ponto de vista sociológico e político” (2011b, p. 185).

## I. Transferência de valor e superexploração da força de trabalho

Nesta primeira seção, o intuito é caracterizar as especificidades do funcionamento da economia no capitalismo dependente. Para tanto, serão mobilizadas as contribuições fornecidas pela TMD no sentido de chamar a atenção para o fato de que o “desenvolvimento” de certas economias somente se realiza através do “subdesenvolvimento” de outras. Isso implica observar que a tendência à reprodução ampliada do capital gera uma polarização que produz “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento”, economias centrais e periféricas, ou seja, riqueza e pobreza (AMARAL e TRASPADINI, 2022).

Ao colocar a América Latina enquanto problema teórico, a TMD, por um lado, complementa a crítica marxiana ao modo de produção capitalista e, por outro, contribui para o avanço da teoria marxista-leninista do imperialismo. De acordo com Amaral e Traspadini (2022), a TMD compreende que tanto o desenvolvimento do capitalismo quanto o do imperialismo não podem ser entendidos de forma apartada da dependência. Assim, há na formulação dos(as) autores(as) da TMD, e nas lições de Marini em especial, algo fundamental: a compreensão de que o desenvolvimento dependente não é transpassado por acidentes ou incidentes de ordem transitória, mas que a dependência é fruto da forma específica como a Lei Geral da Acumulação Capitalista (LGAC)<sup>5</sup> incide sobre tais economias.

A partir de Marini (2011a), é possível perceber que o desenvolvimento das economias dependentes está atrelado à dinâmica de acumulação das

---

<sup>5</sup> A LGAC apresentada por Marx (2017) no capítulo 23 do Livro I d’*O Capital* versa sobre a contradição entre a riqueza e a miséria sociais. Por um lado, o crescimento do capital em tamanho e força, por outro, o crescimento do proletariado e de seu segmento de reserva. Assim, esta Lei também destaca a tendência de criação de uma parcela da classe trabalhadora que extrapola a demanda capitalista por força de trabalho, a qual é denominada exército industrial de reserva ou superpopulação relativa. Esse segmento de reserva apresenta uma funcionalidade essencial à acumulação capitalista, posto que pressiona o segmento ativo a subalternizar-se a toda sorte de ditames e imposições da burguesia. Segundo nossa hipótese, a ser desenvolvida em futuros trabalhos, a superpopulação relativa assume uma forma específica no capitalismo dependente, dado o seu imbricamento estrutural com a superexploração da força de trabalho. Nos países periféricos, a camada da população sobrando que vive no pauperismo é maior do que nos países centrais. Trata-se de uma superpopulação relativa superempobrecida, a qual aumenta ainda mais a pressão sobre o segmento ativo, que não vê saída a não ser se submeter a baixos salários e a piores condições de trabalho do que aquelas experimentadas pelos(as) trabalhadores(as) do centro capitalista.

economias centrais, em especial à tendência à queda da taxa de lucro destas. O que equivale a dizer que a própria formação das economias dependentes é explicada em função da acumulação em nível mundial e de seu instrumento vital, a taxa geral de lucro. A dependência, então, é entendida enquanto uma premência inescapável do desenvolvimento do capitalismo. De acordo com Marini (2011a), na situação de dependência, as relações de produção das economias subordinadas são criadas e recriadas para garantir a reprodução ampliada da dependência.

A economia capitalista dependente está fundada em duas categorias, a transferência de valor e a superexploração da força de trabalho. Amaral e Carcanholo (2009) observam que a transferência do valor originalmente produzido nas economias dependentes/periféricas para as economias dominantes/centrais tem como consequência a perda de controle daquelas economias sobre seus recursos. Daí surge a necessidade de compensação, que encontra na superexploração da força de trabalho a saída para a geração de mais excedente.

Em outras palavras, a superexploração é a ferramenta por meio da qual a acumulação capitalista é garantida nas economias dependentes de modo a permitir a transferência de parte do valor produzido internamente para os países capitalistas centrais. Nesse sentido, estamos de acordo com a afirmação de Amaral (2018) segundo a qual, dado o profundo imbricamento a que estão sujeitas, transferência de valor e superexploração da força de trabalho constituem um par categorial (AMARAL e TRASPADINI, 2022).

Seguindo os passos de Marini (2011a), Amaral e Carcanholo (2009) apontam a existência de quatro formas de superexploração da força de trabalho, a saber: (I) o aumento da intensidade do trabalho; (II) o aumento da jornada de trabalho; (III) a transformação de parte do fundo de consumo dos(as) trabalhadores(as) em fundo de acumulação capitalista; e (IV) o aumento do valor da força de trabalho sem o correspondente aumento salarial.

Na primeira situação, durante uma mesma jornada laboral mais produtos são gerados, posto que o trabalho é intensificado. A segunda é marcada por

jornadas exorbitantes. Já na terceira, ocorre a queda salarial. E, por fim, na quarta situação, temos que as necessidades da força de trabalho não são contempladas, em seu sentido histórico e social, pelo salário que é pago. Tais mecanismos, saliente-se, podem tanto operar de forma separada como de maneira combinada.

De acordo com os(as) autores(as) da TMD, não há via capitalista de compensar a transferência de valor que não seja pela extração exacerbada de mais-valia. É por isso que dizemos ser a superexploração uma característica estrutural da dependência e da própria dinâmica da acumulação no âmbito mundial. E mais, não há dependência onde a força de trabalho não seja superexplorada, assim como não há superexploração nas economias que não estiverem em situação de dependência.

Assim, para que não mais exista transferência de valor e superexploração da força de trabalho, seria necessário romper com o próprio modo de produção capitalista, uma vez que são as estruturas capitalistas mesmas que engendram a transferência de valor da periferia para o centro.

Adicionalmente, é oportuno lembrar a lição de Marini (2011a) no sentido de que a superexploração ocorre em função da transferência de valor. O que significa dizer que há a apropriação de mais-valia criada na periferia por parte das formações centrais. Essa apropriação ou acumulação de mais-valia, apesar de produzida nas formações periféricas, concretiza-se nas economias centrais, produzindo um divórcio nas fases de produção e circulação do ciclo do capital na periferia. Por conta dessa especificidade, o capitalismo dependente se constitui como um “capitalismo *sui generis*”.

Para compensar tal debilidade, os capitalistas periféricos adotam um mecanismo de geração de mais excedente. Impõe-se recordar que é somente no âmbito da produção que o valor pode ser gerado. Amaral e Carcanholo (2009) bem pontuam que a apropriação somente pode ocorrer quando o valor já tiver sido produzido. De maneira que, se as economias centrais se apropriam de um valor maior do que efetivamente produzem, isso

necessariamente significa que as economias periféricas não se apropriam de todo o valor por elas produzido.

Nesse ponto se insere a questão da mais-valia extraordinária, que pode ser entendida como efeito do aumento da produtividade, que, por sua vez, traz como consequência a diminuição do valor individual da mercadoria em relação ao valor médio de mercado, possibilitando a esse capital mais produtivo a apropriação de um valor maior do que aquele que produziu. Como os setores e as unidades produtivas de maior composição orgânica de capital estão concentrados nas economias centrais, pode-se dizer que estas se tornam centros receptores da mais-valia extraordinária gerada nas economias dependentes.

Já as economias periféricas produzem maior quantidade de valor, comparativamente às centrais, pois utilizam mais trabalho vivo do que trabalho morto em sua produção. Ou seja, a composição orgânica do capital (que é a relação entre o valor gasto em meios de produção – capital constante – e o valor gasto em força de trabalho – capital variável) nas economias periféricas é menor comparativamente à das centrais. No nível da produção, portanto, são as formações periféricas que produzem uma maior massa de mais-valia. De forma contrária, no nível da apropriação, são as economias centrais as mais beneficiadas, posto que suas mercadorias individuais apresentam um valor abaixo do valor médio de mercado, o que lhes possibilita se apropriarem de parte do valor produzido nas economias periféricas.

O que foi exposto até aqui nos permite entender a dependência, conforme observado por Amaral e Carcanholo (2009), como uma peça fundamental do processo global de acumulação capitalista, no qual parte do valor gerado na periferia é apropriado pelo centro. E esta perda de valor somente pode ser compensada no âmbito da produção através da superexploração da força de trabalho (MARINI, 2011a).

Forçoso, com isso, esmiuçarmos o que se entende por superexploração. Mas antes é preciso compreender o significado de exploração em Marx, para quem esta não apresenta um sentido moralista, mas refere-se à utilização e



ao consumo do valor de uso de determinada mercadoria. Valor de uso, por sua vez, diz respeito à capacidade desta mercadoria determinada de satisfazer alguma necessidade humana.

Temos, então, condições de entrever que superexploração e exploração, segundo Amaral (2018), apesar de apresentarem manifestações que as fazem ter uma aparência semelhante, portam determinações distintas, do que decorre serem categorias teóricas diversas. A diversidade entre estas categorias reside em seu viés qualitativo e não quantitativo, uma vez que a superexploração está entrelaçada com a transferência de valor.

Partilhamos da posição de Carcanholo (2013) segundo o qual definir conceitualmente a superexploração enquanto superexploração da força de trabalho, e não simplesmente como superexploração do trabalho, tal como aparece nos escritos originais dos clássicos da TMD, atribui maior precisão teórica ao termo, o que está longe de ser um mero preciosismo terminológico.

Isso porque a identificação entre ambas tende a levar ao equívoco de igualar a mercadoria em si (a força de trabalho) e o seu valor de uso (o trabalho), o que equivale a dispensar a dialética desta mercadoria especial. E é este duplo caráter do trabalho no capitalismo que constitui o salto da crítica marxiana em relação à economia política clássica. Daí a premência de utilizarmos a expressão superexploração da força de trabalho.

Entendemos, no mais, a superexploração não como mera exploração aumentada, mas como uma categoria teórica (CARCANHOLO, 2013). De acordo com Marini (2011a), a superexploração não configura uma reminiscência de formas primitivas de acumulação capitalista, mas caminha conjuntamente ao desenvolvimento das forças produtivas.

Superexploração, além disso, não é por nós definida a partir da ocorrência da violação do valor da força de trabalho<sup>6</sup>, mas antes pela transferência

---

<sup>6</sup> De acordo com Amaral (2018), o valor da força de trabalho corresponde ao conjunto de bens que perfazem as necessidades de consumo dos(as) trabalhadores(as), tendo em conta as condições sociais vigentes em dado momento histórico.

de valor estruturalmente verificada a partir da periferia para as economias centrais. Ou seja, por si só a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor não sinaliza a existência da superexploração, mas sim a função que cumpre como mecanismo de compensação frente à transferência estrutural de valor da periferia para o centro, a fim de realizar as necessidades da acumulação capitalista.

Isso porque a consequência analítica de entrever a superexploração a partir da violação do valor da força de trabalho é entender que há uma exploração que ocorreria de maneira “normal” (na qual o valor e o preço da força de trabalho apresentariam correspondência), e outra que iria para além desta suposta normalidade (e em que o valor da força de trabalho seria violado). Neste diapasão, superexploração seria um superlativo da exploração, uma exploração aumentada. Mas tal entendimento desemboca numa generalização da superexploração, de maneira que ela poderia se verificar em qualquer economia capitalista, dependente ou não.

Diversamente, e na toada de Amaral (2018), entendemos que a superexploração somente pode ser compreendida a partir do par categorial que perfaz juntamente com a transferência de valor. Coadunamos com o entendimento da autora segundo a qual não é possível apartar a superexploração de seus determinantes estruturais, quais sejam: a inserção subordinada da periferia no âmbito mundial e as transferências de valor que a ela são impostas em prol das economias centrais.

A categoria de superexploração possui especificidade porque “[...] se manifesta em razão das transferências internacionais de valor que são estruturais na dinâmica de reprodução do capitalismo dependente [...]” (AMARAL, 2018, p. 9). Ou seja, o capitalismo *sui generis* das economias dependentes se caracteriza pela cisão entre produção e acumulação de valor, o que resulta na transferência de valor para as economias centrais.

Desta feita, a formulação acerca do par categorial quer chamar a atenção para o caráter indissociável entre superexploração e transferência de valor, contribuindo sobremaneira para conferir atualidade à formulação de

Marini acerca da situação de dependência e seu fundamento, a superexploração. E ao fazê-lo, recoloca a superexploração enquanto categoria, que deve ser apreendida a partir deste par dialético.

Tal compreensão também responde às formulações contemporâneas que querem dar vigência à superexploração em economias nas quais a inserção subordinada no plano internacional não faz parte de seus elementos estruturais. Disso decorre entendermos não ser possível falar em superexploração em economias centrais.

Destacamos a importância e a originalidade da formulação acerca do par categorial, uma vez que permite recolocar na história a importância da TMD e mais especificamente da categoria superexploração. E, assim, atentar para as determinações concretas do processo de acumulação capitalista contemporâneo e para o entrelaçamento da LGAC com as relações imperialistas.

Por fim, importante notar que hodiernamente a transferência de valor não se encerra com o intercâmbio desigual, mas também se verifica, dentre outros mecanismos, com a remessa de lucros para as matrizes de empresas que operam em países periféricos, bem como através do pagamento da dívida externa, conforme apontam Amaral e Traspadini (2022). Tendo como base o que foi exposto nesta seção, passemos à análise do papel do Estado na garantia das condições políticas para que a transferência de valor e a superexploração da força de trabalho se realizem no capitalismo dependente.

### **Sobredominação política e Estado capitalista dependente**

Embora a questão do Estado nas formações dependentes esteja presente em diversos textos de Marini (2018), Bambirra (2013) e Dos Santos (2020), não identificamos no interior da TMD uma análise sistemática e uma elaboração teórica original sobre o Estado dependente, de modo que a teorização

acerca da dependência por eles(a) formulada não incorpora de modo orgânico a expressão de tal fenômeno no nível político<sup>7</sup>. Esta tarefa tem sido objeto de reflexão de autores(as) contemporâneos(as)<sup>8</sup>.

Porém, acreditamos que uma questão crucial para a análise ainda carece de desenvolvimento, qual seja, como o binômio transferência de valor e superexploração da força de trabalho repercute no exercício da dominação política de classe nas formações dependentes. A seguir trataremos de recuperar o debate acerca do Estado dependente, tendo em vista essas considerações.

Inicialmente, cabe ressaltar que o Estado dependente não é um *tipo* de Estado específico, mas uma forma do tipo de Estado capitalista<sup>9</sup>. Sendo assim, não se configura a partir de uma estrutura jurídico-política particular, mas se reproduz de uma maneira peculiar, dado o caráter estrutural da dependência<sup>10</sup>. Poulantzas (2019, p. 143-157) é o responsável pela distinção entre *tipo* e *forma* de Estado. Segundo ele, para cada modo de produção (escravista, feudal, capitalista) existiria um tipo de Estado correspondente.

Entretanto, devido à autonomia relativa presente no modo de produção capitalista em relação às instâncias que o compõem, especialmente entre a econômica e a política, seria necessário investigar em dada formação social concreta a *forma* específica assumida por essa relação, já que é nela que reside a distinção entre as diferentes *formas* do *tipo* capitalista de Estado.

Logo, segundo Poulantzas (2019, p. 148; 150), a identificação dessas *formas* de Estado passa pela apreensão do *grau* e das formas específicas assumidas

---

<sup>7</sup> As reflexões dos clássicos da TMD sobre o Estado dependente foram muito bem sistematizadas por Bichir (2017).

<sup>8</sup> Entre os(as) autores(as) contemporâneos(as) da TMD, quem desenvolveu a reflexão de mais longo alcance sobre esse aspecto foi Osorio (2014).

<sup>9</sup> Essa afirmação se inspira na hipótese levantada por Maíra Bichir (2017, p. 42-43), a qual, a partir da obra de Nicos Poulantzas (2019), argumenta que nas formações sociais e econômicas latino-americanas o Estado dependente constitui uma *forma* específica do Estado capitalista, tendo em vista a particular configuração assumida pelo bloco no poder nessas formações sociais.

<sup>10</sup> Tal como observa Bichir (2017, p. 42), não é possível identificar uma estrutura própria do Estado no capitalismo dependente, o que desautoriza se falar em uma “teoria do Estado capitalista dependente”. Desse modo, seu estudo deve ter como base a teoria geral do Estado capitalista, considerando os clássicos do marxismo que mais avançaram na questão (Marx, Engels, Lenin, Gramsci e Poulantzas).

pela autonomia das instâncias econômica e política, que, a despeito de sua variação, não chegam a modificar a estrutura do Estado capitalista e o *efeito de isolamento*<sup>11</sup> do econômico. O Estado dependente, nesse sentido, é a forma de Estado das formações sociais capitalistas dependentes e, desse modo, diferencia-se do Estado imperialista.

No estudo do Estado capitalista não se deve ignorar o caráter hierárquico do sistema interestatal e a assimetria de soberania e de poder entre os países no plano político. É necessário distinguir, portanto, os Estados imperialistas dos Estados dependentes, tendo em vista que as relações de produção nas nações centrais são reproduzidas para assegurar e ampliar a dominação imperialista, ao passo que as relações de produção nas nações subordinadas são desenvolvidas para assegurar a reprodução ampliada da dependência.

Sendo uma forma variável do tipo de Estado capitalista, a função primordial do Estado dependente é reproduzir as relações de produção capitalistas (propriedade privada dos meios de produção, relação de exploração, divisão social do trabalho e ausência de controle sobre o processo de trabalho pelo produtor direto). No entanto, em sua especificidade, deve assegurar não só essas relações mais gerais que o configuram como um Estado capitalista, mas também a dependência no sistema interestatal, ou seja, a condição de subordinação das formações periféricas nas relações de dominação imperialistas.

Em suma, se o Estado capitalista garante a reprodução das relações capitalistas, o Estado capitalista dependente deve garantir, ademais, a reprodução ampliada das relações de dependência. A singular relação estabelecida

---

<sup>11</sup> Por “efeito de isolamento” Poulantzas (2019, p. 130-137) compreende o efeito exercido pelas instâncias jurídico-política e ideológica, determinadas pela estrutura do próprio processo de trabalho, sobre o econômico. Esse efeito permite transformar os agentes da produção em sujeitos jurídicos e políticos abstratos (sujeitos de direito e cidadãos), que, por consequência, deixam de viver suas relações como relações de classes, assim como a luta econômica como luta de classes. Essas relações, agora individualizadas sob a aparência de sujeitos equivalentes e atomizados, são vivenciadas como concorrência (entre trabalhadores(as) e entre estes(as) e os(as) capitalistas). A estrutura política do Estado capitalista, graças a esse efeito, atua como mecanismo representativo da vontade geral da totalidade dos sujeitos jurídicos e dos(as) cidadãos(ãs). Se, por um lado, o efeito de isolamento designa o isolamento dos agentes da produção no econômico; por outro, designa também, no político, a dupla função estatal de (I) possibilitar, via sistema jurídico-normativo, a existência de sujeitos jurídicos e políticos atomizados; e de (II) representar, ao mesmo tempo, a unidade desses sujeitos e das relações de isolamento por eles estabelecidas.

entre o econômico e o político nas formações sociais dependentes é o que nos permite verificar a variação da forma particular assumida pelo Estado capitalista dependente, reforçando a importância de uma análise do político à luz e no interior da TMD.

Tal como viemos argumentando, a relação de dependência impacta na forma de manifestação do Estado e no exercício do poder político nos países dependentes, mas sem modificar a estrutura do Estado capitalista. A condição primeira do Estado dependente é a sua subsoberania, ou seja, seu limitado raio de ação e poder de decisão sobre as deliberações políticas e econômicas, já que deve reproduzir as relações de produção capitalistas tendo em vista os interesses das classes dominantes locais e os interesses das classes dominantes dos países imperialistas (DOS SANTOS *et al.*, 1978, p. 33; OSÓRIO, 2014, p. 206).

Em outras palavras, a subsoberania implica a associação subordinada das classes dominantes locais em relação às classes dominantes dos países imperialistas e, portanto, a impossibilidade estrutural de um projeto nacional de desenvolvimento autônomo e autossustentado por parte da periferia do capitalismo. A consequência dessa condição subsoberana é uma debilidade estrutural nas relações de classe.

Tal debilidade se expressa no fato de que o bloco no poder<sup>12</sup> nos países capitalistas dependentes assume uma configuração particular, qual seja, a de

---

<sup>12</sup> Por “bloco no poder”, Poulantzas compreende a “*unidade contraditória particular das classes ou frações de classe politicamente dominantes em sua relação com uma forma particular de Estado capitalista*” (2019, p. 240-241, grifo do autor). Poulantzas pretende se opor à ideia de que a burguesia constituiria um bloco homogêneo e monolítico. Ao contrário disso, o conceito de bloco no poder contribui para demonstrar que no interior da burguesia existem fissuras, isto é, frações que, por vezes, detêm interesses contraditórios. Surge aqui a noção de “hegemonia”, que, de acordo com Poulantzas (p. 243), designa a classe ou fração que constitui o “elemento *dominante* da unidade contraditória das classes ou frações politicamente *dominantes*”, cuja função é fazer convergir os interesses econômicos contraditórios das demais classes e frações dominantes sob sua égide, representando-os politicamente, ao mesmo tempo que também representa, via de regra, o interesse geral e comum do conjunto da sociedade. O conceito de “bloco no poder”, portanto, é complementado com a noção de “hegemonia”: “o bloco no poder constitui uma unidade contraditória de classes e frações *politicamente dominantes sob a égide da fração hegemônica*” (p. 245). A contribuição de Poulantzas, nesse aspecto, possibilita uma análise mais rigorosa a respeito da configuração do bloco no poder nos Estados dependentes e dos limites políticos impostos pela situação de dependência econômica.

que a fração dominante do capital imperialista possui – de modo invariante e orgânico – uma posição hegemônica no exercício do poder político, já que exerce influência nas decisões políticas e tem seus interesses priorizados nos rumos da economia. Essa é a posição já defendida por Vilas (1974, p. 112-113), de acordo com o qual, nas formações dependentes, “a estrutura da dominação social apresenta, como um de seus elementos constitutivos, a associação da classe dominante ou, pelo menos, de sua fração hegemônica, com as burguesias dominantes nos países centrais”.

Diante desse cenário de associação subordinada das burguesias nativas às burguesias imperialistas, o capitalismo dependente deve transferir valor à burguesia imperialista, bem como contemplar seus interesses no Estado, reservando-lhe uma posição privilegiada no bloco no poder<sup>13</sup>. Nesse sentido, o Estado dependente deve contemplar os interesses políticos das classes e frações de classe dominantes internas e externas. Porém, compete à burguesia imperialista o exercício da hegemonia no bloco no poder (BICHIR, 2017, p. 192)<sup>14</sup>.

Decorre dessas premissas que o surgimento da burguesia nacional, enquanto fração hegemônica no bloco no poder, é uma impossibilidade estrutural. A característica fundamental no Estado capitalista dependente é que as

---

<sup>13</sup> O emprego do conceito de bloco no poder para destacar a particularidade do Estado dependente também foi desenvolvido por Bichir (2017).

<sup>14</sup> O recurso ao conceito de “bloco no poder”, para designar a particular forma de “acomodação” dos interesses das classes dominantes nos Estados dependentes, já estava presente nos clássicos da TMD, especialmente para acentuar o que temos chamado de “subsoberania”. Assim, no caso de Bambirra (2013, p. 143-153), a dependência política é encarada, essencialmente, como um “processo de tomada de decisões” que subordina os interesses da burguesia local à burguesia imperialista. O exercício hegemônico da burguesia imperialista também é compartilhado por Dos Santos (1978, p. 29-34), que recorre expressamente à noção de bloco no poder ao analisar o conceito de fascismo. O seu uso é ainda mais explícito no caso de Marini (2018, p. 1-15), que, contrariando qualquer perspectiva monolítica, sugere uma série de fissuras decorrentes dos interesses intraburgueses ao propor a “doutrina” do “Estado de contrainsurgência”, no cerne da qual está precisamente o deslocamento das “tomadas de decisões” das instituições clássicas do Estado burguês em razão da aliança entre as Forças Armadas e a burguesia monopolista que marcou, segundo Marini, as ditaduras na América Latina. Em outras palavras, não se desconhece que os clássicos da TMD captaram o modo particular de configuração do bloco no poder nos Estados dependentes. Entretanto, ao sugerirmos a articulação subsoberania-sobredominação, pretendemos fornecer o devido tratamento para a particularidade assumida pela dependência no plano político e interno das formações e dos Estados dependentes.

frações dominantes internas (dependentes) se tornam associadas às frações dominantes externas (imperialistas) no bloco no poder, sendo esta uma condição estrutural de reprodução da dependência.

Em outras palavras, o bloco no poder no Estado dependente se configura como um condomínio em que a fração hegemônica da burguesia local se torna sócia menor da fração hegemônica da burguesia imperialista. Essa condição estrutural pode apresentar variações conjunturais, conferindo certa autonomia relativa ao Estado dependente e às classes dominantes locais, mas desde que não se abale a dependência em relação ao imperialismo.

Um confronto aberto com o imperialismo, assim como argumenta Bamberger (2013, p. 150), configuraria um ato de ruptura revolucionária que exigiria a abolição do Estado capitalista dependente, ou seja, a destruição das condições de reprodução do capitalismo e da dependência. No entanto, a concorrência interimperialista e os conflitos intraburgueses, especialmente em épocas de crise, abrem espaço para que o Estado dependente contemple mais ou menos interesses das classes dominantes locais<sup>15</sup>.

Assim como o Estado capitalista não é um simples comitê que gerencia os assuntos da burguesia<sup>16</sup>, pois em suas manifestações concretas prioriza os interesses de determinadas classes e frações dominantes, o Estado dependente não é um simples comitê que gerencia os assuntos do imperialismo, pois é necessário que as classes dominantes dependentes também reproduzam as condições de sua dominação, ainda que repartindo o poder de maneira associada/subordinada com as classes dominantes dos países imperialistas. Sendo assim, o Estado dependente atribui à burguesia local o papel de sócia menor, ao priorizar os interesses do imperialismo. Mas

---

<sup>15</sup> Esta variação conjuntural do raio de ação dos Estados dependentes se configura como uma base material (alusão) do efeito ideológico da ilusão desenvolvimentista, ou seja, a ideia de que todos os países possuem as mesmas possibilidades históricas e estruturais para se desenvolverem repetindo as etapas das formações capitalistas centrais.

<sup>16</sup> Para uma análise das retificações em torno da concepção instrumental do Estado em Marx até o surgimento, no interior de sua obra, da ideia de autonomia do político, conferir tanto Balibar (1975) quanto Bichir (2017, p. 21-53).



não pode deixar de contemplar seus interesses, o que eventualmente gera confrontos pontuais com o imperialismo.

Frente ao exposto, entendemos ser necessário articular economia e política no estudo do Estado capitalista em geral, e no exame do Estado dependente em particular. O caráter dependente e subordinado das economias dependentes das economias dos países imperialistas repercute nas formas de manifestação das estruturas políticas desses países. A característica fundamental do capitalismo dependente, como já dissemos, é o binômio *transferência de valor/superexploração da força de trabalho*. Nesse sentido, qual o papel do Estado, na periferia, diante das condições estruturais de funcionamento do capitalismo dependente? Ele deve garantir as condições políticas de reprodução da dependência (transferência do valor e superexploração da força de trabalho). E deve fazer isso reservando às classes e frações de classes dominantes das formações imperialistas uma posição hegemônica no bloco no poder, por meio de políticas (externas, econômicas e sociais) que assegurem a reprodução das relações de dependência.

A depender da fase histórica do capitalismo, os mecanismos políticos de reprodução da dependência são diversos, dos quais são exemplos: o endividamento externo e o pagamento de juros e dividendos, os incentivos fiscais para a instalação de multinacionais, a repatriação de lucros, as políticas cambiais que favorecem as importações etc.<sup>17</sup> Mas além de ser um Estado subsoberano no plano das relações interestatais, ao reproduzir a dependência e os mecanismos de transferência de valor, internamente o Estado capitalista dependente deve garantir a superexploração da força de trabalho. E deve fazê-lo por meio de vários mecanismos.

---

<sup>17</sup> É o que ocorre com as políticas de ajuste fiscal sistematicamente encampadas pelos Estados dependentes, como meio de preservação de uma reserva superavitária que seja suficiente para o pagamento de títulos da dívida pública, em consonância com as determinações do Fundo Monetário Internacional (FMI). O mesmo se dá com o processo de conversão do fundo de consumo dos(as) trabalhadores(as) em fundo de acumulação do capital, situação que, segundo Brettas (2020), é uma marca importante dos Estados dependentes. No caso do Brasil, afirma Brettas (p. 51), isso se verifica, por exemplo, no mecanismo jurídico-político de Desvinculação de Receitas da União (DRU), graças ao qual as receitas advindas das contribuições sociais, cuja destinação é vinculada por lei para gastos com educação, saúde e previdência social, podem ser utilizadas para o pagamento de juros da dívida pública.

Primeiramente, pelo caráter inconcluso e parcial das reformas burguesas que foram levadas a cabo pelos Estados capitalistas imperialistas, mas que nos Estados dependentes não se generalizam, repercutindo no acesso a bens e serviços e nas condições de vida e trabalho. Aplica-se aqui uma política social e trabalhista que reforça/reproduz a superexploração da força de trabalho, além de exacerbar formas estruturais de opressão e de discriminação (racismo, machismo, LGBTfobia, xenofobia regional, especialmente com os nordestinos, discriminação com os jovens etc.).

Em segundo lugar, por meio da aplicação sistemática do autoritarismo político (que se aprofunda nos recorrentes contextos de crise política) e do uso permanente de formas de violência para reprimir as manifestações políticas das classes e dos grupos subalternos. No nosso entendimento, a superexploração da força de trabalho constitui uma base material para o uso permanente da violência política nos Estados dependentes, já que produz relações de força exacerbadamente desiguais no campo político. É essa situação que permite e demanda aquilo que Osório (2014, p. 209) constata como sendo um uso recorrente de mecanismos de coerção pelo poder político.

Florestan Fernandes (1976) desenvolve ideia semelhante ao concluir que a sobreapropriação dual do “excedente econômico” encontra seu correspondente em um “excedente de poder” no plano das relações políticas internas<sup>18</sup>. Nesse sentido, a dominação de classe sob o Estado dependente se dá por meio de uma autocracia burguesa e pelo método da “contrarrevolução preventiva” (FERNANDES, 1976). No entanto, embora reconheçamos o longo alcance das reflexões deste autor e sua validade para nosso esforço teórico, preferimos o emprego da noção de “sobredominação política”, pois, no nosso entendimento, a interpretação de Fernandes não leva às últimas consequências a teoria do valor, tal como se torna possível com o conceito de superexploração da força de trabalho, fronteira aberta por Marini (2011a) e continuadores(as) da TMD.

---

<sup>18</sup> Diz o autor:“(…) o padrão compósito e articulado de hegemonia burguesa possui uma precária base de sustentação estrutural e histórica. Ele engendrou, sem dúvida, o ‘excedente de poder’ (…)” (FERNANDES, 1976, p. 353).

Nesse sentido, poderíamos dizer que à superexploração da força de trabalho corresponde uma sobredominação política, dada a margem restrita para a participação popular e o alto custo político para a obtenção de bens, serviços e direitos sociais e trabalhistas reservados a uma parcela reduzida da população trabalhadora. A intolerância à participação política se torna um mecanismo crucial para a reprodução das condições de superexploração da força de trabalho. Intolerância esta que se torna visível quando o aparelho repressivo é utilizado contra os movimentos sociais, mas também quando a violência policial e o sistema carcerário apresentam como alvo privilegiado a população periférica e pobre, especialmente negra.

Dessa forma, o Estado dependente não pode ser definido somente pelo papel que cumpre na reprodução da relação de subsoberania diante dos países imperialistas, mas também pela sobredominação política que tem como função garantir um padrão de relações de classe marcado estruturalmente pela superexploração da força de trabalho. Nesse sentido, podemos dizer que a articulação subsoberania-sobredominação é a característica central do Estado dependente<sup>19</sup>. E mais, é possível afirmar que nas relações de classe do Estado dependente a sobredominação funciona como um mecanismo de compensação da subsoberania. Sendo assim, ao binômio *transferência de valor-superexploração da força de trabalho*, no plano econômico, corresponde o binômio *subsoberania-sobredominação*, no plano das relações políticas. Superexploração e sobredominação se retroalimentam, bem como a transferência de valor se reproduz e se atualiza mediante a reprodução de relações subsoberanas, em uma associação que potencializa a dominação econômica e política.

Se no âmbito da produção, em razão da superexploração, as massas trabalhadoras estão impedidas de obter, pela via salarial, os bens necessários à

---

<sup>19</sup> Essa formulação se aproxima da noção de “dupla articulação” – ou seja, “o desenvolvimento desigual interno e a dominação imperialista externa” como “requisitos da acumulação capitalista e de sua intensificação” no capitalismo dependente –, tal como desenvolvida por Florestan Fernandes (1976, p. 300). Porém, enquadra-se em uma problemática teórica distinta daquela proposta pelo célebre pensador marxista brasileiro, qual seja, a da superexploração da força de trabalho enquanto mecanismo de compensação da transferência de valor.

reprodução da sua força de trabalho, no âmbito estatal, devido à sobredominação política, o que existe é a forte e permanente tendência de sufocamento das reivindicações populares voltadas à concretização das demandas mais básicas, que não conseguem ser supridas através da venda da força de trabalho.

O que existe no Estado dependente, portanto, é uma baixíssima margem de autonomia relativa reservada à acomodação dos interesses das classes dominadas, o que faz recrudescer no interior dessa forma estatal, mesmo em períodos de estabilidade, a luta de classes contra os dominados.

Uma última palavra pode ser dita também sobre o direito nos Estados dependentes. O direito, tal como defende Pachukanis (2017), pode ser compreendido como uma *forma social* burguesa que permite e assegura, juridicamente, a circulação mercantil e a conseqüente reprodução das relações capitalistas de produção. Nesse sentido, seria preciso investigar, no caso das formações sociais dependentes, marcadas pelo binômio fundamental (transferência de valor e superexploração da força de trabalho), se e como são afetadas por essa legalidade própria da dependência tanto as relações jurídicas subjetivas quanto o ordenamento jurídico.

É preciso recordar que a forma jurídica, de acordo com Pachukanis (2017), compreende tanto um aspecto fundante ou essencial, como é o caso da relação jurídica estabelecida entre sujeitos livres e iguais (relação jurídica subjetiva fundada no princípio da equivalência mercantil), quanto um aspecto apenas aparente, como é o caso da legalidade (regras de conduta que conformam o ordenamento jurídico). Em ambos os aspectos (relação jurídica subjetiva e legalidade), parece-nos que a historicidade da forma jurídica apresenta determinações que são próprias da dependência.

Uma tal investigação apenas teve início muito recentemente, como aponta Pazello (2016, p. 570), responsável por iniciar essa análise. No caso da relação jurídica subjetiva, o que se verifica, de acordo com Pazello (2016), é uma manifestação deficitária da vontade (liberdade) do sujeito. Essa manifestação deficitária decorre da própria situação de dependência, que, devido à

superexploração, impõe ao(à) trabalhado(a) formas contratuais de trabalho com forte desregulamentação e sem a garantia de proteção formal.

Silva (2019) acrescenta a isso a incapacidade da forma jurídica de garantir, nas formações sociais dependentes, a igualdade formal entre os sujeitos, permitindo, desse modo, aquilo que ele indica ser uma subordinação da instância jurídica ao arbítrio político. Como exemplo dessa intervenção arbitrária permanente, Silva (p. 423) aponta um universo majoritário de decisões judiciais que relativizam cláusulas contratuais para favorecer empresas envolvidas nos litígios trabalhistas.

Já com relação ao segundo aspecto, isto é, à legalidade, o que se verifica, conforme apontam Mascaro (2019) e Vilas (1974), é um arcabouço normativo instrumentalizado e orientado pelos interesses do imperialismo, mas que é elaborado pela atuação legislativa no interior dos próprios Estados dependentes, elaboração que comporta, no plano legislativo interno, a realização de interesses das burguesias imperialistas.

A discussão feita ao longo das duas primeiras seções teve como intuito refletir sobre as especificidades econômicas e jurídico-políticas do capitalismo dependente. Para tanto, destacamos, por um lado, a centralidade da transferência de valor e da superexploração da força de trabalho como par categorial indissociável para a compreensão da estrutura econômica das formações dependentes. Por outro, buscamos desenvolver o conceito de Estado capitalista dependente enquanto uma forma do tipo de Estado capitalista, o qual, ao garantir uma posição privilegiada no bloco no poder à fração hegemônica da burguesia imperialista, contribui para reproduzir a dependência em escala ampliada por meio da subsoberania nas relações políticas internacionais e da sobredominação política nas relações de classe internas, que restringem a participação política da classe trabalhadora e seu acesso a bens, serviços e direitos.

Noa próxima seção, procuraremos argumentar que a reprodução ampliada da dependência se expressa, nas instâncias política, econômica e ideológica, por meio de relações de superopressão, ou seja, no direcionamento

a certos grupos subalternos como alvos da sobredominação política e da superexploração da força de trabalho.

### **3. Superopressão e capitalismo dependente**

Sabemos que o capital se retroalimenta de relações de opressão para impor seu domínio econômico, político e ideológico. Pois bem, nas formações sociais dependentes, a superexploração da força de trabalho e a sobredominação política têm como alvos principais determinados grupos sociais subalternizados. Denominaremos de superopressão esse mecanismo, já que se trata de uma maximização das formas de opressão, que cumpre a função de potencializar as desigualdades de classe, acrescentando uma força adicional às relações de opressão e garantindo a reprodução ampliada da dependência.

A relação de dominação-subordinação política entre as classes fundamentais, burguesia e proletariado, nas formações sociais dominadas pelo modo de produção capitalista, possui dois mecanismos basilares, que podem ser representados pelos pares conceituais “força e consenso”, “coerção e persuasão”, que Gramsci chamou de uma “dupla perspectiva na ação política e na vida estatal” (GRAMASCI, 2020, p. 33).

Porém, nas formações sociais dependentes – devido à necessidade de reproduzir a superexploração, no nível econômico, para compensar as transferências desiguais de valor –, há também uma necessidade igualmente estrutural, isto é, também inerente, de reproduzir uma situação ampliada de dominação política, uma sobredominação, em que os mecanismos de violência coercitiva sistemática acentuam-se, em intensidade e frequência, para compensar a fragilidade estrutural dos mecanismos de produção de consenso.

De acordo com Marini (2011a, p. 143), “[...] à medida que o mercado mundial alcança formas mais desenvolvidas, o uso da violência política e militar para explorar as nações débeis se torna supérfluo [...]”. E, como um

desdobramento desse processo, deve-se acrescentar que, à medida que a relação de violência das formações sociais centrais sobre as periféricas se torna supérflua, a violência estatal no interior das formações sociais dependentes se torna imprescindível.

Em outras palavras, pode-se afirmar que, à medida que as colônias se tornam independentes politicamente, a violência antes exercida pela ocupação militar direta das metrópoles é substituída, nas formações sociais capitalistas dependentes, por uma violência estatal sistemática para reproduzir uma situação permanente de superexploração, sobredominação e superopressão.

O uso aberto e sistemático da força, em intensidade e frequência, faz com que o ocultamento do caráter de classe do Estado capitalista, oriundo do efeito ideológico de representação da unidade (POULANTZAS, 2019), sofra constantes abalos nas formações sociais dependentes. Nesse sentido, a dominação por meio da produção de mecanismos de consenso fragiliza-se, abrindo espaço para a reprodução sistemática da ação repressiva por parte do Estado e das classes dominantes<sup>20</sup>. Um círculo vicioso que só pode ser superado pela superação da própria situação de dependência.

Nas formações sociais capitalistas, a produção do consenso pelos diversos aparelhos ideológicos a serviço do Estado se sustenta a partir de um aparente conjunto de interesses políticos comuns entre seus cidadãos, que, por sua vez, só se mantém mediante uma estrutura estatal que supostamente tutela os interesses de todos os cidadãos (POULANTZAS, 2019).

Essa aparência de neutralidade dos Estados nas formações sociais dependentes fica frequentemente comprometida pela necessidade do uso recorrente da força contra os diversos setores da classe trabalhadora, que se revoltam por meio de ações de resistência às condições de superexploração a que estão submetidos. Em outras palavras, a eficiência dos aparelhos de

---

<sup>20</sup> Nessa toada, é possível entender o autoritarismo recorrente não como uma “cultura política” arcaica das formações dependentes, herdada de formas pré-capitalistas, mas um efeito estrutural de relações de forças duplamente desiguais, em que a exploração e a dominação, inerentes à reprodução do modo de produção capitalista, superpõem-se a mecanismos de compensação da dependência pelo uso exacerbado da força sobre as classes subalternas.

produção político-ideológica de consenso fica sistematicamente fragilizada no capitalismo dependente.

Por conseguinte, para manter uma situação de superexploração é necessário que o Estado dependente produza mecanismos político-ideológicos de sobredominação, já que precisa recorrer regularmente às instituições militares e policiais para impor seu domínio, restringindo liberdades democráticas mais amplas ao conjunto dos cidadãos, as quais se tornam privilégios em momentos pontuais de exceção.

De acordo com Gramsci (2020, p. 96), “o exercício ‘normal’ da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado [...]”. É exatamente essa “variação” a que se refere Gramsci, que se encontra desequilibrada, pendendo mais para o uso sistemático da força nas formações sociais dependentes.

Conforme complementa Gramsci (2020, p. 97), “no período do pós-guerra, o aparelho hegemônico se estilhaça e o exercício da hegemonia torna-se permanentemente difícil e aleatório”. Em outras palavras, com o uso habitual da violência coercitiva, vai-se evidenciando sistematicamente a relação violenta de dominação-subordinação. Cada ato explícito de violência coercitiva, sempre necessária para subjugar uma superpopulação relativa mais ampla, torna menos oculta a ideologia consensual. Embora, contraditoriamente, ideologias autoritárias possam se fortalecer para legitimar as ações coercitivas, “[...] tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria [...]” (p. 96).

A dominação pelo consenso exige uma base material para sustentar um nível mínimo de concessões políticas às classes e frações de classe subordinadas. Porém, as classes dominantes das formações sociais dependentes possuem uma autonomia política relativamente menor e uma margem mais estreita para fazer concessões econômicas às reivindicações das classes e frações de classe subordinadas.



Isso se dá porque elas estão também subordinadas a diversas organizações supranacionais que lhes impõem planos de austeridade para garantir as transferências de valor para as formações sociais centrais, o que gera uma dificuldade estrutural em reproduzir uma situação de dominação baseada no consenso, em proporção inversa ao estreitamento de sua margem de autonomia econômica e política diante do imperialismo.

Conforme observou Marini (2011a), nas formações sociais dependentes é possível notar o desenvolvimento de um capitalismo *sui generis*, tendo em vista que a exploração da força de trabalho se aprofunda em tais formações para compensar a transferência de valor para os países centrais. Ao reproduzir uma situação de exploração da força de trabalho *sui generis*, essas mesmas formações sociais dependentes também só podem ser compreendidas como reprodutoras de relações de dominação e opressão igualmente *sui generis*, mecanismos aqui identificados como sobredominação política e superopressão.

Assim como a superexploração é um mecanismo de compensação das trocas desiguais no mercado capitalista mundial entre as formações sociais periféricas e centrais, a sobredominação e a superopressão são mecanismos de compensação da integração econômica e política desigual entre os segmentos da classe trabalhadora nas formações sociais dependentes.

Levando-se em conta as condições de superopressão, os setores predominantemente brancos da classe trabalhadora, masculinos e procedentes das regiões que exercem a hegemonia econômica interna, podem se sentir compensados com as melhores ocupações no mercado de trabalho. É essa estrutura de superopressão que sustenta uma ideologia política divisionista entre esses setores mais privilegiados da classe trabalhadora, a partir de uma falsa percepção social de que estão sendo compensados devidamente pelo trabalho.

Compreendendo como justos os privilégios ocupacionais que possuem e ameaçados diante das lutas políticas que objetivam uma igualdade maior para os setores superprimidos, eles tendem a não se identificar com o

conjunto da classe e a relegar tais lutas ao isolamento. Vejamos a seguir como são gestadas as relações de superopressão na periferia do capitalismo a partir de três relações opressoras que consideramos fundamentais: o racismo, o patriarcado e a xenofobia regional<sup>21</sup>.

Ao abordarem a história brasileira da formação do mercado de trabalho assalariado, alguns(umas) autores(as) já apontaram as tentativas políticas do Estado brasileiro de criar uma força de trabalho segmentada, apropriando-se do racismo herdado da escravidão para reproduzir a dependência. Em tal processo, os(as) escravizados(as) libertos(as) pelo processo de abolição da escravidão foram empurrados(as) para ocupações predominantemente braçais e marginais (MOURA, 2021).

Tal processo de segmentação do mercado de trabalho a partir da racialização da classe trabalhadora gerou ainda mais segregação social, já que os(as) trabalhadores(as) negros(as) ex-escravizados(as) se tornaram os alvos principais da superexploração e da superopressão. Com isso, frustrou-se a tentativa de gerar consenso a partir de formas ideológicas, como é o caso do mito da democracia racial, embora essa forma ideológica ainda tenha seus efeitos danosos na construção de uma consciência negra na classe trabalhadora brasileira.

Nesse sentido, como consequência da tentativa de se gestar uma força de trabalho urbana embranquecida por meio de uma política deliberada durante a transição do escravismo para o trabalho assalariado, o capitalismo dependente brasileiro gerou uma grande massa de trabalhadores(as) racializados(as), os(as) quais são cruciais para a reprodução da dependência, já que a superopressão a que estão submetidos(as) é absorvida e potencializada pela superexploração de sua força de trabalho.

---

<sup>21</sup> Limitamos nossa análise a essas três formas de opressão por conta das limitações de espaço do presente artigo e por considerar sua relevância em formações sociais dependentes como a brasileira, para a qual daremos uma atenção especial a partir deste ponto do texto. Vale ressaltar, no entanto, que este não é um tema novo e a bibliografia é crescente. Para uma análise rigorosa da relação entre superexploração, racismo e patriarcado, consultar C. Souza (2022).

Como assinalou Marini (2011a, p. 149), uma das características essenciais da superexploração da força de trabalho inerente às formações sociais dependentes está “[...] dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho [...]”. É interessante observar que essa característica essencial também estava presente no modo de produção escravista dominante no Brasil durante o período colonial.

Como afirma Clóvis Moura (2020, p. 14): “se os senhores de escravos assim procediam, era porque sabiam que uma peça comprada e produzindo durante sete anos (a média de vida útil do escravo) daria lucro suficiente para descartá-la após esse período e substituí-la por outra [...]”. É importante assinalar que, além dessa característica ser essencial para as formações sociais dependentes compensarem as transferências de valor para as formações sociais centrais, ela também faz parte de um mecanismo que não serve apenas para essa finalidade, mas também foi e segue sendo funcional à segregação dos(as) trabalhadores(as) negros(as), que passam a ser o alvo principal da superexploração no processo de formação de um mercado de trabalho segmentado a partir da racialização. O desgaste exacerbado da força de trabalho é um mecanismo essencial na produção histórica do genocídio da classe trabalhadora negra, que, por meio da superopressão racial e da superexploração de sua força de trabalho, contribui como peça fundamental para a reprodução da dependência.

De forma análoga, durante o processo de formação do mercado de trabalho assalariado, as mulheres trabalhadoras foram empurradas para as ocupações ligadas ao cuidado dos(as) filhos(as) e de idosos(as) das classes médias e dominantes, e para as atividades mais precárias, sem, no entanto, liberá-las do trabalho doméstico do espaço familiar, necessário à reprodução da força de trabalho (SAFFIOTI, 1976). Levando-se em consideração que é sobre o conjunto das mulheres trabalhadoras que recaem predominantemente as responsabilidades pelos cuidados dos(as) filhos(as), e que a superpopulação relativa pauperizada está presente mais amplamente nas formações sociais dependentes, pode-se afirmar que as mulheres trabalhadoras, particularmente as

mulheres não-brancas, conformam a parcela mais submetida à condição de reserva da classe trabalhadora e à superexploração da força de trabalho, inclusive por conta da intensificação do trabalho doméstico.

Já quando se trata do aspecto da superopressão de gênero expresso no controle político sobre os corpos das mulheres em geral, aquelas que especificamente habitam as formações sociais dependentes e pertencem aos setores mais pauperizados da classe trabalhadora, enfrentam não só a proibição e a criminalização do aborto, mas também propostas de esterilização por meio de cirurgias compulsórias.

Segundo Federici (2017, p. 262), referindo-se ao período da chamada acumulação primitiva de capital, “[...] o útero foi reduzido a uma máquina para a reprodução do trabalho [...]”. Quando, no processo de acumulação primitiva, era necessário um maior número de trabalhadores(as), as mulheres que dominavam métodos abortivos e contraceptivos foram criminalizadas e assassinadas.

Porém, nas formações sociais dependentes atuais, em que predomina uma superpopulação relativa mais ampla em situação de miséria e que precisa ser reduzida, como uma suposta solução política para diminuir distúrbios sociais, as mulheres da classe trabalhadora mais pauperizada são ameaçadas com projetos de lei de esterilização. Ao mesmo tempo que enfrentam uma situação de proibição e criminalização do aborto, adoecendo ou morrendo, ao usar métodos abortivos sem acompanhamento médico, as mulheres da classe trabalhadora convivem com a realidade mais desigual, vendo as mulheres de diferentes frações burguesas pagarem pelo aborto em condições mais seguras.

Outra forma de superopressão que devemos levar em conta é aquela que tem como alvo certos grupos étnicos de imigrantes (xenofobia) ou oriundos de determinadas regiões de um mesmo país (xenofobia regional). Bambirra (2013) já havia proposto uma “tipologia” das formações sociais dependentes, pois pressupunha a existência de uma heterogeneidade entre elas. Nosso argumento aqui é que existe uma heterogeneidade interna entre diferentes regiões das formações sociais dependentes com dimensões continentais

como o Brasil, que reproduz os mecanismos de transferência de valor no plano regional, cujo mecanismo de compensação é a subordinação das economias de certas regiões e a discriminação de sua população, que se torna fonte quase inesgotável da superpopulação relativa que migra para as economias regionais centrais para servirem às ocupações mais submetidas à superexploração da força de trabalho.

No Brasil, há uma evidente desigualdade quando se trata de processos de industrialização entre as regiões norte/nordeste e sul/sudeste/centro-oeste, que acaba por alimentar várias expressões políticas, econômicas, ideológicas e xenofóbicas entre os agentes que habitam essas regiões.

Exemplo disso é a existência de “trabalho análogo à escravidão” no país, atividade esta que é habitualmente formada por mão de obra não-branca e originalmente oriunda das periferias urbanas e industriais do país. O Relatório da Organização Internacional do Trabalho (2011, p. 167), sobre o perfil do trabalho escravo rural no Brasil, afirma que “a maioria deles são homens nordestinos, negros (pretos ou pardos), com baixa escolaridade e sem qualificação profissional”, além de denúncias de trabalhadoras domésticas predominantemente negras e nordestinas em condições semelhantes.

Portanto, a superexploração e a superopressão se reproduzem não só por meio da relação de subordinação das formações dependentes em relação às imperialistas, mas também na relação de subordinação entre formações sociais regionais de desenvolvimento desigual e combinado no mesmo espaço nacional, a partir de uma complexidade de expressões xenofóbicas.

Como as formações sociais dependentes possuem uma capacidade menor de absorção da força de trabalho, sendo necessária a superexploração de sua força de trabalho para compensar os mecanismos de transferência de valor para o centro do capitalismo, especialmente mulheres, negros(as) e nordestinos(as) tornam-se as parcelas mais afetadas pelo desemprego, subemprego, pelas ocupações informais, sub-remuneradas, precarizadas etc., oscilando entre a exclusão socioeconômica e o acesso limitado a direitos sociais.

Negros(as), mulheres e nordestinos(as) constituem a parcela mais significativa tanto dos(as) trabalhadores(as) ativos(as) submetidos(as) à superexploração quanto da população sobrando às necessidades de acumulação do capital. Como essa superpopulação relativa está submetida à segregação social, e também produz formas de resistência e lutas sociais, impõe-se a necessidade de dominá-la coercitivamente, fragilizando os mecanismos de produção de consenso nas formações sociais dependentes. A opressão a que esses grupos são submetidos se exacerba, torna-se superopressão no contexto da dependência, já que cumprem uma função essencial na reprodução do capitalismo dependente ao se tornarem estoques quase inesgotáveis para a superpopulação relativa e para a superexploração da força de trabalho.

### **Considerações finais**

A discussão feita ao longo deste texto buscou resgatar o binômio transferência de valor e superexploração da força de trabalho como o mecanismo central de reprodução do capitalismo dependente no nível econômico, questão que foi devidamente explorada pelos(as) teóricos(as) fundadores(as) da TMD e aprofundada por seus(suas) seguidores(as). Em seguida, tratou-se de ressaltar que esta teoria não desenvolveu de forma sistemática uma reflexão conceitual sobre como o fenômeno da dependência se expressa no nível político.

No intuito de contribuir com esse debate, procuramos avançar no conceito de Estado capitalista dependente, ressaltando que sua principal peculiaridade, além da questão da subsoberania, já destacada pelos clássicos da TMD, é aquilo que denominamos sobredominação política, ou seja, o uso exacerbado da força no exercício da dominação de classe.

Tal sobredominação se dá por meio de diversos empecilhos à conquista de bens, serviços, direitos e participação política das classes subalternas, o que funciona como um mecanismo de compensação da subsoberania, ou seja, a dependência política externa, esta última evidenciada pelo papel

hegemônico que exerce a burguesia imperialista – e a burguesia nativa a ela associada – no bloco no poder das formações sociais dependentes.

Finalmente, argumentamos que o capitalismo dependente é marcado pela superopressão, ou seja, pela exacerbação das formas de opressão direcionadas a certos grupos sociais segundo diversas clivagens – gênero, raça, região etc. – que funcionam como vetores de potencialização da superexploração da força de trabalho e da sobredominação política, os quais, por sua vez, acentuam as desigualdades de gênero, raciais, regionais etc.

A indissociabilidade entre superexploração, sobredominação e superopressão nos convida a ir além do conceito de “economias dependentes”, deslocando o foco para uma abordagem que contemple o “capitalismo dependente” como uma formação social *sui generis*. Esse procedimento nos possibilita analisar a articulação entre as instâncias ou níveis – econômico, político e ideológico – que compõem essas formações sociais marcadas pela dependência, embora sem perder de vista que suas particularidades estão circunscritas pelas estruturas do modo de produção capitalista e sua dinâmica de acumulação em nível mundial.

## Referências

- AMARAL, Marisa. Ainda a categoria superexploração da força de trabalho: novas reflexões sobre velhas controvérsias. In: 6º Encontro Internacional de Política Social, 13º Encontro Nacional de Política Social., Vitória. *Anais* [...], Vitória, 2018.
- AMARAL, Marisa.; CARCANHOLO, Marcelo. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. *Revista Katalysis*, vol. 12, n. 2, Florianópolis, 2009.
- AMARAL, Marisa; TRASPADINI, Roberta. O vazio teórico no pensamento crítico latino-americano: a Teoria Marxista da Dependência como ápice da elaboração sobre o continente. In: XXVII Encontro Nacional de Economia Política. 2022, Uberlândia. *Anais* [...], Uberlândia, 2022.
- BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. Trad. Fernando Correa Prado; Marina Machado Gouvêa. 2.ed. Florianópolis: Insular, 2013.
- BALIBAR, Étienne. A Retificação do Manifesto Comunista. In: *Cinco estudos sobre o materialismo histórico* - vol. I. Trad. Elisa Amaro Bacelar. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1975.
- BICHIR, Maíra. *A questão do Estado na teoria marxista da dependência*. 2017. 205 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
- BRETTAS, Tatiana. *Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil*. 1.ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.
- CARCANHOLO, Marcelo. (Im)Precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: ALMEIDA FILHO, N. (org.). *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: Ipea, 2013.
- DOS SANTOS, Theotonio. et al. La cuestión del fascismo en América Latina. In: *Cuadernos Políticos*, n. 18, p. 13-34, octubre-diciembre, 1978. Disponível em: <<http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/contenido/CP.18/CP.18.13.PioGarcia.pdf>>. Acesso em: 21/01/2023.
- DOS SANTOS, Theotonio. *Socialismo ou fascismo: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano*. Trad. Diógenes Moura Breda. 1.ed. Florianópolis-SC: Insular Livros, 2020.
- FEDERICI, Sílvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3. 10ª ed. Trad. Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira, Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- MARINI, Ruy Mauro. “Dialética da dependência”. Em: TRASPADINI, R.; STÉDILE, J. P. *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. 2a. ed., p. 131-172. São Paulo: Expressão Popular, 2011a.
- MARINI, Ruy Mauro. “Sobre a dialética da dependência”. Em: TRASPADINI, R.; STÉDILE, J. P. *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. 2a. ed., pp. 173-185. São Paulo: Expressão Popular, 2011b.
- MARINI, Ruy Mauro. O Estado de contrainsurgência. In: *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 12, n. 3, 2018.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro I: O processo de produção do capital*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MASCARO, A. *Crítica da legalidade do direito brasileiro*. 3.ed. São Paulo: Quartier Latin, 2019.
- MOURA, Clóvis. *Quilombos: resistência ao escravismo*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- MOURA, Clóvis. *O negro, de bom escravo a mau cidadão?* 2. ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021.



- OIT. Organização Internacional do Trabalho. *Perfil dos principais atores envolvidos no trabalho escravo rural no Brasil*. Brasília: OIT, 2011.
- OSORIO, Jaime. *O Estado no centro da mundialização*. Trad. Fernando Correa Prado. 1.ed. São Paulo: Outras Expressões/Expressão Popular, 2014.
- PACHUKANIS, Evgeni. *A Teoria Geral do Direito e o Marxismo e Ensaios Escolhidos (1921 – 1929)*. Coord. Marcus Orione. Trad. Lucas Simone. 1.ed. São Paulo: Sundermann, 2017.
- PAZELLO, Ricardo. Contribuições metodológicas da teoria marxista da dependência para a crítica marxista ao direito. In: *Direito e Práxis*. Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 13, p. 540-574, 2016.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e classes sociais*. Trad. Maria Leonor F. R. Loureiro. 1. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019.
- SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- SILVA, Alessandro. O direito na periferia do mundo: apontamentos sobre o funcionamento da instância jurídica no capitalismo dependente. In: *Rebela*, v.9, n.3. set./dez. p. 403-429, 2019.
- SOUZA, Angelita. *O Estado dependente no Brasil (1889-1930)*. 1995. 154 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.
- SOUZA, Cristiane. “Racismo e superexploração: apontamentos sobre a história do trabalho e da classe trabalhadora no Brasil. *Geminal: marxismo e educação em debate*, Salvador, v.14, n.2, p. 33-55, ago. 2022.
- VILAS, Carlos. *Derecho y Estado en una economía dependiente*. 1.ed. Buenos Aires: Guadalupe, 1974.

YASMIN MUSSALEM HADDAD  
MARGARITA OLIVERA

## PENSAR O EMPREGO DOMÉSTICO NO BRASIL A PARTIR DA ECONOMIA FEMINISTA E DO FEMINISMO DECOLONIAL

Recebido em 01/02/2024

Aprovado em 13/05/2024

DOI: 10.69585/2595-6892.2024.1105

# PENSAR O EMPREGO DOMÉSTICO NO BRASIL A PARTIR DA ECONOMIA FEMINISTA E DO FEMINISMO DECOLONIAL

## Resumo

Partindo da noção de que o trabalho doméstico remunerado é um setor historicamente marginalizado por conta das desigualdades de gênero, raça e classe que o atravessam, o objetivo do presente trabalho é pensar complementaridades entre conceitos da economia feminista e do feminismo decolonial no estudo dessa categoria. Para tanto, faz uso de uma revisão de literatura e discute os principais conceitos presentes nas duas correntes analisadas. Como resultado, o trabalho demonstra a necessidade de utilizar conceitos como a divisão sexual e racial do trabalho, a colonialidade do poder e a colonialidade do gênero para que seja possível compreender, à luz de fatores sociais e históricos, as condições de trabalho no setor de emprego doméstico e suas particularidades no Brasil.

**Palavras-chave:** feminismo decolonial; economia feminista; emprego doméstico

## YASMIN MUSSALEM HADDAD

Doutoranda do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ).

Email: [yas.mimin.haddad@gmail.com](mailto:yas.mimin.haddad@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3901-2311>

## MARGARITA OLIVERA

Professora Adjunta do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ).

Email: [margarita.olivera@ie.ufrj.br](mailto:margarita.olivera@ie.ufrj.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6658-6513>

## **Abstract**

Taking as our starting point the notion that paid domestic work in Brazil is a historically marginalized sector due to the gender, race and class inequalities that cross it, the main objective of this work is to suggest complementarities between feminist economics and decolonial feminism in the study of this work category. To this we make use of a literature review and discusses the main concepts present in the two currents analyzed. As a result, the paper demonstrates the need to use concepts such as the sexual and racial division of labor, the coloniality of power and the coloniality of gender to understand, considering social and historical factors, the working conditions in the domestic employment sector and its particularities in Brazil.

**Keywords:** decolonial feminism; feminist economics; domestic employment

## Introdução

Levando em conta que as relações de produção capitalistas, no sistema mundo moderno/colonial (GROSGUÉL, 2008; QUIJANO, 2005), estão estruturadas até os dias de hoje pelo patriarcado e o racismo, os quais se constituem como eixos da subordinação e da exploração, o presente artigo busca trazer à luz a urgência do feminismo decolonial e da economia feminista como lentes de análise para se pensar o emprego doméstico no Brasil, setor marcado por atuar como alternativa de trabalho para um nicho específico de mulheres, notadamente pobres e negras.

O trabalho doméstico remunerado é, historicamente, uma forma importante de inserção econômica para uma significativa parcela das mulheres, em especial para as mulheres negras. Conforme explicitam Vieceli, Furno e Horn (2018), o emprego doméstico correspondeu, ao longo do século XXI, a, em média, 7% do total da ocupação no Brasil, sendo que em torno de 93% dos empregados nesse setor são mulheres, com as mulheres negras representando cerca de 61% desse total em 2019 (OLIVERA; VIEIRA; BAETA, 2021).

É possível entender que o emprego doméstico atua suprimindo uma lacuna de provisão pública de serviços de cuidados existente no país, possibilitando, simultaneamente, que mulheres de classe média conciliem as obrigações de cuidado e afazeres do lar com um trabalho remunerado a tempo completo, enquanto atua como uma alternativa de emprego para as mulheres que têm maior dificuldade de se inserir no mercado de trabalho, em geral, mulheres negras e pobres, que possuem baixa instrução. Essa inserção, no entanto, é extremamente precária, visto que o emprego doméstico é caracterizado por ser um setor distanciado das políticas públicas e, muitas vezes, dos direitos trabalhistas, marcado por jornadas de trabalho extensas e baixos salários, baixa formalização e fiscalização, bem como pela permanência de práticas de discriminação e assédio, para além da estigmatização social (PINHEIRO; LIRA; RESENDE; FONTOURA, 2019).

Orientado pelo conceito de colonialidade de gênero desenvolvido por Lugones (2014) e pelas contribuições do feminismo afro-latino-americano proposto por Gonzalez (2020 [1988]), o artigo objetiva demonstrar a importância do feminismo decolonial, pensando como elemento complementar (e pouco discutido no âmbito dos estudos do trabalho) à economia feminista para que seja possível compreender as condições particularmente precárias do emprego doméstico no Brasil atual. Pensa, portanto, a divisão sexual e racial do trabalho como elementos constitutivos da estratificação social brasileira a partir da colonização, e que possuem reflexos profundamente enraizados ainda hoje, relegando as mulheres negras ao mais baixo lugar nessa hierarquia e as submetendo a constantes e diversificadas violências, particularmente evidentes no serviço doméstico.

Destacadas essas questões iniciais, portanto, o artigo se dedica a especificar as contribuições de dois distintos desenvolvimentos teóricos para pensar o emprego doméstico no Brasil<sup>1</sup>, a partir de uma metodologia exploratória para construção de uma lente teórica que combine os olhares da economia feminista e do feminismo decolonial, estando repartido em quatro seções, para além desta introdução. A primeira seção está voltada a discutir a economia feminista como corrente heterodoxa importante para pensar a inserção das mulheres na economia e nas relações de trabalho, a partir do entendimento ampliado de trabalho que considera os afazeres domésticos não remunerados. A segunda seção se volta para analisar a divisão sexual do trabalho e sua relação com o emprego doméstico. A terceira seção se dedica a apresentar o feminismo decolonial como lente teórica que ajuda a pensar a inserção específica das mulheres negras no Brasil a partir da colonização, seus efeitos para a divisão sexual e racial do trabalho, e as relações entre passado colonial e condições atuais do emprego doméstico. Por fim, são colocadas algumas considerações finais.

---

<sup>1</sup> Vale a pena ressaltar que o artigo se baseia em uma proposta de introduzir, na discussão da economia feminista, as imbricações entre racismo e sexismo, e a inseparabilidade entre ambos, entendidos a partir de uma lente decolonial. Não se propõe, no curto espaço aqui disponível, a explicar o racismo em suas múltiplas dimensões, sua origem ou mesmo a completude de seus reflexos atuais no cotidiano.

## **Economia feminista: pensando o trabalho reprodutivo**

A economia feminista é uma corrente teórica do pensamento econômico que enfatiza a necessidade de se incorporar o papel dos cuidados e a divisão sexual do trabalho, assim como diferentes marcadores sociais, como variáveis relevantes na explicação do funcionamento da economia. Consequentemente, se caracteriza por colocar no centro da análise a sustentabilidade da vida, indo além do entendimento de mercados e lucros. As reivindicações da economia feminista, portanto, passam pela noção de que seria preciso caminhar em direção a uma outra economia (CARRASCO, 2006), que possua como eixo central a sustentabilidade da vida e a reprodução social (FERNANDEZ, 2018; RODRIGUEZ ENRÍQUEZ, 2015).

Entende-se que essa vertente contribui para analisar a economia de uma maneira que desafia os princípios tradicionais, expondo dimensões apagadas da realidade e propondo estratégias práticas para a redução das iniquidades (RODRIGUEZ ENRÍQUEZ, 2015). Como apontam Berik e Kongar (2021), a economia feminista parte de uma abordagem focada na provisão social (*social provisioning approach*), que busca estar atenta às condições históricas e sociais, diferenciando por gênero, classe, raça e outros marcadores sociais que moldam os determinantes econômicos via relações sociais de conflito e cooperação. Nas palavras de Power (2004, p. 6), “definir a economia como o estudo da provisão social é enfatizar que, em sua essência, a atividade econômica envolve as formas como as pessoas se organizam coletivamente para o próprio sustento”. Dessa forma, entende-se que “provisão social” é um conceito que alude a noções de cooperação, sustento e apoio mútuo, buscando se distanciar das imagens de competição individual e objetivos pecuniários que marcam a economia tradicional (2004).

Conforme explicitado por Fernandez (2018), a crítica que parte da economia feminista possui uma natureza dual: por um lado, é uma crítica ao próprio sistema capitalista; por outro lado, é também uma crítica às teorias econômicas que, ao buscarem explicar esse sistema, acabam por reproduzir seus vieses, sendo geralmente cegas às questões de gênero (e raça).

Assim, a economia feminista pode ser entendida não só como uma escola de pensamento econômico, mas também uma prática política, que, para além de destacar as desigualdades geradas pela economia capitalista, busca transformar a realidade (ANGEJO-CALDERÓN; GÁLVEZ-MUÑOZ, 2019; PÉREZ OROZCO, 2014). Pelo lado teórico-metodológico, autores/as alinhados/as a essa corrente argumentam que a economia *mainstream* se restringe a analisar as relações que se dão no âmbito do mercado (ou seja, o trabalho realizado dentro do mercado, os produtos trocados nos mercados), deixando de lado tudo o que sustenta o próprio mercado, isto é, a enorme massa de trabalho não remunerado que produz e reproduz a força de trabalho (FERNANDEZ, 2018).

Dessa forma, a economia feminista se propõe a criar um paradigma alternativo nos estudos econômicos, de forma a analisar conjuntamente o processo de produção e troca de mercadorias e o de reprodução social da força de trabalho, de maneira a incluir todos os processos relacionados à geração e distribuição de recursos que permitem satisfazer as necessidades humanas. Assim, a economia feminista parte de um entendimento da economia como um circuito que integra formas múltiplas de trabalho e agentes econômicos, bem como múltiplas esferas de atividade – por exemplo, o mercado, o Estado, as famílias e também as relações sociais e comunitárias (AGENJO-CALDERÓN; GALVEZ-MUÑOZ, 2019).

Destaca-se que a economia feminista não corresponde a um pensamento monolítico, mas que, dentro da corrente, convivem economistas de diferentes escolas de pensamento e diversas tradições de feminismo (CARRASCO, 2006; FERNANDEZ, 2018). Nesse sentido, essa corrente se coloca como uma forma de pensar a economia que busca uma análise multidisciplinar, trazendo conceitos e metodologias de diferentes áreas – como a sociologia, a ciência política, as relações internacionais – e fazendo uma crítica às rígidas margens de delimitação da disciplina econômica (BERIK; KONGAR, 2021).

Apesar das diferentes vertentes, um eixo central de discussão na economia feminista é a dinâmica produção/reprodução e o debate em torno do trabalho



doméstico não remunerado e a economia dos cuidados. Argumenta-se que é preciso ampliar o conceito de trabalho, que tanto na economia *mainstream* quanto nas análises heterodoxas fica restrito àquele que passa pelo mercado e é remunerado. Entende-se que o trabalho doméstico (de cuidados e de afazeres domésticos) é essencial para a reprodução física da força de trabalho (isto é, para a manutenção da vida) e, portanto, é um pilar invisibilizado pela economia tradicional, porém essencial para a manutenção do sistema capitalista. De forma a explicitar melhor esse processo, a economia feminista faz uso de diferentes conceitos, como a divisão sexual do trabalho.

### **Divisão sexual do trabalho e emprego doméstico**

Argumenta-se que as diferenças entre homens e mulheres não são produtos biológicos, mas resultam de condições sociais e culturais (BIROLI, 2016; KERGOAT, 2009). Enfatiza-se que as “motivações e escolhas devem ser situadas na dinâmica social em que são produzidas, e não explicadas em uma dimensão individual e a partir de uma perspectiva voluntarista” (BIROLI, 2016, p. 730). Na visão de Kergoat (2009), homens e mulheres estão envolvidos em uma relação social específica: a relação social de sexos. Esta possui uma base material, o trabalho, que se exprime por meio da divisão sexual do trabalho.

Entende-se que a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho decorrente das relações sociais entre os sexos, e é adaptada a cada sociedade. A divisão sexual do trabalho é caracterizada pela destinação prioritária dos homens à esfera do trabalho produtivo, enquanto as mulheres são destinadas, majoritariamente, ao trabalho reprodutivo, isto é, referente aos cuidados com o lar, as crianças, os idosos, os doentes e outras pessoas dependentes. Salienta-se que essa forma de divisão social do trabalho possui dois princípios organizadores: o da separação, ou seja, a noção de que existem trabalhos “de homem” e “de mulher”, e o da hierarquização – a noção de que os trabalhos masculinos têm maior valor social e monetário (KERGOAT, 2009). Portanto, argumenta-se que, embora seja possível haver

mudanças ao longo do tempo sobre o que se considera trabalho feminino e trabalho masculino, existe sempre uma divisão hierarquizada.

Segundo Federici (2019) e Saffioti (1976), a divisão sexual do trabalho sempre existiu, mas a hierarquia entre os trabalhos masculinos e femininos passa a ser mais marcada a partir do capitalismo, momento em que a esfera doméstica deixa de ser parte do processo produtivo, pois a produção passa a se realizar exclusivamente no âmbito das fábricas e de forma assalariada. Assim, a separação entre espaço público e privado, em conjunto com a impossibilidade de se gerar renda por meio do trabalho doméstico, faz com que as mulheres se vejam impossibilitadas de garantir o próprio sustento – o que Federici (2019) denomina “patriarcado do salário” – ou, quando o fazem, os salários são sempre inferiores aos dos homens, perpetuando a dependência econômica das mulheres.

Se enfatiza a ideia de que a visão dicotômica sobre feminilidade/masculinidade é construída a partir de prescrições e julgamentos que moldam as preferências e habilidades dos indivíduos, o que acaba sendo fortemente expressado no âmbito da divisão das responsabilidades e do trabalho (BIROLI, 2016). Assim, às mulheres é reforçada a ideia de que são responsáveis pelo ambiente doméstico, tendo em vista sua tendência “natural” ao cuidado, enquanto os homens são colocados como responsáveis pela provisão do lar.

Hirata e Kergoat (2007) afirmam que existem, basicamente, três modelos de divisão sexual do trabalho. O primeiro é o chamado “modelo tradicional”, no qual o homem é considerado o provedor do lar, sendo inteiramente responsável pelo trabalho profissional e pela obtenção da renda familiar, enquanto a mulher é vista como a cuidadora, sendo inteiramente responsável pelas tarefas domésticas e de cuidados com pessoas, realizadas gratuitamente. Com a inserção cada vez mais significativa das mulheres nos mercados de trabalho mundiais, esse modelo foi sendo deixado para trás (embora não tenha desaparecido) e dando origem a dois outros.

O dito “modelo da conciliação” impõe às mulheres a responsabilidade por conciliar a vida doméstica e profissional, levando ao que é chamado muitas

vezes de “dupla jornada”. Nesse modelo, existe a possibilidade de a mulher trabalhar fora de casa, no entanto, é única e exclusivamente das mulheres a responsabilidade por garantir os cuidados com o lar, a limpeza, as crianças e os idosos, material e mentalmente. Isso não significa dizer, vale a pena ressaltar, que os homens não realizam esse tipo de tarefa, somente que não se entende a realização dessas tarefas por parte deles como obrigação. Visto que, na prática, a “conciliação” entre as esferas produtiva e reprodutiva (não remunerada) gera uma sobrecarga das mulheres e exige uma maior flexibilidade de horas trabalhadas, muitas mulheres que se encontram em profissões altamente remuneradas delegam a outras, que se encontram em maior situação de vulnerabilidade laboral e social, o cuidado com seus afazeres domésticos e familiares, dando origem ao dito “modelo da delegação” (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Um primeiro ponto, portanto, a ser levado em consideração é justamente a relação entre o trabalho doméstico remunerado e o trabalho de cuidados realizado de forma não remunerada no âmbito do lar. Aponta-se que “o trabalho doméstico remunerado é uma forma importante de inserção das mulheres no emprego assalariado, e é – ao mesmo tempo – condição para que mulheres da classe média possam realizar os seus trabalhos remunerados, livrando-se – parcialmente – das atividades do lar” (FURNO, 2016, p. 76). Visto que ambos estão intimamente ligados, importa perceber os impactos de um sobre o outro, em especial considerando uma situação como a pandemia, por exemplo, que vai aprofundar o tempo despendido pelas mulheres no trabalho reprodutivo, seja pela maior atenção e tempo dedicados a crianças ou idosos, seja pela constante necessidade de cozinhar e limpar, consequência do maior período de permanência em casa (THOMÉ; MELO, 2021). Nesse sentido, entende-se que a pandemia aprofunda as desigualdades de gênero existentes dentro do lar, exacerbando o tempo dedicado pelas mulheres ao trabalho doméstico não remunerado (OLIVERA, 2021) e alterando a estrutura do trabalho doméstico remunerado que atua como substituto do mesmo.

Teixeira (2021) enfatiza como a posição particular do emprego doméstico estando na convergência entre o local de trabalho e de moradia vai ser marcado por contradições. Se por um lado as empregadas são, por vezes, incorporadas à rotina familiar, através do discurso do “como se fosse da família”, esse tipo de relação serve, em muitos casos, para que a empregadora se omita de formalizar ou pagar os devidos encargos trabalhistas, mascarando uma relação de poder e opressão entre grupos de mulheres. Diz a autora:

Ao mesmo tempo que a relação podia (e pode) envolver uma dinâmica de afetividade e proximidade, mantinha as divisões hierárquicas relativas aos acessos aos espaços e às práticas dos patrões. O problema das contradições é que traduzir essas relações de trabalho em afetividade mascara relações de poder e desigualdades (TEIXEIRA, 2021, p. 41).

Em linha com essa noção, Patricia Hill Collins (2016) cunha o termo *outsider within* para enfatizar o papel das mulheres negras em uma posição intermediária entre forasteiras e inclusas. Para ilustrar o termo, a autora usa justamente o exemplo das trabalhadoras domésticas, que são *insiders*, por um lado, ao estarem inseridas no cotidiano e, muitas vezes, na intimidade das suas “famílias” brancas, mas, ao mesmo tempo, de observarem essas interações de forma distanciada. Por conta dessa posição peculiar, as empregadas domésticas negras seriam capazes de observar a elite branca de uma perspectiva privilegiada, não evidente aos grupos dominantes e nem mesmo aos homens negros.

Outra questão a ser abordada é a relação entre o emprego doméstico e a divisão sexual do trabalho. Tendo em vista a divisão social das tarefas apontada, argumenta-se que as imposições sociais vão afetar também a forma como as mulheres se inserem no mercado de trabalho, em quais setores serão predominantes e quais cargos poderão ocupar. Em virtude do tempo dedicado ao trabalho não pago, as mulheres terão sua inserção no mercado de trabalho limitada, se inserindo predominantemente em postos de trabalho com cargas horárias flexíveis, meio expediente, ou com outras características que facilitem a conciliação do trabalho pago com

os afazeres domésticos e tarefas de cuidados (BERTRAND, 2018), como a presença de creches.

A economia feminista argumenta que existe segregação no mercado de trabalho, podendo esta ser vertical ou horizontal. A segregação horizontal se dá no sentido em que existem ocupações compostas majoritariamente por mulheres, sendo, em geral, funções que remetem ao trabalho de cuidados, como babás, enfermeiras e professoras de nível primário, por exemplo. Como pontua Silvia Federici,

desde que “feminino” se tornou sinônimo de “dona de casa”, nós carregamos para qualquer lugar essa identidade e as “habilidades domésticas” que adquirimos ao nascer. É por isso que as possibilidades de emprego para mulheres são tão frequentemente uma extensão do trabalho doméstico, e o nosso caminho ao assalariamento muitas vezes nos leva a mais trabalho doméstico (2019, p. 75).

Vale a pena enfatizar que as ocupações ditas femininas são, não por acaso, as que possuem maior vulnerabilidade, menor prestígio social e menores remunerações. Daí a metáfora do “chão pegajoso” (FERNANDEZ, 2019), aos quais muitas mulheres estariam presas. Um exemplo clássico dessa situação é justamente o emprego doméstico, setor quase totalmente feminino, onde os salários são baixos, o grau de formalização é pouco relevante, existe pouca mobilidade social e a situação de vulnerabilidade social e econômica é bastante significativa (VIECELI; FURNO; HORN, 2018).

Enfatiza-se a importância de pensar que, para além de majoritariamente feminino, o setor de serviços domésticos também é, historicamente, composto em grande parte por mulheres negras, sendo uma fonte de ocupação muito importante para a inserção das mesmas no mercado de trabalho, embora essa inserção permaneça bastante precária. Esse trabalho remete ao papel das mulheres negras como escravas domésticas, as *mucamas*. Quando libertas, sem acesso à educação formal ou políticas públicas que auxiliassem sua inserção no mercado de trabalho, as mulheres negras se inserem, de forma massiva, na atividade dos serviços domésticos, essencialmente no

mesmo papel e nas mesmas condições precárias de ocupação a que estavam submetidas anteriormente (TEIXEIRA, 2021).

Segundo Pinheiro *et al.* (2019), 22,5% das mulheres negras estavam empregadas no setor de serviços domésticos em 1995, sendo que este valor representava 18,6% em 2018. Já para as mulheres brancas, os valores eram 13,4% e 10%, respectivamente. Isto é, observa-se que o emprego doméstico se mantém como uma ocupação importante ao longo das décadas recentes, especialmente para as mulheres negras. Em adição, ressalta-se que, apesar de representarem uma parcela muito significativa do emprego feminino no país, as trabalhadoras domésticas passaram décadas distanciadas dos direitos trabalhistas, não sendo equiparadas ao conjunto dos trabalhadores em termos de benefícios e direitos até 2015, quando é implementada a dita “lei das domésticas” (Lei Complementar n.º 150/2015).

Importa, assim, discutir de que maneiras a interseção entre gênero e raça, bem como a interação desses dois marcadores com a classe, vai moldar a posição subordinada das trabalhadoras domésticas na sociedade brasileira. Dentro da discussão feita pela economia feminista, a análise sobre distintas formas de segregação se dá, de forma geral, por meio do conceito de interseccionalidade. Conforme destacado por Banks (2021), o feminismo interseccional tem levado a uma nova forma de pensar os conceitos fundamentais que a economia feminista propõe para explicar a manutenção e reprodução da subordinação feminina, a partir de um entendimento de que existem distintas e múltiplas formas de opressão na sociedade que interagem entre si.

Segundo Piscitelli (2008), a interseccionalidade pode ser entendida como a emergência de categorias que aludem à multiplicidade de diferenciações que, associadas ao gênero, permeiam o social. Entende-se que a interseccionalidade possui quatro pilares analíticos: a simultaneidade de distintas formas de opressão; o uso das experiências de vida como formas válidas de conhecimento; o reconhecimento de que mulheres vão experimentar o gênero de maneiras distintas em virtude de sua raça, etnia, sexualidade, classe,

etc.; a importância das hierarquias e relações de poder entre as próprias mulheres (BANKS, 2021).

Consequentemente, incorporar a raça (e outros marcadores sociais) ao estudo econômico envolve focar em compreender de que forma fatores estruturais e ideológicos interagem em detrimento das mulheres, sendo necessário que se examinem relações de poder e dominação entre distintos grupos de indivíduos, incluindo grupos distintos de mulheres (BANKS, 2021), partindo do entendimento de que as iniquidades de gênero não atingem mulheres em intensidades e frequências análogas (AKOTIRENE, 2019).

Pensando o caso específico do emprego doméstico, a interseccionalidade ajuda a iluminar a posição do mesmo no inter cruzamento entre gênero, raça e classe, por ser uma posição historicamente destinada à população negra, derivada de um passado no qual cabia à mesma o lugar de servidão, e, mais especificamente, às mulheres negras a servidão dentro do lar; pela formação social patriarcal que condiciona às mulheres o lugar do cuidado e da limpeza; e pela desigualdade expressiva de renda, que permite que determinados trabalhadores contratem outros trabalhadores, terceirizando as responsabilidades domésticas, pelo menos em parte (PINHEIRO *et al.*, 2019).

Ao evidenciar a importância econômica e social dos trabalhos reprodutivos (sejam eles remunerados ou não), a economia feminista realiza uma contribuição essencial ao estudo do trabalho e das condições econômicas das mulheres ao longo de tempo. De fato, a economia feminista contribui para evidenciar as hierarquias de gênero e a dependência das mulheres, sua subordinação aos papéis sociais de gênero e as distintas dimensões de segregação e discriminação aos quais estão submetidas no mercado de trabalho. No entanto, salienta-se que raras vezes essas discussões buscam apontar os processos históricos pautados que estruturam as relações de poder por trás das mesmas.

Para Ochy Curiel (2020), a interseccionalidade peca ao não questionar a produção das diferenças contidas nas experiências das mulheres, mas simplesmente apontar que elas existem, se inserindo em um conhecimento

produzido a partir do moderno paradigma ocidental eurocêntrico. De fato, essa é uma crítica que pode ser estendida à economia feminista, em especial para o caso de se pensar um setor como o emprego doméstico no Brasil sem questionar, por exemplo, o racismo estrutural e estruturante que o permeia.

Partindo do feminismo decolonial, conforme proposto, aponta-se que, para além de compreender que existem diferenças entre as mulheres, é necessário buscar as origens dessas desigualdades. Isto é, aponta-se a clara necessidade de compreender como as imbricações entre sexismo, racismo e colonialismo vão estruturar a sociedade a partir de distintos papéis sociais, gerando, portanto, distintas formas de segregação e opressão.

Lélia Gonzalez<sup>2</sup> salienta a importância de estudar em conjunto as dimensões racial e de gênero para uma análise que possa compreender as especificidades do cenário latino-americano. A autora destaca a necessidade de tratar da divisão sexual do trabalho em articulação com seu correspondente em nível racial para que não se recaia em uma espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso branco e masculinizado (GONZALEZ, 2020[1988]).

Pensando especificamente o caso latino-americano, Gonzalez (2020[1988]) compreende o racismo e o sexismo como eixos estruturantes de opressão e exploração na América Latina, argumentando que o redimensionamento do sexismo pela raça faz submergir com clareza as desigualdades de gênero que diferenciam as mulheres negras (e ameríndias) das mulheres brancas. Sendo assim, a autora defende a “articulação entre as categorias de raça, classe, sexo e poder” para desmascarar as estruturas sociais de dominação, que, conforme destacado, são particularmente evidentes no emprego doméstico brasileiro.

Argumenta-se aqui que tal forma de compreender a realidade é essencial no estudo do emprego doméstico no Brasil, setor este caracterizado

---

<sup>2</sup> Apesar da atualidade do seu pensamento, é importante ressaltar que Gonzalez escreve, principalmente, durante os anos 1980.



historicamente por baixas taxas de formalização, baixos rendimentos, pouco ou nenhum acesso à proteção social e diversas formas de precarização (VIECELI *et al.*, 2018), para além da estigmatização social e distintas formas de abuso. Importa, assim, compreender que estas características não são fortuitas, mas resultam de uma configuração social específica, atravessada fortemente pelo racismo, sexismo e colonialismo.

### **Feminismo decolonial: para pensar o emprego doméstico e a colonialidade**

Lugones (2014) argumenta que a interseccionalidade é um eixo teórico importante para que se compreenda a posição de vulnerabilidade das mulheres negras, porém propõe o conceito de colonialidade do gênero para que seja possível analisar e compreender a posição específica das mulheres racializadas (negras e indígenas) a partir de uma perspectiva histórica que identifica como se foram estruturando as relações de poder desde a colonização. Para tanto, a autora se baseia no conceito de colonialidade do poder desenvolvido por Aníbal Quijano, enfatizando-o como central para a sua concepção teórica no que diz respeito à colonialidade de gênero, em virtude de sua discussão acerca das relações de poder forjados por e para a modernidade, construindo as relações de inferioridade e superioridade, e, portanto, influenciando diretamente as relações de gênero (RODRIGUES, 2022).

Visando compreender as desigualdades históricas que se fazem presentes na América Latina, Quijano (2005) elabora o conceito de colonialidade do poder. Segundo a definição do autor, a colonialidade do poder é o padrão de poder que se constituiu conjuntamente com capitalismo moderno/colonial e que tem origem na conquista da América. Tal conquista e o sistema mundo moderno/colonial daí derivado originam um novo padrão de poder mundial fundamentado na ideia de raça, produzindo identidades raciais que passaram a se associar a determinadas hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes aos papéis de dominação. Já Grosfoguel (2008) conceitua a colonialidade do poder como uma interseccionalidade de múltiplas

e heterogêneas formas de dominação e exploração (sexual, política, epistêmica, econômica, racial e de gênero), ditas “heterarquias”, sendo que a heterarquia étnico-racial é aquela que atravessa todas as outras estruturas de poder. A colonialidade do poder é descrita como um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, atentando-se para o fato de que, segundo Grosfoguel (2008), a colonialidade permite-nos compreender a contribuição das formas coloniais de dominação que permanecem após o fim das administrações coloniais (colonialismo) e que produzem culturas coloniais, a partir das estruturas do sistema mundo capitalista moderno/colonial.

No pensamento decolonial, modernidade e colonialidade são conceitos indissociáveis, faces de uma mesma moeda (GROSFOGUEL, 2008). A modernidade é parte constitutiva da colonialidade – “seu lado obscuro” – que vai moldar a dinâmica de inferiorização dos povos colonizados, a partir da retórica da superioridade europeia, sua civilidade frente à barbárie dos “povos inferiores”, os quais teriam direito de colonizar, a partir de formas de controle brutal. A colonialidade do poder impõe, assim, a ideia de progresso, modernização e civilização do colonizador sobre o colonizado. Nesse processo, há uma associação entre raça e trabalho, o que leva à constituição de uma divisão racial do trabalho, que nasce no período colonial, porém se mantém nos dias atuais (QUIJANO, 2005).

É imprescindível ressaltar a violência de que se faz uso durante o processo de colonização e seus reflexos contínuos na atualidade, e, em particular, de que formas essa violência incide sobre os corpos das mulheres. Para Lugones (2014), a dita “missão civilizatória” colonial nada mais foi que uma máscara para encobrir o acesso brutal aos corpos das pessoas através de distintas e extremamente cruéis formas de exploração, violação sexual, controle reprodutivo e terror sistemático. Rita Segato salienta, ainda, que o confinamento das mulheres à esfera do lar tende a reescalonar a violência de que são alvo, tornando cotidiano o feminicídio e a violência contra as

mulheres em suas mais diversas formas, produtos diretos da imposição da modernidade:

O confinamento compulsivo do espaço doméstico e das suas habitantes, as mulheres, como resguardo do privado tem consequências terríveis no que respeita à violência que as vitimiza. É indispensável compreender que essas consequências são plenamente modernas e produto da modernidade, recordando que o processo de modernização em permanente expansão é também um processo de colonização em permanente curso. Assim como as características do crime de genocídio são, por sua racionalidade e sistematicidade, originárias dos tempos modernos, os feminicídios, como práticas quase mecânicas de extermínio das mulheres, são também uma invenção moderna. É a barbárie da colonial/modernidade mencionada anteriormente (SEGATO, 2012, p. 121).

Lugones (2020) entende, assim, que a colonialidade não é um fenômeno que se refere apenas à classificação racial, mas é um dos eixos do sistema de poder capitalista, atravessando o controle do acesso ao sexo, o trabalho, a autoridade coletiva e a própria produção do conhecimento. A partir desse entendimento ampliado da colonialidade, Lugones (2014) propõe utilizar o sistema moderno/colonial de gênero como uma lente para teorização da lógica colonial, seu uso de dicotomias hierárquicas e de lógica categorial, em virtude de seu entendimento de que a lógica categorial dicotômica e hierárquica é central para pensar o capitalismo moderno e as relações de raça, gênero e sexualidade.

Na perspectiva decolonial, a hierarquia entre humano e não humano, imposta aos colonizados a partir da colonização da América e do Caribe, é a dicotomia central para a modernidade colonial. Tal dicotomia parte da imposição da distinção entre humano (a saber, o colonizador, branco, europeu) e não humano (o colonizado, indígena ou africano), impondo a noção de que os colonizados não são pessoas, mas figuras bestiais, “animais”, destituídos de alma e agência própria. Nesse sentido, a análise de Quijano (2005) fornece evidências da inseparabilidade entre racialização e exploração capitalista:

A classificação racial da população e a velha associação das novas identidades raciais dos colonizados com as formas de controle não pago, não assalariado, do trabalho, desenvolveram entre os europeus ou brancos a específica percepção de que o trabalho pago era privilégio dos brancos. A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos (QUIJANO, 2005, p. 120).

Lugones (2014), no entanto, aponta que essa dicotomia veio acompanhada de outras formas de distinção, como aquela entre homens e mulheres. Dessa forma, o homem europeu moderno “tornou-se um sujeito/agente apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão” (LUGONES, 2014, p. 936), enquanto a mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento, mas somente a responsável pela reprodução da raça e do capital, caracterizada por sua pureza sexual e passividade. Estava, portanto, atrelada ao homem branco e atada ao espaço do lar.

Na classificação proposta por Lugones (2014, 2020), colonizadores são mulheres e homens; os colonizados são figuras animais, bárbaras, não humanas: fêmeas e machos. Portanto, “mulher colonizada” é uma categoria vazia, visto que nenhuma mulher é colonizada e nenhuma fêmea colonizada é mulher. Isto é, a autora aponta que as negras e indígenas colonizadas não cabiam no molde de mulher delicada, do lar, cristã, imposto pela colonização. Não seria possível, então, falar de mulher como um sujeito universal, pois, embora as mulheres brancas sofram os efeitos da colonização a partir das limitações associadas ao gênero, esses efeitos não deixam de tomar formas distintas para as colonizadas. Partindo dessa concepção, a autora defende a resistência à colonialidade do gênero fundada no entendimento da “diferença colonial”, ou seja, justamente das diferenças que surgem a partir da impossibilidade de se dissociar sexismo e racismo, e como as mulheres vão, a depender da sua raça, experienciar gênero de formas diferentes.

É importante pensar, a partir dessa caracterização, como as formas de socialização das mulheres colonizadas são absolutamente diferentes do papel

de gênero das mulheres brancas. Ao se pensar em sexualidade, em maternidade e até em solidão, a materialidade das amefricanas, como chama Lélia Gonzalez (1984), dista de evocar a caricatura típica da mulher (branca) que é consuetudinariamente aceita, a bela, recatada e do lar.

O pensamento decolonial, portanto, é uma tentativa de romper com a dominação, em suas diversas facetas de poder, e com os ideais de civilização decorrentes das experiências do colonialismo europeu. O feminismo decolonial está contido nesse universo e voltado para examinar como as relações de gênero são moldadas a partir de estereótipos trazidos com o pensamento colonial, bem como com a ruptura de uma visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista (VERGÈS, 2019). Assim, o feminismo decolonial está focado em discussões que centram a colonialidade e as diferenças coloniais baseadas no gênero e pode ser entendido como uma corrente de feminismos subalternos (BALLESTRIN, 2020), contra-hegemônicos, críticos ao feminismo liberal e branco, que incorporam duas questões centrais do pensamento das autoras do feminismo negro norte-americano: a não fragmentação das opressões e a desuniversalização do sujeito “mulher”.

O feminismo decolonial, nesse sentido, parte do pressuposto de que é necessário estudar as relações de gênero a partir da diferença colonial, largando o encantamento com a categoria universal de “mulher” para que seja possível analisar de que maneira a colonialidade/modernidade implica papéis sociais e condições de opressão distintos para distintas mulheres, entendendo a raça como eixo central dessa diferença. Em diálogo com essas questões, Segato (2012) enfatiza que os corpos femininos constituíram-se, ao longo da história, como a primeira forma de colônia, sendo submetidos a saques que se manifestam tanto na destruição corporal sem precedentes, na ocupação predatória, quanto nas formas de tráfico e comercialização extrema de tudo que esses órgãos pudessem oferecer, e essa violência se dá sobremaneira quando se trata das mulheres colonizadas, tendo em vista que sua posição de intersecção entre gênero e raça as colocava (e coloca ainda hoje) em um espaço de hipersexualização.

No caso do Brasil, como analisam Lélia Gonzalez (2020[1988]) e Beatriz Nascimento (2019[1976]), a vivência colonial e as categorias hierárquicas construídas a partir da mesma, que são constitutivas do capitalismo patriarcal-racista dependente, marcaram profundamente a inserção da mulher negra na sociedade atual. Justificado pelo mito da democracia racial e através da ideologia do branqueamento, pessoas negras e indígenas são mantidas nos segmentos subordinados da sociedade, participando majoritariamente das classes mais exploradas. Assim, as mulheres negras são oprimidas pela sua condição racial, de gênero e de classe, não existindo, para elas, deslocamento social do seu papel imposto durante os tempos da escravidão, vivenciando uma existência análoga àquela que se caracteriza pela solidão, superexploração, infantilização, apagamento da sua história e seus saberes, hipersexualização e ausência de direitos.

Para analisar as representações das mulheres negras veiculadas socialmente, Gonzalez (1984) parte de três figuras: a mulata, a doméstica e a mãe preta. As mulheres negras, em sua visão, são sempre enquadradas em alguma dessas três representações. Para a autora, o mito da democracia racial tem efeitos violentos sobre as mulheres negras, transformando-as ora em corpos a serem admirados (a “mulata” no carnaval), ora em figuras submissas e cotidianas (a empregada doméstica). Nesse sentido, entende que “os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito” (GONZALEZ, 1984, p. 228), atribuições essas derivadas da figura escravocrata da *mucama*. Em relação à empregada doméstica especificamente, chama a atenção para a permanência das atribuições vinculadas ao período escravista e do exercício continuado de funções relativas à casa grande, incluindo a exposição à violência sexual. Para a autora, a doméstica representa a “mucama permitida”, que reside no lado oposto à exaltação, justamente por sua presença constante no cotidiano.

Neste sentido, conforme destaca Beatriz Nascimento (2019[1976]), as mulheres negras mantiveram seu papel social e econômico dos tempos da escravidão mesmo após a abolição. Como libertas e pobres,urgia a necessidade

de garantir a própria subsistência e a de suas famílias, sendo o emprego doméstico uma das poucas ocupações disponíveis para elas. As continuidades da herança escravocrata, construídas a partir do processo de colonização e sustentadas pela modernidade/colonialidade, estão cristalizadas no emprego doméstico no Brasil.

Para compreender o papel social e econômico do trabalho doméstico remunerado, tanto na organização social do cuidado quanto como fonte de emprego para uma enorme quantidade de mulheres, em sua maioria pobres e racializadas, torna-se essencial analisar a divisão sexual do trabalho, com suas formas de discriminação e segregação no mercado de trabalho. Além disso, é necessário investigar, também, o processo histórico que explica essa interseccionalidade de opressões, traçando uma linha de continuidade a partir da modernidade/colonialidade entre os papéis de gênero característicos da escravatura e a divisão racial do trabalho que se perpetua até os dias de hoje.

### **Considerações finais**

Tomando como ponto de partida a economia feminista, argumentou-se que as diferentes correntes econômicas – sejam ortodoxas ou heterodoxas – são insuficientes para a compreensão das condições de trabalho femininas, tendo em vista sua cegueira androcêntrica. Salientou-se, portanto, a necessidade de pensar o emprego doméstico, objeto de estudo deste trabalho, por meio das contribuições articuladas pela economia feminista, em especial no que diz respeito à importância dos trabalhos reprodutivos, dos papéis sociais de gênero e da organização social do cuidado. Em particular, o conceito do chão pegajoso (ou a noção de segregação horizontal) ajuda a elucidar a falta de alternativas de trabalho e mobilidade social sofrida por essa categoria em particular. Entretanto, observou-se que é preciso ir além das considerações sobre segmentação no mercado de trabalho e feminização das ocupações para compreender o emprego doméstico brasileiro em sua completude.

Pensar o emprego doméstico é pensar em um setor historicamente marginalizado, distanciado das políticas públicas e dos direitos sociais. É pensar, também, uma alternativa de trabalho que remete aos tempos da escravidão e se volta para uma população específica de mulheres, negras e pobres, que possuíam (e ainda possuem) poucas possibilidades de se inserir de forma remunerada no mercado de trabalho formal e com baixas probabilidades de mobilidade social. Dessa forma, argumenta-se que, para entender o que o emprego doméstico é hoje, é preciso considerar o que ele foi ontem.

Se faz necessário pensar, portanto, na forma como a colonização, ao impor, de forma bastante violenta, o que é progressivo e moderno, coloca o homem branco como referência de civilidade, subordina as mulheres brancas ao espaço do lar, e submete a população negra a uma condição permanente de subalternidade e de exploração, criando dicotomias hierárquicas que atravessam séculos. Aponta-se que essas heranças coloniais não se limitam a criar uma hierarquia social e econômica no passado, mas moldam essas relações no presente. A colonialidade de gênero (LUGONES, 2014) se coloca, nesse sentido, como um conceito essencial para se pensar a inserção das trabalhadoras domésticas, tendo em vista o atravessamento das categorias gênero, raça e classe que é particularmente evidente para essa categoria.

Descolonizar o gênero, como coloca Lugones (2014, 2020) consiste em uma práxis que decreta uma crítica clara da opressão de gênero racializada, capitalista e colonialista. Exige, dessa forma, um desencantamento com a categoria universal de “mulher”, salientando a necessidade de se perceber a posição das mulheres a partir da diferença colonial. O feminismo decolonial, somado às contribuições de pensadoras negras brasileiras como Lélia Gonzalez, agrega à análise da economia feminista, portanto, ao incitar a reflexão sobre as hierarquias entre as próprias mulheres, entendendo que mulheres racializadas e brancas sofrem com as opressões de gênero de formas distintas.

Partindo, assim, das ideias desenvolvidas pelo feminismo decolonial e incorporando autoras brasileiras que pensam os efeitos da escravatura para a



posição atual das mulheres negras na sociedade, busca-se desenvolver aqui uma lente teórica que, para além das questões postas pela economia feminista, se sustente em um entendimento da divisão sexual e racial do trabalho através da ótica decolonial, isto é, do entendimento de que existem estruturas arraigadas em nossa sociedade que perpetuam violentas hierarquias e relações de opressão que vão condicionar a posição social e econômica da população, garantindo que as mulheres negras se mantenham no mais baixo estrato dessa divisão.

Conclui-se, portanto, que o caráter sistêmico da opressão das mulheres e os papéis sociais de gênero, construídos através do lugar da mulher como garantidora da reprodução da vida e da força de trabalho, tomam um matiz específico se olhados desde a perspectiva do capitalismo moderno/colonial de gênero. Nesse sentido, ao se propor a colocar a vida no centro da análise, como faz a economia feminista, é necessário pensar nas várias vidas que devem caber nessa frase.

Dessa forma, propõe-se aqui a complementaridade entre as contribuições da economia feminista, bastante atenta às questões relativas à organização social do cuidado e divisão sexual do trabalho, e do feminismo decolonial, que se volta para o entendimento do processo histórico que determinou a construção da divisão sexual e racial do trabalho na América Latina da forma como este existe atualmente, para que seja possível compreender as distintas dimensões do emprego doméstico no Brasil.

## Referências

- AGENJO-CALDERÓN, Astrid.; GÁLVEZ-MUÑOZ, Lina. Feminist Economics: Theoretical and Political Dimensions. *American Journal of Economics and Sociology*, v. 78, n. 1, p. 137-166, 2019 <https://doi.org/10.1111/ajes.12264>
- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. 1 ed. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019
- BALLESTRIN, Luciana. Feminismo De(s)colonial como Feminismo Subalterno Latino-Americano. *Revista Estudos Feministas*, v. 28, n. 3, p. 1-14, 2020 <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n375304>
- BANKS, Nina. Intersectional identities and analysis. In: BERIK, Günseli; KONGAR, Ebru (org). *The Routledge Handbook of Feminist Economics*. 1 ed. Nova York: Routledge, p. 118-126, 2021
- BERIK, Günseli; KONGAR, Ebru. The social provisioning approach in feminist economics. In: BERIK, Günseli; KONGAR, Ebru (org). *The Routledge Handbook of Feminist Economics*. 1 ed. Nova York: Routledge, p. 3-23, 2021
- BERTRAND, Marianne. Coase Lecture – The Glass Ceiling. *Economica*, v. 85, n. 338, p. 205-231, 2018 <https://doi.org/10.1111/ecca.12264>
- BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. *Dados*, v. 59, n. 3, p. 719-754, 2016 <https://doi.org/10.1590/00115258201690>
- CARRASCO, Cristina. La economía feminista: una apuesta por otra economía. In: VARA, María Jesus (org). *Estudios sobre género y economía*. 1 ed. Madrid: Ediciones AKAL, p. 29-62, 2006
- CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas desde o feminismo decolonial. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa. (org). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. 1 ed. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020
- FERNANDEZ, Brena. Economia feminista: metodologias, problemas de pesquisa e propostas teóricas em prol da igualdade de gêneros. *Revista de Economia Política*, v. 38, n. 3, p. 559-583, 2018 <https://doi.org/10.1590/0101-35172018-2815>
- FERNANDEZ, Brena. Teto de Vidro, Piso Pegajoso e Desigualdade de Gênero no Mercado de Trabalho Brasileiro à Luz da Economia Feminista: Por que as Iniquidades Persistem? *Revista Cadernos de Campos*, n. 26, p. 79-103, 2019
- FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução*. 1 ed. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019
- FURNO, Juliane. A longa abolição no Brasil: transformações recentes no trabalho doméstico. *Pesquisa & Debate: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política*, v. 27, n. 2, p. 85-103, 2016
- GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. *Revista Ciências Sociais Hoje*, n. 2, p. 223-244, 1984
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa. (org). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. 1 ed. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020
- GROSFUGUET, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 115-147, março 2008
- HIRATA, Helena.; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007 <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>
- HILL COLLINS, Patricia. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Estado e Sociedade*, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016 <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006>

- KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (org). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2009
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. *Revista Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, p. 935–952, 2014 <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>
- LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa. (org). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. 1 ed. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020
- NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa. (org). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. 1 ed. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019
- OLIVERA, Margarita. Relaciones entre covid-19, sexismo y racismo en Brasil: un análisis desde la economía feminista. *Revista Economía*, v. 73, n. 118, p. 39-50, 2021
- OLIVERA, Margarita.; VIEIRA, Clarice.; BAETA, Fernanda. *Mulheres no mercado de trabalho brasileiro: uma análise das segregações e discriminações a partir da economia feminista*. Rio de Janeiro, Instituto de Economia/UFRJ, 2021
- PÉREZ OROZCO, Amaia. *Subversión feminista de la economía: aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida*. 1 ed. Madrid: Traficantes de sueños, 2014
- PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, p. 263-274, 2008 <https://doi.org/10.5216/sec.v11i2.5247>
- PINHEIRO, Luana.; LIRA, Fernanda.; REZENDE, Marcela.; FONTOURA, Natália. *Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua*. Brasília: IPEA, 2019
- POWER, Marilyn. Social provisioning as a starting point for feminist economics. *Feminist Economics*, v. 10, n. 3, p. 3–19, 2004 <https://doi.org/10.1080/1354570042000267608>
- QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, v. 233, p. 117-142, 2005
- RODRIGUES, Lais. Decolonial Feminism: María Lugones' influences and contributions. *Revista Estudos Feministas*, v. 30, n. 1, p. 1-14, 2022. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n184278>
- RODRIGUEZ ENRÍQUEZ, Corina. Economía feminista y economía del cuidado: Aportes conceptuales para el estudio de la desigualdad. *Nueva Sociedad*, v. 256, n. marzo-abril, 2015
- SAFFIOTI, Heleith. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 1976
- SEGATO, Rita. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico decolonial. *e-cadernos CES*, n.18, p. 106-131, 2012 <https://doi.org/10.4000/eces.1533>
- TEIXEIRA, Juliana. *Trabalho doméstico*. 1 ed. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.
- THOMÉ, Débora.; MELO, Hildete. Empregadas domésticas, cuidadoras e afazeres domésticos: o viés de gênero da pandemia de Covid-19. *Política & Sociedade*, v. 20, n 48, p. 153–177, 2021
- VIECELLI, Cristina; FURNO, Juliane; HORN, Carlos Henrique. Recessão econômica e emprego doméstico no Brasil. *Revista Gênero*, v. 18, n. 1, p. 26-55, 2018
- VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. 1. ed. Tradução de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu, 2019

LUCAS FIGUEIRA MESQUITA RIBEIRO

RODRIGO DELPUPO MONFARDINI

## A TESE DA ESTAGNAÇÃO SECULAR E A TENDÊNCIA DECRESCENTE DA TAXA DE LUCRO: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A ABORDAGEM ORTODOXA E A MARXISTA

Recebido em 10/11/2023

Aprovado em 24/04/2024

DOI: 10.69585/2595-6892.2024.1091

# A TESE DA ESTAGNAÇÃO SECULAR E A TENDÊNCIA DECRESCENTE DA TAXA DE LUCRO: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A ABORDAGEM ORTODOXA E A MARXISTA

## Resumo

O presente trabalho investiga a tese da estagnação secular sob duas perspectivas econômicas: a teoria ortodoxa e a teoria marxista. Na abordagem ortodoxa, o principal autor analisado é Lawrence Summers, que argumenta que a estagnação secular nos países industriais é decorrência de uma taxa de juros real de equilíbrio no pleno emprego negativa; enquanto que, na abordagem marxista, o principal autor analisado é Eleutério Prado, que argumenta que a estagnação secular nos países industriais é decorrência da tendência decrescente da taxa de lucro. Argumenta-se que a abordagem ortodoxa é não só o reconhecimento atual de um problema já apontado pela teoria marxista, mas também que a sua análise é incapaz de identificar corretamente a causa do fenômeno e, por conseguinte, de dar a ele uma resposta efetiva e duradoura.

**Palavras-chave:** estagnação secular; marginalismo; marxismo

## LUCAS FIGUEIRA MESQUITA RIBEIRO

Mestrando em Economia Aplicada pelo PPGE/UFJF e bolsista da Capes

Email: [figueira.lucas@estudante.ufjf.br](mailto:figueira.lucas@estudante.ufjf.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3950-288X>

## RODRIGO DELUPO MONFARDINI

Professor do Departamento de Ciências Econômicas da UFF-Campos e pesquisador do Niep-Marx

Email: [rodrigomonfardini@id.uff.br](mailto:rodrigomonfardini@id.uff.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8064-7450>

## **Abstract**

This work investigates the thesis of secular stagnation from two economic perspectives: the orthodox theory and the Marxist theory. In the orthodox approach, the main author analyzed is Lawrence Summers, who argues that secular stagnation in industrialized countries is a result of a negative real interest rate at full employment equilibrium. On the other hand, in the Marxist approach, the main author analyzed is Eleutério Prado, who argues that secular stagnation in industrialized countries is a consequence of the tendency of the rate of profit to fall. It is argued that the orthodox approach is not only the current recognition of a problem already highlighted by Marxist theory, but also that its analysis is incapable of correctly identifying the cause of the phenomenon and, therefore, of giving it an effective and lasting economic policy.

**Keywords:** secular stagnation; marginalism; marxism

## Introdução

O capitalismo sofreu diversas transformações, desde que a produção de mercadorias se universalizou na Inglaterra e posteriormente no resto do mundo. Durante certo período, muitos países adotaram algo similar ao que é conhecido como capitalismo de livre mercado, marcado pelo livre comércio, pela livre iniciativa, pela baixa regulação trabalhista, pela baixa tributação corporativa, etc. (HOBSBAWM, 1995, p. 16-17). Aparentemente, essa estrutura econômica não durou por muito tempo, pois o período de 1914 a 1945 foi marcado por intensas guerras e por uma profunda depressão, acontecimentos esses que demandaram uma maior intervenção do aparato estatal em grande parte do mundo. Após 1945, argumenta Harvey (1992, p. 125), a maioria dos países capitalistas desenvolvidos adotou um modelo econômico fordista definitivo, associado à teoria econômica keynesiana, que se baseava na produção em massa, no estímulo do governo às grandes empresas nacionais e na regulação dos mercados, buscando garantir uma demanda efetiva suficiente aos interesses do capital e formar uma ampla coalizão entre trabalhadores, capitalistas e funcionários públicos. Foi um período de elevadas e estáveis taxas de crescimento do produto agregado, com incrementos nos padrões de vida dos países desenvolvidos. Todavia, segundo Harvey (1992, p. 140), a recessão de 1973 e os choques do petróleo causaram uma mudança na lógica de acumulação predominante. A partir daquele momento a estrutura econômica passou a ser mais flexível e desregulamentada, surgindo o período marcado pela acumulação flexível, em que houve uma grande perda de força das organizações trabalhistas e sindicais.

Este longo período de crise que marcou a chamada era neoliberal mostra que podem ocorrer anos, e até mesmo décadas, de estagnação econômica, ou seja, de baixo crescimento do produto agregado. A estagnação de longo prazo voltava a ser empiricamente observada. Muitas décadas antes, o antigo presidente da American Economic Association, Alvin Hansen, já havia proferido um discurso em 1938, período ainda marcado pelos resquícios da Grande Depressão, em que argumentava sobre a possibilidade de uma

estagnação secular, isto é, uma estagnação de longo prazo. Posteriormente, Hansen (1939) elaborou um artigo detalhando sua tese. Essa perspectiva certamente foi controversa em sua época, já que os macroeconomistas ortodoxos, que são os dominantes na academia desde o final do século XIX, não costumam considerar a possibilidade de uma estagnação de longo prazo, pois, para eles, existe uma tendência, no sistema capitalista, de que o mercado opere em pleno emprego, isto é, naquela situação em que todos os fatores de produção estão plenamente empregados (PRADO, 2014, p. 252). A mera imaginação de uma situação daquelas, como a experimentada nas décadas de 1970 e 1980, requer um certo afastamento conceitual da teoria ortodoxa tradicional e de suas premissas acerca da racionalidade dos agentes econômicos. Acerca disso, destaca-se a opinião de um dos grandes autores da macroeconomia ortodoxa contemporânea, Robert J. Gordon (2012, p. 1), que afirma que desde a criação do modelo de Solow (1956) na década de 1950 presume-se que o crescimento econômico continuará indefinidamente. Posteriormente, Gordon (2012, p. 3) destaca que o crescimento econômico pode não ser, ao contrário do que muitos imaginam, um processo contínuo de longo prazo.

Com o decorrer dos anos, pode-se perceber que as expectativas pessimistas de Hansen não foram observadas, já que poucos anos após seu discurso foi iniciada a Segunda Guerra Mundial, que estimulou de forma decisiva a atividade econômica nos Estados Unidos. Entretanto, muitos decênios depois, inclusive após as crises das décadas de 1970 e 1980, a economia mundial entrou novamente em uma profunda recessão. Em 2008 e nos anos subsequentes os países desenvolvidos sofreram com um baixo crescimento, ou até mesmo redução, de seu produto agregado. Foi no período logo após a recessão de 2008 que o macroeconomista ortodoxo Lawrence Summers (2014a, 2014b) percebeu que as economias desenvolvidas estavam crescendo muito pouco, com fortes resquícios da recessão ainda em vigor, e que as causas dessa estagnação poderiam ser mais profundas, poderiam ser estruturais. Summers (2014b, p. 27-30) retoma a tese de Hansen e afirma que a taxa de juros real de pleno emprego negativa nos países desenvolvidos pode



tornar impossível uma combinação de crescimento satisfatório do produto agregado, baixa taxa de desemprego e estabilidade financeira apenas por meio dos instrumentos tradicionais de política monetária. A melhor solução para esses problemas, segundo Summers (2014a, p. 72), seria realizar políticas fiscais expansionistas para aumentar a demanda agregada efetiva, preferencialmente por meio de investimentos públicos. Com uma taxa de juros de longo prazo extremamente baixa e uma taxa de desemprego no setor de construção excessivamente alta nos Estados Unidos, Summers (2014a, p. 72) se questiona se haveria um momento melhor do que esse para aumentar os investimentos públicos em geral.

Summers e Hansen não foram os únicos que perceberam essa possibilidade de uma estagnação de longo prazo no capitalismo. Ainda no século XIX, o filósofo Karl Marx (1984, p. 163-176) percebeu uma tendência do capitalismo de redução na taxa de lucro dos capitalistas, o que poderia culminar em uma estagnação ou até mesmo em uma recessão. Essa tendência descrita por Marx decorre, dentre outras coisas, da transformação na composição orgânica do capital, isto é, na relação entre as composições de valor e técnica do capital, levando a um aumento relativo da parte constante do capital, que seria justamente aquela parte que não cria valor. Com esse aumento relativo, haveria uma tendência de redução na taxa de lucro, já que o mais-valor produzido pelos trabalhadores deveria reproduzir uma quantidade relativamente maior de capital constante. Com essas ideias em mente, o economista marxista Eleutério Prado (2014, p. 268) rebateu os argumentos de Summers e afirmou que as causas da estagnação secular eram intrínsecas aos próprios mecanismos de funcionamento do capitalismo. A financeirização e a alteração na composição orgânica do capital seriam alguns dos mecanismos essenciais que causariam a tendência à estagnação. Prado (2014, p. 255) argumentou que as causas elencadas por Summers poderiam influenciar negativamente no crescimento econômico, mas que eram passíveis de resolução e que lhe pareciam insuficientes em explicar os acontecimentos, com destaque para a consideração de que Summers analisou

somente a esfera de circulação de mercadorias, que seria apenas a dimensão em que se manifestam os fenômenos econômicos.

O presente trabalho busca realizar uma análise das interpretações ortodoxa e marxista acerca da tese da estagnação secular, de forma a compreender, com o auxílio dos dados disponibilizados pelos autores, qual das interpretações é mais apropriada. Em decorrência disso, tornou-se imperativa uma investigação acerca das perspectivas teóricas ortodoxa e marxista, que serão tratadas cada uma em seção específica, seguidas das considerações finais.

### **Perspectiva ortodoxa da estagnação secular: exposição do problema**

A presente seção analisa a perspectiva ortodoxa a respeito da tese da estagnação secular, que é exposta principalmente nas obras de Lawrence Summers (2014a, 2014b). Defende-se que a estagnação secular é real nos países capitalistas desenvolvidos, mas o que difere da análise marxista (a ser apresentada na próxima seção) é a causa: enquanto em Marx a causa é a tendência decrescente da taxa de lucro, para a ortodoxia a causa é uma taxa de juros real de pleno emprego negativa. A explicação ortodoxa será apresentada a partir de agora.

Em suas obras, Summers (2014a, 2014b) analisa o baixo crescimento das economias desenvolvidas nos anos imediatamente após a recessão de 2008. Naquele período, os países industriais apresentaram baixas taxas de crescimento do produto agregado, elevadas taxas de desemprego e taxas de juros reais excessivamente baixas. Teulings e Baldwin (2014, p. 1) chegam a argumentar que, seis anos após o início da recessão, os países desenvolvidos conseguiram ultrapassar o PIB de antes da crise, mas ainda não conseguiram alcançar as taxas de crescimento daquele período. Para Summers (2014b, p. 27-30), esses fatores estão relacionados: quando a taxa de juros real da economia que equilibra poupança e investimento ao nível de pleno emprego se encontra negativa, as ferramentas tradicionais de política monetária tornam-se pouco eficazes para lidar com o baixo crescimento

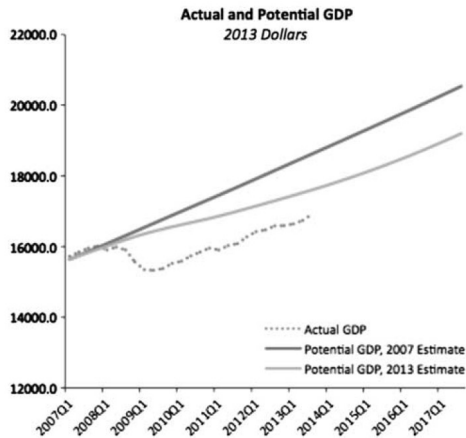
do produto agregado e a elevada taxa de desemprego. Além disso, instabilidades financeiras podem decorrer de uma taxa de juros nominal excessivamente baixa, tornando o sistema suscetível a bolhas especulativas, isto é, a elevações insustentáveis nos preços dos ativos. Teulings e Baldwin (2014, p. 1-2) argumentam ainda que, no livro editado por eles, há um consenso entre os vários autores a respeito de três pontos: (1) a definição de estagnação secular ser a respeito de um fenômeno marcado por taxas de juros reais negativas de equilíbrio no pleno emprego; (2) esse possível problema tornar muito difícil de se atingir, por meio de políticas de alterações na taxa de juros, o pleno emprego com uma baixa taxa de inflação, dada a restrição do limite inferior zero da taxa de juros nominal; e (3) que ainda é cedo para se afirmar decisivamente que a estagnação secular é real, mas que os economistas e formuladores de políticas públicas deveriam estar atentos a essa tese para poderem agir eficientemente caso esse seja um problema real.

O desenvolvimento da economia estadunidense naqueles primeiros anos após a recessão de 2008 causaram, segundo Summers (2014a, p. 65), uma transformação na teoria macroeconômica dominante. Ele argumenta que apenas seis ou sete anos antes da publicação de seu artigo a teoria macroeconômica se preocupava principalmente com o uso de políticas monetárias para reduzir as flutuações ao redor de uma dada trajetória de crescimento econômico. Essa abordagem era corroborada tanto pelas evidências históricas quanto por questões teóricas e de políticas públicas. Summers (2014a, p. 65) chega a afirmar que hoje nós desejaríamos que o problema central fosse minimizar as flutuações ao redor de uma trajetória de crescimento razoável. Em outro momento, Summers (2014b, p. 27) também destaca que as ideias de que depressões são assuntos de interesse apenas histórico foram destruídas pela recessão de 2008 e pela crise global que decorreu dela, causando uma crise também no campo da macroeconomia. A partir das evidências empíricas do caso estadunidense, fica claro para Summers (2014a, p. 65-66) que questões envolvendo os ciclos econômicos podem influenciar negativamente na trajetória de crescimento do produto agregado de longo prazo, fenômeno esse conhecido como histerese. Além disso, ele ressalta os

problemas acerca da eficiência da política monetária em um mundo com taxa de juros nominal com limite inferior zero e com uma taxa de juros real de pleno emprego negativa. Summers (2014a, p. 66) apresenta, em seu artigo, três ideias centrais: (1) que da forma que os Estados Unidos e outras economias industriais funcionam, torna-se extremamente difícil atingir simultaneamente altas taxas de crescimento do produto agregado, baixa de taxa de desemprego e estabilidade financeira; (2) que esse problema provavelmente está relacionado sobremaneira com uma taxa de juros real de equilíbrio no pleno emprego negativa; e (3) que as ferramentas tradicionais de políticas públicas serão ineficazes para lidar com o problema.

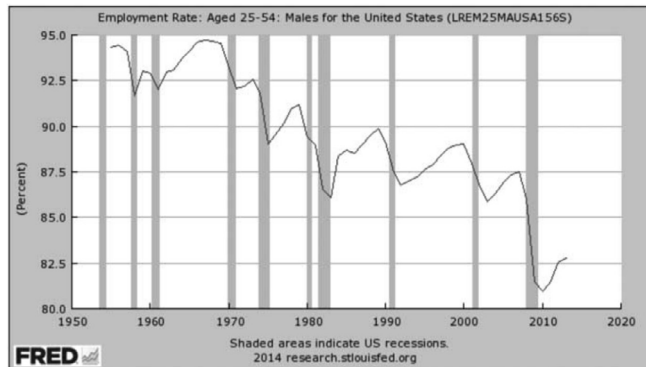
Os dados apresentados na Figura 1 do presente trabalho são retirados de Summers (2014a, p. 66) e mostram que, apesar do crescimento da economia estadunidense desde que passou o pior da recessão em meados de 2009, a aproximação entre o PIB atual e sua estimativa potencial ocorreu, em grande medida, por conta de revisões para baixo nas estimativas. Dessa forma, pode-se notar que mudanças estruturais, de longo prazo, ocorreram na economia estadunidense naquele período. Posteriormente, destacam-se na Figura 2 os dados apresentados por Summers (2014a, p. 67) que evidenciam uma queda substancial na taxa de emprego por população de homens de 25 a 54 anos de idade, que é o grupo de pessoas em que há a maior expectativa social de que estejam trabalhando. Essa taxa teve um pequeno aumento desde 2010, porém ainda está bem distante dos níveis de antes da recessão. Dados apresentados por Summers (2014a, p. 68) e disponíveis na Figura 3 também demonstram que a queda no PIB potencial estadunidense se deve majoritariamente a uma queda em investimentos de capital e a uma redução nas horas trabalhadas, evidenciando que o problema decorre principalmente de uma insuficiência de demanda agregada efetiva. O declínio na Produtividade Total dos Fatores (PTF) explica somente uma pequena parte da redução no PIB potencial.

**Figura 1 - Revisão para baixo do PIB potencial dos EUA**



Fonte: Summers (2014a, p. 66)

**Figura 2 - Taxa de emprego nos EUA: população masculina de 25 a 54 anos**



Fonte: Summers (2014a, p. 67)

**Figura 3 - Por que o PIB potencial dos EUA caiu?**

- Potential GDP in 2014
  - 2013 estimate vs 2007 estimate: 10% decline
- Why did the estimate decline?

Component of Pot. GDP	Contribution to Decline in Estimate
Potential TFP	-10% (11%)
Capital	-50% (48%)
Potential Hours Worked	-40% (41%)

Fonte: Summers (2014a, p. 68)

A economia estadunidense, apesar de ter enfrentado um período de dificuldades naqueles anos imediatamente após a recessão de 2008, teve um crescimento satisfatório do produto agregado no começo do século, mais especificamente de 2002 a 2007, afirma Summers (2014a, p. 66-67), sem sinais de sobreaquecimento. Entretanto, o aumento nos preços imobiliários, que levou a um aumento excessivo na participação desse setor no PIB, tornou o crescimento naqueles anos insustentável. A maioria das críticas em relação às políticas macroeconômicas daquele período, afirma Summers (p. 67), destacam que as políticas fiscais foram excessivamente expansivas, as políticas monetárias foram excessivamente frouxas e as políticas de prudência foram insuficientemente prudentes. Esse crescimento econômico insustentável no começo da década de 2000 e o crescimento liderado pela bolha do mercado de ações no final dos anos 1990 fazem Summers (p. 68) se questionar se, nos 15 anos anteriores à publicação de seu artigo, houve algum crescimento significativo nos Estados Unidos que não tenha sido construído com base em condições financeiras insustentáveis. O caso do Japão mostrou que, apesar de serem de 3% ou 4% as estimativas de crescimento potencial, aquele país mal conseguiu um crescimento de 1%. O caso europeu é, em certa medida, similar ao caso estadunidense: houve um crescimento satisfatório em decorrência da formação da Zona do Euro em 1999, porém tornou-se claro que esse crescimento foi igualmente insustentável. Nos anos imediatamente anteriores à publicação do artigo de Summers (2014a) o crescimento europeu alcançou patamares ainda menores que o estadunidense, com previsões de que continuará assim no futuro (p. 67-68).

A performance das economias industriais – ou desenvolvidas – no começo do século XXI mostra um cenário desolador, de dificuldade em conciliar um crescimento satisfatório do produto agregado, uma elevada taxa de utilização da capacidade produtiva e uma condição de estabilidade financeira razoável. Summers (2014a, p. 69) argumenta acerca da possibilidade de ter ocorrido uma redução excessiva na taxa de juros real que equilibra poupança e investimento ao nível de pleno emprego. Essa situação tornaria extremamente difícil a realização de políticas monetárias eficientes associadas

com uma baixa taxa de inflação, já que a taxa de juros nominal não pode ser negativa, isto é, há um limite inferior zero desta taxa. A taxa de juros real é determinada pela seguinte equação:

$$\theta R = \theta - \pi \quad (1)$$

em que  $\theta R$  representa a taxa de juros real,  $\theta$  representa a taxa de juros nominal e  $\pi$  representa a taxa de inflação. Se a taxa de juros real de pleno emprego for excessivamente baixa e a taxa de inflação estiver igualmente baixa, pode ser que haja uma impossibilidade de se atingir aquela taxa de pleno emprego, já que a taxa de juros nominal não pode ser negativa. Mesmo estando positiva, uma taxa de juros nominal muito próxima de zero pode causar um incremento excessivo na tomada de risco dos investidores, causando um aumento na adoção de esquemas Ponzi e um cenário de instabilidade financeira (SUMMERS, 2014a, p. 69). Se tivesse ocorrido, de fato, uma queda excessiva na taxa de juros real de pleno emprego seria bem razoável esperar aquelas características perturbadoras e insustentáveis presentes nas economias desenvolvidas no começo do século.

Prosseguindo com seu artigo, Summers (2014a, p. 69-71) argumenta que há diversos motivos para supor que houve uma redução na taxa de juros real de pleno emprego. Um deles é a queda na taxa de crescimento populacional, que, segundo Summers (2014a, p. 69), é amplamente reconhecido, desde as contribuições de Hansen (1939), que uma redução na taxa de crescimento populacional acarreta um declínio na taxa de juros real de pleno emprego. Espera-se que a força de trabalho nos Estados Unidos cresça a uma taxa significativamente menor nas duas décadas posteriores à publicação de seu artigo, o que corrobora a justificativa de que a transformação na demografia estadunidense é uma das causas para o declínio na taxa de juros real de equilíbrio no pleno emprego. Ainda em seu seminal artigo, Summers (2014a, p. 69) afirma que há a possibilidade de redução na taxa de progresso tecnológico, mas que ele não toma partido nessa discussão. Posteriormente, ao escrever novamente sobre a tese da estagnação secular, Summers (2014b, p. 33) afirma que uma possível redução na taxa de progresso tecnológico

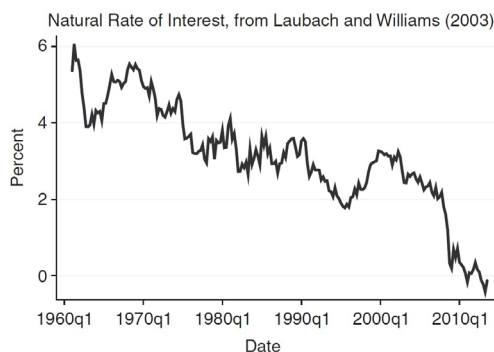
significaria uma queda na demanda por novos bens de capital, o que acabaria por diminuir a taxa de juros real de pleno emprego. Outro aspecto fundamental que pode ter causado essa redução é a mudança na distribuição de renda, que se transformou de forma a favorecer as rendas do capital, em detrimento das rendas do trabalho, e a favorecer aqueles indivíduos de maior riqueza, que possuem menor propensão a consumir. Essas duas mudanças na distribuição de renda operam no sentido de aumentar a propensão a poupar. Com uma redução na demanda de investimentos e um incremento na propensão a poupar, há naturalmente um declínio na taxa de juros real de pleno emprego (2014a, p. 69).

A partir dessas observações, algumas políticas públicas devem ser propostas para lidar com a constante estagnação econômica dos países industriais. Summers (2014a, p. 71-73) destaca as possíveis abordagens e argumenta que algumas provavelmente serão mais eficazes que outras. A primeira estratégia seria simplesmente não fazer nada e esperar que a estagnação seja apenas um fenômeno temporário e que a taxa de juros real de equilíbrio no pleno emprego eventualmente volte a subir. Summers (p. 71) argumenta que talvez estejamos confundindo a longa ressaca de uma crise financeira com uma nova era de taxas de juros de pleno emprego consistentemente baixas. O Japão adotou essa estratégia por muitos anos, mas parece que está ocorrendo uma espécie de inversão da famosa Lei de Say, em que a ausência de demanda agregada acarreta uma ausência de oferta agregada. A segunda resposta seria, logicamente, reduzir a atual taxa de juros real. Essa abordagem foi, segundo Summers (p. 72), adotada pelo Federal Reserve nos anos imediatamente anteriores à publicação de seu artigo. Contudo, ele argumenta que, apesar de ser melhor do que não fazer nada, há sérias questões acerca da eficiência dessas políticas, incluindo a dificuldade de se estimular mais a atividade econômica quando a taxa de juros dos fundos federais estadunidenses é zero e a possibilidade de criar bolhas financeiras, que tornariam o crescimento econômico insustentável. Dessa forma, Summers (p. 72) conclui que utilizar políticas monetárias e financeiras para reduzir a atual taxa de juros real é uma estratégia melhor do que não



fazer nada, mas que vem com custos consideráveis. A última e preferível estratégia é, argumenta Summers (p. 72-73), aumentar a demanda agregada efetiva por meio de políticas fiscais. Existem várias formas de se aplicar essa estratégia e certamente haverá divergências entre economistas acerca da eficiência relativa de cada uma das medidas, afirma ele. Uma das medidas que pode incrementar a demanda agregada é a utilização de políticas que estimulam as exportações, seja por meio de acordos comerciais ou flexibilização de controles comerciais. Outra medida com potencial de ser eficiente nesse contexto é a realização e ampliação de investimentos públicos. Summers (p. 72) chega a se questionar se, num contexto em que a taxa de juros de longo prazo estadunidense está inferior a 3% e em que a taxa de desemprego no setor de construção chega a dois dígitos, haveria momento melhor para aumentar os investimentos públicos em geral nos Estados Unidos. Por fim, é importante destacar os dados apresentados por Summers (p. 71) e disponíveis na Figura 4, que corroboram sua argumentação e demonstram o declínio histórico na taxa de juros real natural, isto é, aquela taxa que equilibra poupança e investimento ao nível de pleno emprego. Quando o pleno emprego é atingido, há o que se denomina taxa natural de desemprego ou taxa de desemprego não aceleradora da inflação.

**Figura 4 - Taxa de juros natural nos EUA**



Fonte: Summers (2014a, p. 71)

Uma descrição alternativa a respeito da tese da estagnação secular dentro do campo teórico ortodoxo é oferecida pelo macroeconomista Barry

Eichengreen (2014, p. 41), que argumenta a respeito do suposto declínio nas taxas de inovação e invenção, que ele descreve como sendo constantemente previsto por pessimistas ao longo da história, apesar de serem consistentemente refutados pelos dados. A existência da estagnação secular nas próximas décadas nos Estados Unidos seria causada pela inabilidade do próprio Estado estadunidense em realizar os investimentos e reformas necessários em campos como educação e infraestrutura, isto é, o problema seria decorrente de questões que poderiam, em princípio, ser resolvidas sem maior alarde. Para lidar com a recessão, os Estados Unidos deveriam estimular a demanda agregada efetiva e, dessa forma, diminuir a taxa de desemprego. Posteriormente, Eichengreen (2014, p. 41-42) analisa uma contribuição do renomado macroeconomista Robert J. Gordon (2012, p. 1-2), em que este afirma que as grandes inovações capazes de aumentar satisfatoriamente a produtividade já ocorreram, com destaque para a eletricidade, o motor de combustão interna e o encanamento doméstico. Eichengreen (2014, p. 42) rebate essa ideia ao afirmar que a robótica e o genoma humano mal começaram a ser usados produtivamente e que isso evidencia um futuro de inovações, com a substituição de trabalhadores desqualificados por máquinas inteligentes e, eventualmente, até mesmo a substituição dos trabalhadores qualificados. O problema a respeito de inovações seria, portanto, um problema de distribuição, e não de crescimento econômico. Com isso, Eichengreen (p. 42) argumenta que talvez o recente baixo crescimento da produtividade não seja assustador nem surpreendente, já que estaríamos à beira de uma revolução no genoma humano e na robótica.

A tese a respeito do qual a estagnação secular decorre, em grande medida, de uma demanda agregada efetiva insuficiente em estimular um crescimento adequado do produto agregado é também analisada por Eichengreen (2014, p. 42-43) em seu trabalho, tese que, afirma ele, aparenta ser a preferida de Summers. Segundo essa perspectiva, as famílias não estão consumindo o suficiente e as firmas não estão investindo o suficiente nem mesmo a taxas de juros nominais próximas de zero. Um dos fatores que influenciaria isso seria o fato de que, nos Estados Unidos, quase todos os ganhos de renda

foram para os indivíduos de rendas mais elevadas, que possuem baixa propensão a consumir. Novamente, Eichengreen (p. 43) destaca o problema de distribuição de renda. Entretanto, existem certas questões que colocariam em dúvida essa tese. Ele argumenta que o que importa para as taxas de juros não é a poupança estadunidense, e sim a poupança global, tendo em vista que o mundo contemporâneo é marcado por deslocamentos diários de fundos entre países e continentes. A taxa de poupança global em relação ao PIB global permaneceu relativamente constante na última década e meia, com a possibilidade de que venha inclusive a declinar no futuro, já que a China estaria modificando sua economia para favorecer o consumo. Além disso, Eichengreen (p. 43-44) destaca que um aumento na poupança global em decorrência do choque da estagnação secular causaria uma redução no PIB global, que então causaria uma taxa de poupança resultante ainda maior que o incremento inicial. Ou seja, o aumento na poupança observado, que foi de apenas 1% a 2% do PIB global, tem de ser maior que o acréscimo na poupança causado pela estagnação secular, o que enfraqueceria a tese defendida por Summers.

Prosseguindo com sua análise, Eichengreen (2014, p. 44-45) analisa outras duas versões do argumento. Uma delas atribui as baixas taxas de crescimento do produto agregado e da Produtividade Total dos Fatores (PTF) à insuficiência no investimento público efetuado por economias industriais nas áreas de educação, infraestrutura e treinamento da força de trabalho. Ele argumenta possuir considerável simpatia por essa visão, dada a redução no investimento estadunidense nessas áreas. Eichengreen (p. 44) destaca que a literatura no assunto não é conclusiva, apesar de sabermos intuitivamente que algo está errado. A outra versão do argumento descreve a redução do produto potencial dos Estados Unidos desde a recessão de 2008 e a sua lenta recuperação nos anos imediatamente posteriores à crise como decorrência da alta taxa de desemprego, que prejudicou a produtividade dos trabalhadores que permaneceram desempregados por muito tempo. Eichengreen (p. 44) argumenta que a incapacidade do produto agregado estadunidense em retornar à trajetória de crescimento de antes

da crise é consistente com essa visão. Eichengreen (p. 44-45) se questiona acerca do dano causado pela recessão à produtividade dos trabalhadores ser permanente ou apenas temporário, argumentando que a literatura não é conclusiva a esse respeito. Por fim, ele argumenta que há razões para esperar que o crescimento do produto agregado estadunidense nos próximos 10 ou 20 anos seja menor que aquele experimentado no século XX. Contudo, Eichengreen (p. 45) destaca que esse futuro não é inevitável, que ele não decorre da escassez de inovações ou do excesso de poupança global, e sim da incapacidade do governo estadunidense em investir adequadamente nas áreas essenciais, em estimular a demanda agregada efetiva até atingir a magnitude necessária e em resolver os problemas causados pela histerese no mercado de trabalho.

Em trabalho posterior, o Robert J. Gordon (2014, p. 47-48) analisa a tese da estagnação secular alardeada por Summers e afirma que o problema do baixo crescimento econômico dos Estados Unidos nos anos anteriores à publicação de seu trabalho decorre mais de um declínio no Produto Interno Bruto (PIB) potencial do que de um hiato do produto. Ao contrário do que foi descrito por Eichengreen (2014, p. 41-42), Gordon (2014, p. 47) agora afirma que o problema do baixo crescimento do produto agregado estadunidense decorre não de uma escassez de inovações tecnológicas, e sim de problemas estruturais que influenciam negativamente no crescimento do PIB potencial. Gordon (2014, p. 48) destaca que, à medida que a taxa de desemprego atual estadunidense declina até atingir o nível da taxa de desemprego não aceleradora da inflação, o hiato do produto é reduzido até se tornar inexistente. Ou seja, essa mudança na taxa de desemprego atual acarreta uma mudança no PIB atual, de forma que ele alcance o PIB potencial descrito pelos modelos ortodoxos de crescimento. Dessa forma, as análises efetuadas por ele sugerem um pequeno crescimento do PIB potencial nos próximos anos – em relação à publicação de seu trabalho – e apenas um pequeno hiato do produto, o que evidenciaria que a preocupação de Summers com a escassez de demanda agregada efetiva não se sustentara.

Os quatro fatores estruturais que estariam limitando o crescimento do PIB potencial estadunidense são posteriormente descritos de forma minuciosa por Gordon (2014, p. 50-52): a demografia, a educação, a desigualdade e a dívida pública federal. Em relação à demografia, Gordon (p. 50) destaca que o declínio na taxa de crescimento da produtividade nos últimos 40 anos foi contrabalanceada entre 1972 e 1996 por um aumento na taxa de participação da força de trabalho, decorrente da elevada taxa de crescimento populacional nos Estados Unidos e da entrada das mulheres na força de trabalho. Entretanto, o período de 2007 a 2014 experimentou uma queda relativamente aguda na taxa de participação da força de trabalho. Gordon (p. 50) argumenta que essa redução ocorreu, em grande medida, em decorrência do envelhecimento da população. O segundo fator que influenciaria negativamente no crescimento do PIB potencial estaria relacionado com a incapacidade do Estado estadunidense em promover um incremento no nível educacional de seus cidadãos, tendo em vista que a revolução educacional causada pela conclusão do segundo grau pela maioria das pessoas já ocorrera em 1970. O terceiro fator destacado por Gordon (p. 51) diz respeito à desigualdade de renda, na medida em que os salários dos CEOs e das celebridades crescem continuamente, enquanto que abaixo do nonagésimo percentil as empresas estariam constantemente buscando reduzir os salários e benefícios de seus empregados. O quarto e último fator se refere à previsão de aumento da dívida pública federal estadunidense em relação ao seu PIB, tendo em vista que o menor crescimento do PIB potencial atuará como inibidor do crescimento das receitas tributárias.

A partir da análise da tese da estagnação secular sob a perspectiva desses macroeconomistas de tradição ortodoxa, pode-se observar que há certas discordâncias em aspectos como a evolução futura da taxa de inovação tecnológica ou a tendência de concentração de renda do sistema. Entretanto, é evidente que há uma similaridade muito grande em suas perspectivas, incluindo a análise dos fenômenos econômicos majoritariamente por meio de dados macroeconômicos e por meio da utilização de modelos ortodoxos de crescimento que medem o PIB potencial dos países. Para esses autores, o

possível fenômeno da estagnação secular decorreria de aspectos extrínsecos aos mecanismos de funcionamento do capitalismo. Os problemas incluiriam somente questões que transcendem as tendências do próprio sistema econômico, como a desigualdade de renda, a transformação demográfica, a escassez de inovações tecnológicas e a insuficiência de investimentos em áreas essenciais. Summers (2014a, 2014b) sugere que o fenômeno da estagnação secular nos países industriais é real e que decorre de uma taxa de juros real de pleno emprego negativa, de forma que a melhor intervenção para lidar com esses problemas seja por meio de políticas fiscais expansionistas, já que as políticas monetárias podem ser ineficientes e insustentáveis em um contexto de baixas taxas de juros nominais e de instabilidade financeira.

### **A perspectiva marxista: estagnação secular como resultado da tendência decrescente da taxa de lucro**

A presente seção analisa a perspectiva marxista a respeito da tese da estagnação secular, que é exposta principalmente no artigo do economista marxista Eleutério Prado (2014). O que se defende nesta seção é que a tese da estagnação secular é uma identificação da lei, já apontada pelo marxismo, de tendência decrescente da taxa de lucro e que é agravada, a longo prazo, pelo processo de financeirização. E se é correta esta tese, a análise ortodoxa das causas do fenômeno não só é inadequada como as medidas propostas são incapazes de revertê-lo.

Em seu trabalho, Prado (2014, p. 252) introduz sua investigação ao destacar que, mesmo cinco anos após o início da recessão, a crise de 2008 ainda influenciava negativamente no comportamento das economias industriais. Essas economias cresciam a baixas taxas, o que inquietou Lawrence Summers (2014a, 2014b), que argumentou acerca da possibilidade de uma estagnação secular nos países capitalistas desenvolvidos. Prado (2014, p. 252) destaca que essa crise na realidade macroeconômica também implicou uma crise no pensamento macroeconômico, que agora não mais poderia se contentar em apenas manipular os modelos de equilíbrio geral para reduzi-los às

flutuações de curto prazo, já que a conjuntura macroeconômica nos países industriais apresentava-se como desoladora. Essa situação de estagnação prolongada surpreendeu muitos dos economistas ortodoxos, já que, segundo Robert J. Gordon (2012, p. 1), um dos principais autores dessa tradição, desde a elaboração do modelo de Solow (1956) na década de 1950 presume-se que o crescimento econômico seja algo natural e que continuará indefinidamente, como também destaca Prado (2014, p. 252). A partir dessa conjuntura sombria nos países desenvolvidos, Summers (2014a, 2014b) retoma a tese da estagnação secular, primeiro apresentada por Alvin Hansen na década de 1930, ainda nos resquícios da Grande Depressão.

Ao analisar as contribuições de Summers, Prado (2014, p. 253) destaca os elementos centrais daquela perspectiva. O primeiro deles diz respeito a uma possível redução na taxa de juros real de equilíbrio no pleno emprego nos países industriais, principalmente nos Estados Unidos, que pode indefinidamente impedir o sistema de alcançar o patamar de pleno emprego por meio de políticas monetárias tradicionais, dada uma baixa taxa de inflação e a impossibilidade de a taxa de juros nominal ser negativa. O segundo elemento é em relação à aparente incapacidade da economia estadunidense em conciliar crescimento satisfatório do produto agregado, baixa taxa de desemprego e estabilidade financeira nas décadas anteriores à publicação dos trabalhos de Summers. Assim sendo, argumenta Prado (p. 253-254), haveria uma contínua escassez de demanda agregada efetiva nos países capitalistas desenvolvidos, que foi apenas parcialmente solucionada por meio de estruturas financeiras insustentáveis. Ao analisar a crônica carência de demanda agregada efetiva nos Estados Unidos, destaca Prado (p. 255), Summers encontraria uma explicação parcial na concentração de renda nos indivíduos de maiores rendas, que possuem uma baixa propensão a consumir. Outras razões para essa timidez da demanda agregada efetiva estariam na baixa taxa de crescimento populacional e numa suposta carência de inovações tecnológicas, que atuariam de forma a diminuir o incentivo a investir. Prado argumenta que essas causas são insuficientes para explicar fenômenos daquela magnitude, sendo pouco razoável que a “má repartição

da renda, o baixo crescimento populacional e uma suposta escassez de inovações possam obstar tão decisivamente o desenvolvimento do capitalismo” (p. 255). Afinal, esses três aspectos podem ser contrabalanceados sem grandes dificuldades, seja por meio de um incremento no investimento das empresas ou do Estado para compensar macroeconomicamente a falta de consumo, por meio do estímulo à imigração (que aumenta a mão de obra disponível) ou por meio do investimento em novas tecnologias que aumentem a produtividade<sup>1</sup>.

A recessão iniciada em 2008 no mundo capitalista decorreu, de modo imediato, de uma bolha financeira no setor imobiliário, que posteriormente estourou, devido ao excesso de endividamento, causando o que Prado (2014, p. 255) descreve como uma armadilha duradoura. Essa armadilha causaria um problema em se estimular mais a atividade econômica por meio de políticas monetárias, já que há uma carência de demanda de crédito, especialmente por parte dos empresários para a realização de investimentos. Segundo Prado (p. 255-256), haveria, por parte de Summers, uma preocupação de que esse estado de coisas se mantenha indefinidamente. Apesar disso, haveria problemas no diagnóstico efetuado por Summers, que seria insuficiente em analisar as tendências de estagnação nas economias capitalistas desenvolvidas, dada a interpretação estática e mecanicista realizada por ele. Prado (p. 256) destaca ainda a descrição da economia burguesa, efetuada por Marx, segundo a qual há constantemente uma busca por parte dos economistas daquela tradição em suprimir, formalmente, as contradições reais do sistema capitalista. Por meio da criação de modelos de equilíbrio geral e

---

<sup>1</sup> A questão do aumento do investimento, tanto para contrabalançar a falta de consumo, como para criar novas tecnologias para aumento da produtividade e para criação de novos produtos, tem sido tema da professora Mariana Mazzucato. Aparentemente por causa do fenômeno da estagnação secular, a autora tem recebido cada vez mais atenção dos meios acadêmicos, inclusive ortodoxos. Sobre o papel do Estado na redinamização do investimento, conferir especialmente Mazzucato (2014 e 2022), onde a autora advoga em prol desse ente como tendo papel de financiador da pesquisa básica, geralmente pouco atrativa para a iniciativa privada em decorrência de seus riscos, mas da qual saem produtos lucrativos para a própria iniciativa privada. Exemplos já bastante conhecidos disso são o GPS e a internet, ambos frutos de investimento militar, mas também, mais recentemente, da vacina de RNA mensageiro para a Covid, feita por laboratório privado mas financiada pelo governo dos Estados Unidos.



parcial, essa prática foi amplamente aperfeiçoada, com o caráter matemático da teoria fornecendo-lhe um verniz de cientificidade. Prado (p. 256-257) argumenta que, como os modelos de equilíbrio, por sua própria natureza, compensam qualquer tendência desestabilizadora do sistema para de fato atingir o equilíbrio, não há a menor possibilidade de reconhecimento, por parte dos analistas do modelo, das tendências de crise intrínsecas ao capitalismo. Além disso, argumenta Prado (p. 257), esses modelos de equilíbrio podem causar no analista um reconhecimento “não só que um equilíbrio de pleno emprego é possível como também que ele é uma situação realmente viável”. O analista poderia inclusive acreditar que o sistema capitalista de fato tende a uma situação de pleno emprego, que seria justamente algo frequente nas teorias dos macroeconomistas ortodoxos.

A descrição das economias capitalistas efetuada pelos modelos de equilíbrio é incapaz de apreender os conflitos distributivos intrínsecos ao sistema capitalista, com trabalhadores assalariados de um lado e capitalistas de outro. Esse é, segundo Prado (2014, p. 257), um confronto entre os que possuem – os capitalistas – e os que não possuem os meios de produção – os trabalhadores. Ao tomar esses aspectos em consideração, torna-se evidente que o contexto de pleno emprego nas economias capitalistas é necessariamente momentâneo e temporário. Afinal, destaca Prado, se uma dada economia conseguisse reduzir seu desemprego cíclico até zero, atingindo o patamar de pleno emprego, o poder de barganha dos trabalhadores frente aos capitalistas tenderia a aumentar, estimulando-os a demandar maiores salários reais e melhores condições de trabalho, de forma que haveria uma tendência de diminuição na margem e na taxa de lucro dos capitalistas e, assim sendo, uma tendência de redução também no seu incentivo a investir. À medida que houvesse uma quantidade menor de investimentos, em decorrência do declínio no incentivo a investir, haveria também uma tendência de declínio na demanda pela força de trabalho, de forma a haver uma tendência de redução nos salários e de deterioração das condições de trabalho. Assim sendo, haveria agora uma tendência de elevação na margem e na taxa de lucro, de forma que a balança distributiva voltasse a beneficiar

os capitalistas. Essa ilustração demonstra a inerente instabilidade do pleno emprego no sistema capitalista de produção e acumulação, já que, segundo Prado (p. 257), “a regulação própria do capitalismo impede sempre que o pleno emprego possa ser um estado normal do sistema”.

A argumentação de Prado (2014, p. 257) prossegue ao enfatizar que haveria sempre um excesso de oferta de força de trabalho no capitalismo, seja no desemprego ou no subemprego, que seria justamente o que Marx ironicamente chamou de exército industrial de reserva. Prado afirma ainda que esse aspecto do sistema capitalista possui ampla comprovação empírica, o que poderia surpreender os economistas ortodoxos, que acreditam que o processo de mercado tende a levar as economias ao pleno emprego. Esse reconhecimento da condição do trabalho no capitalismo somente poderia ser apreendido por meio de um abandono do esquema conceitual de equilíbrio, reconhecendo-se que o funcionamento normal do sistema é justamente distante do equilíbrio de pleno emprego. Esse excesso de oferta presente no mercado de trabalho não é apenas específico àquele mercado, pois, como escreve Prado (2014, p. 258), “a condição normal de funcionamento da economia baseada na acumulação de capital e na concorrência de capitais é a da constante existência de excesso de oferta de mercadorias”. Esse processo de formação de estoques não é algo desejado pelos capitalistas, já que o racionalmente esperado seria vender todas as mercadorias, de forma a maximizar as receitas e os lucros. Ao contrário, esse processo decorre da própria lógica do sistema capitalista, que obriga os capitalistas a manterem estoques de mercadorias para atender às flutuações e incertezas inerentes ao sistema. Em decorrência dessas considerações, Prado destaca a relevância do conceito keynesiano de demanda efetiva, sendo a variável central em determinar a taxa de crescimento do produto agregado. Por fim, argumenta-se a respeito da importância de se transcender da esfera de circulação do capital – a aparência dos fenômenos econômicos – para a esfera de produção do capital – a essência desses fenômenos.

O pensamento keynesiano, que enxerga a demanda efetiva como o motor propulsor do capitalismo, consegue parcialmente transcender da teoria ortodoxa tradicional e entender que os agentes econômicos agem da forma que agem em decorrência de condições estruturais e próprias do sistema. Apesar disso, argumenta Prado (2014, p. 258-259), essa perspectiva não é capaz de abandonar completamente o individualismo metodológico, princípio característico da tradição ortodoxa desde sua fundação no final do século XIX. Diferente dos keynesianos, Marx descreve os agentes econômicos como meros suportes das relações sociais intrínsecas ao sistema em que estão inseridos. O sistema capitalista funciona, na realidade, de uma forma anárquica, com o equilíbrio entre oferta e demanda ocorrendo apenas casualmente, já que há uma certa autonomia da oferta em relação à demanda, que por sua vez decorre de uma certa autonomia da demanda em relação à renda. A compreensão desse processo, e das tendências de crise que ele engendra, somente é possível, segundo Prado (p. 259), a partir de um abandono do esquema conceitual de equilíbrio usado pelos economistas ortodoxos. Além disso, destaca-se o papel desempenhado pela variação da oferta de crédito nas economias capitalistas, já que com uma quantidade maior de crédito sendo oferecida e, dessa forma, com uma tendência de redução no preço desse crédito, há uma tendência de aumento nas propensões a investir e a consumir. Afinal, como escreve Prado (p. 259), a atividade produtiva “depende também daquela parte da variação do endividamento total que é destinada à compra de mercadorias de consumo ou investimento”. Na contemporaneidade capitalista, o papel do crédito no processo de acumulação do sistema se amplificou numa magnitude consideravelmente maior do que aquela observada em meados do século XIX, quando Marx escreveu a maior parte de suas obras. Afinal, como destaca Prado (2014, p. 260), o papel do crédito não é apenas de estimular o consumo e o investimento de bens tangíveis, mas também e principalmente de ativos financeiros, muitos dos quais consistentemente remuneram os seus detentores com proventos. A instabilidade financeira observada por Summers (2014a, 2014b) nas economias industriais é apenas um sintoma do problema crônico que é

o capitalismo, em especial o contemporâneo capitalismo financeiro e seus problemas relacionados a uma baixa taxa de lucro.

A composição orgânica do capital é, segundo Marx (2017, p. 689), “a composição de valor do capital, porquanto é determinada pela composição técnica do capital e reflete suas modificações”. Por um lado, a composição de valor é determinada pelas frações de capital dedicadas ao capital constante – valor dos meios de produção – e capital variável – valor da força de trabalho. A composição técnica, por outro lado, é determinada pelas frações de capital dedicadas a meios de produção e força viva de trabalho. Essa tendência recebe como resposta, a partir dos anos 1970, um conjunto de propostas caracterizadas como neoliberalismo. As privatizações e as pressões para a redução do gasto social cumprem clara função no enfrentamento da tendência decrescente da taxa de lucro, sendo a primeira para oferecer alternativas rentáveis de investimentos num contexto de baixo crescimento e a segunda para reduzir a distribuição de recursos do capital para o trabalho. O que Prado irá argumentar em especial é que uma das propostas neoliberais, a desregulamentação financeira, possui determinação contraditória sobre a tendência decrescente da taxa de lucro: ao mesmo tempo que o aumento das possibilidades de especulação possibilita aumentar os lucros no setor financeirizado, também intensifica a tendência à queda nos setores produtivos não-financeiros, já que esses últimos direcionam parcela crescente do mais valor para aquele, que é improdutivo. Primeiro deve-se considerar que, segundo Marx (1984, p. 163), a taxa de lucro é determinada pela seguinte equação:

$$TL=m/C \quad (2)$$

sendo  $TL$  a taxa de lucro,  $m$  o mais-valor e  $C$  o capital global. Esta última variável é justamente determinada pela soma do capital constante e do capital variável. Em sua obra, Marx (1984, p. 163) demonstra que, à medida que a parcela constante do capital aumenta e a taxa de mais-valor em relação ao capital variável permanece constante, a taxa de lucro sofre um declínio. Como é somente o valor de uso da força de trabalho que cria valor, então

um incremento relativo do capital constante necessariamente acarreta uma redução da taxa de lucro, já que os trabalhadores terão de reproduzir um valor dos meios de produção relativamente maior. Como o desenvolvimento do capitalismo frequentemente envolve uma transformação nos métodos de produção no sentido de aplicar novos meios de trabalho que poupem trabalho, essa redução da taxa de lucro é uma tendência natural do sistema. Assim sendo, merece ênfase o argumento de Marx (p. 164) de que a “relação da massa de mais-valia com o valor do capital global empregado constitui, porém, a taxa de lucro, que precisa, por isso, cair continuamente”.

O trabalho na perspectiva marxista possui diversas determinações, que o podem qualificar como produtivo ou como improdutivo, dentre outros aspectos. Prado (2014, p. 264) de imediato enfatiza que nem todas as formas de trabalho produzem valor e mais-valor e que “o trabalho produtivo de mais-valor é apenas o trabalho assalariado estritamente empregado na produção capitalista de valores de uso como mercadorias”. Assim sendo, todo o trabalho que se encontra empregado na circulação de mercadorias ou de capitais é, por sua própria natureza, improdutivo, não contribuindo para a geração de mais-valor na sociedade capitalista. A remuneração das atividades improdutivas se dá por meio do mais-valor obtido nas atividades produtivas, o que contribui para a tendência decrescente da taxa de lucro nas atividades produtivas. Em outras palavras, a taxa de lucro geral do sistema é elevada por meio da financeirização, mas, além de isso se dar ao custo de um aumento da instabilidade do sistema e da maior ocorrência de bolhas financeiras, se dá ao custo também de uma redução do mais-valor apropriado na esfera produtiva, intensificando a tendência à estagnação do crescimento econômico identificada por Summers.

A intensificação da tendência à estagnação econômica leva a um processo de desindustrialização nos países desenvolvidos (PRADO, 2014, p. 268). Esse empecilho ao crescimento desses países surgiu na década de 1960, a partir das descobertas associadas à terceira revolução industrial. Assim sendo, ocorreu uma transformação na estrutura produtiva dessas nações, de forma

a favorecer o setor de serviços e os setores improdutivos, com destaque para as atividades financeiras, constantemente apoiadas pelas políticas de neoliberalização. Com o favorecimento de setores incapazes de criar riqueza na sociabilidade capitalista, o sistema se deslocou, segundo Prado (2014, p. 268), para uma situação em que “a acumulação perdeu a sua pujança, criando-se assim uma tendência para que o sistema entrasse em estado de estagnação”. Destaca-se também que o setor de serviços é consistentemente marcado por um incremento mais lento da produtividade do trabalho, já que as mercadorias produzidas nesse setor frequentemente se caracterizam por necessitarem de aspectos humanos e serem qualitativamente distintas, tendo em vista que muitas das invenções que radicalmente incrementaram a produtividade estavam associadas à produção em massa, naturalmente homogênea (p. 269). Em vistas dessa trajetória que possivelmente passa pela estagnação, o neoliberalismo é a ideologia adotada pelos capitalistas nas últimas décadas para lidar com os possíveis problemas de crescimento econômico. Em última análise, as questões associadas à estagnação secular decorrem, essencialmente, da tendência decrescente da taxa de lucro e é intensificada, no setor produtivo dos países desenvolvidos, pelo avanço da financeirização. Com base nessas ideias, os fenômenos econômicos observados por Summers (2014a, 2014b) não aparentam ser tão surpreendentes quanto ele os enxerga. Além disso, as medidas propostas pela ortodoxia, na medida em que não atacam nem o problema da financeirização e nem a própria tendência decrescente da taxa de lucro, que é inerente ao capitalismo, serão incapazes de reverter a tendência à estagnação econômica, ao menos a longo prazo.

### **Considerações finais**

No presente trabalho foi realizada uma análise acerca das interpretações ortodoxa e marxista da tese da estagnação secular. O principal autor ortodoxo analisado foi Lawrence Summers (2014a, 2014b), que publicou trabalhos a respeito do que ele enxergava como um possível fenômeno de longo prazo

nas economias industriais. Suas contribuições foram seminais e levaram outros importantes economistas a elaborarem suas interpretações acerca desse possível fenômeno. Por outro lado, o economista marxista Eleutério Prado (2014) também analisou essas questões, só que agora sob a ótica da teoria econômica marxista, que há muito previa tendências de crise no sistema capitalista de produção e acumulação.

A análise de ambas as perspectivas acerca da tese da estagnação secular demonstrou que os dados apresentados por Summers (2014a, 2014b) sugerem que esse fenômeno é real nos países capitalistas industriais e que poderia ser explicado por uma taxa de juros real de pleno emprego negativa. Por outro lado, Prado (2014) afirma que essa abordagem de Summers e demais autores é o reconhecimento, pela teoria ortodoxa, da tendência decrescente da taxa de lucro, que voltou a se manifestar fortemente a partir do final dos anos 1960 e que teve como resposta, uma década depois, a implantação de políticas neoliberais, resposta que, ainda que bem-sucedida em reverter a tendência decrescente da taxa de lucro, o foi apenas temporariamente e de modo instável, intensificando a tendência à queda nos setores produtivos da economia e levando à desindustrialização nos países centrais. No pós-2008 o baixo crescimento econômico e todos os problemas daí decorrentes se apresentam novamente, e esse é o drama que os ortodoxos buscam enfrentar agora.

## Referências

- EICHENGREEN, B. Secular stagnation: A review of the issues. In: TEULINGS, C; BALDWIN, R. (org). *Secular Stagnation: Facts, Causes, and Cures*. 1. ed. Londres: CEPR Press, 2014
- GORDON, R. J. Is US Economic Growth Over? Faltering Innovation Confronts the Six Headwinds. *NBER Working Paper*, n. 18315, p. 1-23, ago 2012
- GORDON, R. J. The turtle's progress: Secular stagnation meets the headwinds. In: TEULINGS, C; BALDWIN, R. (org). *Secular Stagnation: Facts, Causes, and Cures*. 1. ed. Londres: CEPR Press, 2014
- HANSEN, A. H. Economic progress and declining population growth. In: *American Economic Review*, v. 29, n. 1, p. 1-15, mar 1939
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. 1. ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1992
- HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. 1. ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008
- HOBSBAWM, E. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 2. ed. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. 2. ed. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. 1. ed. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984, v. 3
- MAZZUCATO, M. *Missão economia: um guia inovador para mudar o capitalismo*. 1. ed. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2022
- MAZZUCATO, M. *O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. o setor privado*. 1. ed. Tradução de Elvira Serapicos. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014
- PRADO, E. A estagnação secular e o futuro do capitalismo. *Marx e o Marxismo*, v. 2, n. 3, p. 251-273, ago/dez, 2014
- SOLOW, R. M. A Contribution to the Theory of Economic Growth. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 70, n. 1, p. 65-94, fev 1956
- SUMMERS, L. H. U. S. Economic Prospects: Secular Stagnation, Hysteresis, and the Zero Lower Bound. *Business Economics*, v. 49, n. 2, p. 65-73, abr 2014
- SUMMERS, L. H. Reflections on the 'New Secular Stagnation Hypotheses'. In: TEULINGS, C; BALDWIN, R. (org). *Secular Stagnation: Facts, Causes, and Cures*. 1. ed. Londres: CEPR Press, 2014b
- TEULINGS, C; BALDWIN, R. Introduction. In: TEULINGS, C; BALDWIN, R. (org). *Secular Stagnation: Facts, Causes, and Cures*. 1. ed. Londres: CEPR Press, 2014



## CUBA AND THE ECONOMIC POLICIES OF PERIPHERAL SOCIALISM: RECENT REFORMS IN A HISTORICAL PERSPECTIVE

SCHINCARIOL, Vitor Eduardo, e VASCONCELOS, Joana Salém. London, Routledge, 2023, 242 p.

Recebido em 22/04/2024

Aprovado em 11/06/2024

DOI: 10.69585/2595-6892.2024.1128

O trabalho recentemente publicado por Schincariol e Vasconcelos oferece uma análise abrangente da economia cubana pós-revolucionária, explorando tanto uma revisão histórica quanto uma discussão detalhada do atual programa de atualização da política econômica e social implementado pelo governo do Partido Comunista de Cuba. Segundo os autores, o propósito principal da obra é avaliar a economia cubana sob a administração de Raúl Castro, bem como as reformas que ele introduziu após 2008. Esta análise é conduzida através de uma perspectiva histórico-política, ao mesmo tempo que faz uso de uma robusta abordagem econômica que investiga o recente desempenho da economia cubana. O estudo adota diversas teorias para iluminar a situação econômica da ilha, engajando-se no debate latino-americano sobre subdesenvolvimento e dependência, dialogando com a teoria econômica socialista moderna e empregando conceitos de teorias keynesiana, *kaleckiana* e pós-keynesiana na análise dos principais agregados macroeconômicos.

Através da leitura do livro, identifica-se que também é objetivo dos autores validar a hipótese de Cuba enquanto uma nação “socialista periférica”. O termo é utilizado para descrever uma sociedade periférica que enfrenta significativa vulnerabilidade externa e possui limitadas opções econômicas, mas é politicamente orientada para o igualitarismo e a socialização dos meios de produção. A dependência, entendida como uma interação relacional com o centro capitalista, tem diferentes expressões

### ALINE MARCONDES MIGLIOLI

Doutora em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade de Campinas (IE-Unicamp).

Email: [alinemiglioli@gmail.com](mailto:alinemiglioli@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5347-028X>

ao longo do tempo, e é, portanto, explorada em cada momento da histórica econômica de Cuba.

O livro parece estar dividido em dois blocos: o primeiro, e que abrange os capítulos 2 a 5, detalha a história econômica e a das instituições cubanas pós-revolução. O capítulo dois analisa os esforços de industrialização e organização da produção agrária após 1959, nas tentativas de romper com a dependência cubana do mercado estrangeiro frente ao novo bloqueio e à guerra comercial impostos pelos EUA. Neste sentido, a associação ao Comecon (Conselho de Assistência Econômica Mútua)<sup>1</sup> significou um desvio de rota rumo à dependência ao impedir a nacionalização tecnológica. Assim, apesar das transformações revolucionárias do período entre 1960 e 1990, conclui-se que Cuba não conseguiu superar sua condição periférica, permanecendo dependente de tecnologia estrangeira.

O capítulo aborda ainda os determinantes da crise do Período Especial, causada pelo fim da URSS e do bloco socialista, e por extensão do Comecon, assim como o recrudescimento do bloqueio norte-americano, e termina apresentando os desafios enfrentados por Cuba nos anos 1990, como a dolarização da economia e a escassez de recursos elétricos e parceiros comerciais.

Subsequentemente, o capítulo 3 descreve as estratégias internas de reforma do socialismo cubano no contexto do século XXI, abordando também o peso que as mudanças significativas no cenário externo, como a eleição de Hugo Chávez na Venezuela, a aproximação com a China e o aumento das exportações de serviços médicos e níquel, representaram para a superação da crise do Período Especial.

---

<sup>1</sup> O Conselho de Assistência Econômica Mútua (Comecon) nasceu em 1949, a fim de integrar economicamente União Soviética, Bulgária, República Democrática Alemã (Alemanha Oriental), Tchecoslováquia, Hungria, Polônia e Romênia, países do leste europeu, e impedir o avanço do Plano Marshall sobre a região. Oficialmente, o objetivo do Conselho era “trocar experiências econômicas, ampliar a assistência técnica entre si e prestar assistência mútua em matéria de matérias-primas, alimentos, máquinas, equipamentos, etc”. Posteriormente, juntaram-se a ele países de economia socialista que não estavam localizados no leste europeu, como Mongólia, em 1962; Cuba, em 1972; e Vietnã, em 1978.

Os autores destacam uma série de reformas iniciadas por Fidel Castro já na década de 1980, as quais remetem às medidas adotadas pela URSS na década de 1960 com intuito de modernização das operações econômicas. Em Cuba elas tiveram como objetivo principal ampliar a participação do setor privado autônomo na economia, descentralizar o controle econômico em determinadas atividades e otimizar a intervenção estatal.

Com a transição da presidência para Raúl Castro em 2008, as transformações para modernizar a economia cubana seguiram de forma ainda mais intensa, fortalecendo novas alianças internacionais, buscando aumentar a produtividade do trabalho e reduzir o volume de gratuidades do sistema de produção social, restaurando a máxima socialista de “a cada um de acordo com suas necessidades”. O conjunto de medidas apresentadas por seu governo inclui: plano de melhorias empresariais em busca de maior produtividade, reforma trabalhista, redistribuição de terras estatais ociosas, reforma previdenciária e redução nos subsídios estatais. Para os autores, tais reformas avançam no sentido da descentralização, mas têm como consequência serem catalisadoras de uma importante transformação na estrutura social cubana, dando espaço para emergência de uma nova estrutura socioclassista em que o restrito acesso à moeda conversível em dólar gera desigualdades sociais.

O capítulo 4 discute os desafios na implementação de políticas de alta acumulação estatal em contextos de crescentes demandas pessoais, destacando que medidas radicais tendem a ser mais factíveis imediatamente após uma revolução. Por isso, desde 2011, o socialismo em Cuba tem passado por um processo de reformulação, marcado pela expansão do setor privado, conforme delineado nos *Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución*, documento que consolida e reitera o sentido das reformas iniciadas na década anterior.

Para Schincariol e Vasconcelos o saldo político do debate sobre as diretrizes de atualização do modelo demonstra como este processo está muito mais vinculado à necessidade de avançar e transformar o modo de funcionar

do socialismo cubano do que se apresentar como indicativo de ambições em direção à transição capitalista. Uma comprovação deste raciocínio encontra-se no fato de que, na elaboração das resoluções que compuseram os *Lineamientos* e no amplo debate público para sua elaboração, foi reiterado compromisso com o socialismo e o planejamento centralizado, no entanto, os autores também ressaltam que neste processo críticas foram levantadas contra o igualitarismo excessivo em detrimento da produtividade, enquanto a autonomia empresarial recebeu impulso.

Economicamente, observou-se nos *Lineamientos* um plano inclinado para a exportação e a abertura para investimentos estrangeiros, preservando os sistemas de educação e saúde como serviços públicos. Setores chave, como turismo, energia, agricultura e atividades não estatais, foram incentivados, visando principalmente a obtenção de moeda estrangeira, uma característica típica de economias periféricas. Para mitigar os desafios da balança de pagamentos, a agricultura foi incentivada com o objetivo de reduzir importações.

Além do estímulo à atividade privada e à presença de capital estrangeiro, os limites impostos ao crescimento de cooperativas, a lista restrita de atividades autônomas permitidas e o novo sistema tributário refletem uma tolerância governamental a desigualdades de renda, mas não à acumulação capitalista. Esse aspecto distingue as mudanças em Cuba das experiências de países com socialismo de mercado, como China e Vietnã.

O capítulo se encerra apresentando ao leitor o panorama sob o qual os resultados das transformações propostas pelas reformas seriam colhidos: ao longo da próxima década, a crise na Venezuela afetaria a relação comercial entre os países, enquanto a aproximação entre Cuba e os EUA e o relaxamento das sanções contidas no bloqueio atuariam como catalisadores para as transformações em curso, embora também tenham intensificado os impactos negativos dessas mudanças, especialmente em termos de desigualdade de renda e aprofundamento da condição periférica de Cuba.

O segundo bloco — composto pelo quinto, sexto e sétimo capítulos — examinará os resultados das transformações iniciadas na década anterior. Para tanto, os autores lançam mão de uma profunda análise estatística e econométrica dos resultados econômicos disponíveis em Cuba. Tal como argumentado por eles, tal análise é complexificada devido à indisponibilidade de dados agregados em Cuba. A grande maioria das estatísticas disponíveis não cobre uma série temporal grande ou não há uniformidade no cálculo dos indicadores.

Para avaliação dos agregados econômicos os autores empregam um arcabouço teórico e metodológico de origem keynesiana, desenvolvido, portanto, para o contexto do sistema capitalista e fundamentado nos pressupostos econômicos desse modelo. Cabe aqui, portanto, a indagação sobre a possibilidade de reprodução desse arcabouço e quais conclusões podem ser legitimamente alcançadas por meio dele ao analisar a economia cubana. Por exemplo, as estimativas de propensão ao consumo podem ser menos adequadas quando o objeto de análise é uma economia cujos serviços não monetários compõem grande parte da cesta de consumo médio das famílias, de modo que os determinantes do consumo e do comportamento das pessoas diante de bens mercantis não guardam a mesma relação com aqueles prevalentes em economias com maior centralidade das relações sociais de produção mediadas pelo mercado.

Em termos de resultado do desempenho macroeconômico, os capítulos nos mostram como o setor de serviços exibiu as taxas de crescimento mais elevadas até 2018, seguindo um padrão típico latino-americano e periférico. Assim como a agricultura, a indústria enfrentou uma retração, de 30% em 1994 para cerca de 20% em 2018, indicando que os objetivos de industrialização não foram plenamente alcançados. Desde 1992, o comércio exterior ganhou uma participação maior no PIB cubano, com as exportações de serviços superando as importações, embora as importações de bens tenham predominado sobre as exportações na maior parte do período pós-2000. No que diz respeito à conta de capitais, a atração de investimentos estrangeiros

tem sido restringida por diversos fatores, incluindo o sistema econômico híbrido de Cuba, o embargo dos EUA e um crescimento doméstico decrescente, além de crises internacionais e restrições comerciais que complicam ainda mais o cenário. Essas limitações estruturais comprometem a eficácia das reformas econômicas do modelo socialista cubano, afetando negativamente os investimentos estrangeiros, o crescimento dos mercados não estatais e as exportações de empresas públicas.

O capítulo sete aborda as mudanças recentes no funcionamento do Estado com a reforma no sistema bancário, a introdução de um mercado ainda limitado para títulos soberanos; a reforma monetária concluída em 2020 com a extinção do peso convertível (CUC) e a reforma tributária implementada, visando aumentar o orçamento estatal enquanto restringe a acumulação capitalista. O emprego nos setores estatais diminuiu absolutamente durante a administração de Raúl de 2013 a 2019, embora em menor escala do que inicialmente projetado, em uma clara tentativa de mitigar os impactos da desaceleração do PIB nas taxas de emprego e presumivelmente também devido à oposição interna às demissões. Os objetivos de reforma econômica e social, conforme declarados nas Diretrizes, foram parcialmente alcançados até 2018-2019, embora tenham sido atrasados — ou mesmo interrompidos — por eventos multivariados que resultaram na desaceleração do PIB cubano após 2014.

Os autores finalizam o livro afirmando que, apesar das reformas implementadas e dos novos parceiros comerciais que auxiliaram Cuba a superar crises, as restrições estruturais associadas à sua condição periférica persistem. A ilha continua vulnerável ao bloqueio imperialista e à guerra econômica. Ao longo do século XXI, diversos fatores impactaram negativamente o desenvolvimento e crescimento cubano, incluindo crises internacionais, aumento do preço do petróleo e eventos naturais recorrentes. De acordo com os autores, fatores internos ao modo de produção socialista, como centralização excessiva, desemprego disfarçado, baixa disciplina de trabalho, capacidade limitada de oferta para bens de consumo, falta de diversificação

econômica e vulnerabilidades externas, também têm contribuído para esses desafios. As reformas adotadas por Cuba visam mitigar esses efeitos, sem comprometer os princípios revolucionários do socialismo. A conclusão a que chegam os autores é que a dependência persiste, mesmo diante das reformas no socialismo periférico cubano.

A presente obra funciona, portanto, como um guia detalhado sobre a economia cubana, proporcionando uma rica compilação de referências e incitando debates significativos, o que representa um recurso inestimável para acadêmicos envolvidos com esta área de estudo. A análise meticulosa dos indicadores macroeconômicos, que visa elucidar os efeitos das reformas econômicas implementadas em Cuba, inaugura uma nova e promissora linha de investigação. O exame detalhado não somente enriquece a compreensão das particularidades da economia cubana, mas também contribui vigorosamente para o discurso acadêmico mais abrangente acerca das transformações econômicas sob regimes socialistas.

Ademais, a adoção do termo “socialismo periférico” na bibliografia é particularmente perspicaz, servindo como um instrumental analítico para distinguir a experiência cubana de outros Estados socialistas. O conceito é fundamental para uma apreciação precisa das especificidades de Cuba dentro do contexto global e latino-americano, salientando as características únicas de sua evolução econômica e social. A utilização desse termo reitera a necessidade imperativa de investigações contínuas e contribuições teóricas oriundas da América Latina, com o intuito de confrontar e superar os desafios de dependência econômica que persistem na região.

## THE PEOPLE'S REPUBLIC OF WALMART: HOW THE WORLD'S BIGGEST CORPORATIONS ARE LAYING THE FOUNDATION FOR SOCIALISM

PHILLIPS, Leigh; ROZWORSKI, Michal. London: Verso, 2019, 257 p.

Recebido em 03/03/2024

Aprovado em 15/05/2024

DOI: 10.69585/2595-6892.2024.1112

### TARIK DIASHAMDAN

Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutorando em Sociologia na mesma instituição

Email: [hamdan.tarik@gmail.com](mailto:hamdan.tarik@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8662-396X>

### FERNANDO LÓPEZ RANGEL

Mestrando em Direito Internacional na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

Email: [flr98@hotmail.com](mailto:flr98@hotmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-8759-6047>

### RODRIGO BRAGA GASTALDO

Mestrando em Entomologia na Universidade Federal de Viçosa

Email: [rodrigo.gastaldo@ufv.br](mailto:rodrigo.gastaldo@ufv.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9664-5695>

### **Mercado e planejamento: os destinos do capitalismo e do socialismo**

Publicada em 2019, *The People's Republic of Walmart*, de Leigh Phillips e Michal Rozworski, constitui um esforço interdisciplinar para examinar criticamente o capitalismo e propor alternativas vinculadas ao socialismo democrático. Esta obra é emblemática do comprometimento dos autores com a análise marxista da economia política, e surge em um contexto em que o interesse acadêmico por alternativas ao neoliberalismo ganhou destaque, particularmente em resposta à crise financeira de 2008.

O objetivo do livro é oferecer aos leitores uma perspectiva renovada sobre a análise do modo de produção capitalista e um novo olhar sobre o socialismo. Desafiando a dicotomia tradicional entre “mercado”, como algo característico das sociedades capitalistas, e “planejamento”, associado às sociedades socialistas, os autores propõem uma visão na qual os elementos de planejamento são identificáveis na sociedade capitalista contemporânea.

O livro, com 11 capítulos, divide-se em três partes: a primeira aborda a importância das grandes corporações como modelos de planejamento em sociedades capitalistas; a segunda analisa criticamente as experiências socialistas, especialmente na União Soviética e na então Iugoslávia, focando nos sucessos e falhas do planejamento; a última seção investiga casos menos conhecidos, como o planejamento econômico no Chile sob Allende,



sugerindo que tais exemplos podem oferecer abordagens alternativas de planejamento e aumentar a participação popular na gestão econômica.

A seção inicial começa com uma explicação sobre as características da teoria liberal. Para os defensores dessa corrente, o sistema de preços no livre mercado gerencia de forma mais precisa as informações de uma sociedade complexa. Nesse tipo ideal, ofertantes e demandantes trocam produtos por seu equivalente monetário. Além disso, todos os agentes atuam individualmente, não recorrendo a organizações coletivas e sendo submetidos a uma ampla concorrência. Por conseguinte, o lucro é o principal motivador para definir a distribuição de recursos. Por consequência, haveria uma impossibilidade de construir um sistema planejado de alocação de recursos, seja ele na sociedade capitalista, seja na socialista.

Por outro lado, diferentemente do proposto pela ortodoxia liberal, a empiria revela que a dinâmica do modo de produção capitalista, representada pela atuação de grandes corporações, cria formas de alocação opostas às do livre mercado, sendo cada vez mais apoiada pelo planejamento. Por planejamento, referimo-nos a uma forma de alocação na qual princípios não econômicos atuam para determinar o que é produzido e compartilhado. Neste sentido, os agentes, para além de se organizarem coletivamente, não estão submetidos à concorrência, sendo a cooperação um elemento central da coordenação entre os indivíduos.

Os autores, então, introduzem o Walmart como um modelo que exemplifica o êxito do planejamento econômico realizado pelas grandes corporações capitalistas, triunfo atribuído à combinação eficaz de planejamento e tecnologia. Desta forma, através desses dois elementos, a empresa é capaz de coordenar sua vasta rede de armazéns e fornecedores, cuja quantidade de informação e capacidade de processamento necessários aparentava impossível outrora.

Mesmo que o modelo planejado das firmas esboçadas tenha sido superior às que adotaram o livre mercado em seu funcionamento interno, os autores defendem que as mesmas possuem formas autoritárias de

organização – constituindo “ilhas de tirania” (p. 47) – e procuram explorar os trabalhadores, tendo em vista acumular lucro que é redirecionado aos proprietários das firmas. Dessa maneira, seria necessário adaptar o planejamento utilizado pelas grandes corporações a uma finalidade democrática e igualitária, abrindo caminho para uma sociedade emancipada. Finalmente, os autores demonstram outros elementos de planejamento no capitalismo.

Na seção dedicada à análise das experiências socialistas, o livro revisita os casos da então União Soviética e da então Iugoslávia. No contexto soviético, os autores argumentam que a principal falha do sistema de planejamento residia na sua excessiva centralização, o que, por sua vez, gerava um modelo autoritário de gestão. Essa centralização excessiva levaria à degradação da qualidade e eficiência da informação, destacando a ineficácia dos sistemas centralizados de gerenciamento de informações. Em uma crítica direta aos economistas da Escola Austríaca, os autores invertem a noção tradicional de que a degradação da informação em sistemas sociais conduz ao autoritarismo. Para eles, é o autoritarismo que resulta na diminuição da capacidade de processamento e transformação da informação.

Historicamente, o planejamento centralizado na União Soviética surgiu como uma necessidade imposta pelas circunstâncias históricas adversas, como a guerra civil, atos de sabotagem e escassez subsequente à revolução bolchevique. Ilustrando esse processo, destaca-se a implementação do comunismo de guerra, onde o comércio exterior, a distribuição de alimentos e outras funções essenciais foram controlados pelo Estado. Na indústria, sob influência do sistema taylorista, Lenin introduziu o “*one-man management*”, centralizando o poder decisório nas mãos dos gerentes, em detrimento dos conselhos de fábrica.

A apoteose da centralização na União Soviética, subsequente à morte de Lenin, culminou com a ascensão de Stalin ao poder em 1928, marcando um período de intensa coletivização das terras agrícolas e diminuição da remuneração camponesa para fomentar a industrialização acelerada. Esta estratégia almejava o financiamento da expansão industrial soviética através da

venda de produtos agrícolas. Além disso, a centralização foi caracterizada pela repressão aos trabalhadores e opositores políticos, especialmente evidenciada pelos grandes expurgos de 1936, conforme indicado pelos autores. Uma consequência direta dessas medidas foi a deterioração da confiança, essencial para a geração de informações eficientes e confiáveis. A cultura de medo e vigilância, instaurada pelos expurgos, comprometeu de maneira significativa a habilidade de indivíduos e instituições de transmitir informações precisas e benéficas, vital para a operacionalidade eficaz de um sistema planejado.

O segundo caso estudado é o da Iugoslávia, proponentes do socialismo de mercado. Segundo os fundadores do sistema iugoslavo, embora o capitalismo dependa intrinsecamente do mercado para a alocação de recursos, é possível conceber um mercado sem a presença do capitalismo. Neste contexto, apesar da ausência de propriedade privada da indústria, a alocação de recursos ocorre através de mecanismos de mercado. Os trabalhadores, em tal sistema, administram suas próprias empresas sob a forma de cooperativas competitivas, que buscam vender seus produtos, prosperar, expandir ou, alternativamente, enfrentar o fracasso.

A adoção deste modelo tem como objetivo mitigar a burocracia e a hipercentralização características do modelo soviético, ao mesmo tempo que busca abolir a classe detentora dos meios de produção. Contudo, os autores identificam e discutem diversos problemas inerentes ao socialismo de mercado. Para Phillips e Rozworski, um desses problemas é que, neste sistema, as empresas atuam de forma atomizada, tendo em vista produzir bens que são lucrativos e que permitam a sobrevivência das unidades produtivas, o que pode levar a uma “anarquia de mercado” com problemas análogos aos encontrados no capitalismo. A expansão das forças de mercado acarretou um aumento da competição entre as empresas, o que pode resultar em disparidades significativas entre trabalhadores qualificados, diferentes locais de trabalho, setores e, principalmente, regiões, gerando uma hierarquia onde

algumas fábricas são superiores a outras. Adicionalmente, questões como superprodução e subprodução são problemas potenciais neste modelo.

Na última seção do livro, os autores relatam a necessidade de aprender com o fracasso das experiências socialistas anteriores e esboçam algumas características que uma futura experiência socialista deveria apresentar. Assim, declaram a importância da democracia e participação popular como parte integrante do processo. Para isso, os autores contrapõem as experiências soviética e iugoslava com o caso chileno por meio do socialismo democraticamente eleito sob a administração de Allende. Distinta desses dois tipos, a experiência chilena de uma revolução constitucionalmente democrática representa para os autores uma possível rota revolucionária pouco estudada e precocemente interrompida. O texto então se aprofunda no Cybersyn (*Proyecto Synco*)<sup>1</sup>, projeto de desenvolvimento de uma rede de gestão eletrônica da economia chilena de planejamento em nível nacional, contando com a capacidade computacional da década de 1970, décadas antes do estabelecimento da internet ou concepção de outra rede de informações similar.

Por meio dessa experiência, é explorado o potencial de uma conexão em rede entre a produção fabril e a demanda local mediada por um governo democrático, demonstrando seu potencial frente às críticas ao planejamento da Escola Austríaca previamente estabelecidas. Com a Cybersyn atuando integralmente, é argumentado que o planejamento aconteceria em tempo real mediante atualizações instantâneas das diferentes regiões do país, como condições de estrada, distribuição e disponibilidade de bens e serviços. Concluindo a exploração histórica da experiência chilena, os autores descrevem brevemente o golpe militar de 1973 e os efeitos do fim da Cybersyn para o planejamento governamental, levando, por fim, ao domínio ideológico neoliberal e sua fé no livre mercado.

---

<sup>1</sup> Com base na história da idealização e execução da Cybersyn, os autores exploram a conceitualização da cibernética como área de estudo, se atendo às ideias e ações de Stafford Beer no projeto chileno e às teorias de autores da área como Pelikán e Kýn.

No capítulo final, os autores expõem ainda que futuras experiências socialistas devem ser construídas em conjunto com a ideia do antropoceno, era geológica atual na qual os processos naturais e biológicos são direcionados mediante as ações humanas. Faz-se então a distinção entre dois futuros possíveis, o “antropoceno bom” e o “antropoceno ruim”. O antropoceno ruim seria dado pelas mudanças climáticas irreversíveis e, por conseguinte, uma maior ameaça à espécie humana, enquanto o primeiro é caracterizado por uma recuperação da interação harmônica entre humanos e não humanos.

Para Phillips e Rozworski, o modo de produção capitalista está fadado ao “antropoceno ruim”, dado que submetido aos interesses particulares dos indivíduos e à geração do lucro. Frisando a incompatibilidade entre o capitalismo e o desenvolvimento de tecnologias úteis para a humanidade como um todo, rematam a seção com o argumento de que um futuro globalmente planejado é a única alternativa para a garantia do desejável “antropoceno bom”.

Finalizamos esta resenha ressaltando os méritos do livro, que desfaz a dicotomia entre planejamento e mercado, mostrando a evolução do capitalismo para formas híbridas com planejamento integrado, alinhando-se à tradição de teóricos como List (2022), Gerschenkron (2015) e Chang (2003). O livro é relevante para analisar desafios e êxitos de experiências socialistas, propondo a combinação de socialismo e democracia e enfatizando a importância da participação popular no planejamento e alocação em sistemas socialistas.

## Referências

CHANG, Há-Joon. *Chutando a escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. 1. ed. Tradução de Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

GERSCHENKRON, Alexander. *O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios*. 1. ed. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

LIST, Friedrich. *The National System of Political Economy*. 1. ed. Tradução de Sampson Lloyd. London: Imperium Press, 2022.

## O TERCEIRO EXCLUÍDO: CONTRIBUIÇÃO PARA UMA ANTROPOLOGIA DIALÉTICA

HADDAD, Fernando. São Paulo: Zahar, 2022, 299 p.<sup>1</sup>

Recebido em 11/06/2024

Aprovado em 28/06/2024

DOI: 10.69585/2595-6892.2024.1136

### Pensamento radical e tarefa da crítica

*O Terceiro Excluído* é uma obra singular, por seu conteúdo e por seu autor. Não, não digo isso pelo fato de Fernando Haddad ser um homem público de enorme capacidade e prestígio, atual ministro da Fazenda, ex-ministro da Educação e ex-prefeito da maior cidade brasileira (ela própria um país, de 12 milhões de pessoas), além de candidato à presidência da República com direito a presença no segundo turno das eleições de 2018. Essa sua faceta só deixa tudo ainda mais singular. Digo isso principalmente porque se trata de alguém que, formado originalmente em Direito, com mestrado em Economia, doutorado em Filosofia e tendo se tornado professor de Ciência Política, resolve escrever um livro sobre desenvolvimento e acaba fazendo um trabalho de *scholar* nas áreas da biologia, antropologia e linguística. Viagem? Sim, uma ousada (e saborosa) viagem intelectual, com consequências fortes e que demandarão muita reflexão e igualmente muitas respostas a algumas provocações, sobretudo aquelas endereçadas à tradição intelectual a que pertence o próprio autor.

### LEDA MARIA PAULANI

Professora titular (sênior) do Departamento de Economia da FEA-USP. Pesquisadora do CNPq.

Email: [paulani@usp.br](mailto:paulani@usp.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7306-5791>

### Pensamento Radical

Apesar da aparência de novidade, quem conhece a trajetória de Haddad não terá dificuldade em reconhecer pontos de contato importantes, em

---

<sup>1</sup> Versão ligeiramente alterada e um pouco mais estendida da resenha publicada na revista *Rosa*, volume 7, número 1, 2023.

termos de conteúdo, entre este último livro e seus primeiros trabalhos, discussão que retomaremos à frente. Mas há duas outras similitudes que também se destacam. A primeira é, por assim dizer, de forma. Aqui como lá (falo de seu doutorado e do livro a que deu origem, *Trabalho e Linguagem*<sup>2</sup>), Haddad tem uma questão e uma tese e é procurando encontrar respostas à primeira e, assim, indícios que fortaleçam a segunda que ele devora milhares de páginas de teoria, das mais diferentes áreas, obras no mais das vezes densas e com enorme grau de abstração. O perigo de se perder numa via dessas e não mais encontrar o caminho de volta é imenso, principalmente considerando-se o enorme volume de estudos que ele sempre mobiliza. Mas Haddad não corre esse risco. Qual Ulisses em meio à sedução do canto das sireias, ele se amarra à sua problemática e vai retirando, do imenso cabedal de reflexões que investiga, aquilo que o interessa.

Nesse processo vai promovendo conversas interessantíssimas entre várias vertentes teóricas, seja de uma mesma perspectiva, seja de paradigmas concorrentes. Por exemplo, em *O Terceiro Excluído*, temos o ganha e perde da cultura entre a teoria da coevolução, a sociobiologia, e a memética<sup>3</sup> — todas essas, como ele indica, vertentes contemporâneas da perspectiva reducionista (que vai encontrar na biologia as explicações para os fenômenos sociais). Mas os diálogos também atravessam o tempo. Depois de passar pela moderníssima teoria da construção de nichos, mais uma corrente reducionista, Haddad introduz na conversa Herbert Spencer, biólogo e antropólogo inglês do século XIX.

Tal capacidade enciclopédica (no bom sentido) de nosso autor relaciona-se à segunda similitude que emerge da leitura deste novo livro, e ela é de vocação. Haddad é incapaz de pensar as coisas de modo recortado. Sua visão holista, forjada em décadas de estudo de paradigmas que têm a totalidade por pressuposto, combinada a uma predisposição natural de seu espírito

---

<sup>2</sup> São Paulo: Azougue, 2004.

<sup>3</sup> O termo deriva de “meme”, elemento análogo aos genes no plano da evolução cultural. Voltaremos a ele mais à frente.

investigativo, o leva inexoravelmente à busca das causas primordiais, à raiz dos problemas, às perguntas primeiras, e isto não está dissociado, antes o contrário, da questão do conteúdo de *O Terceiro Excluído*, que agora retomamos.

No livro que se originou de sua tese de doutorado, comentando a passagem da magia ao mito discutida por Adorno e Horkheimer na *Dialética do Esclarecimento*, Haddad afirma que o problema a que se referem os frankfurtianos (e também Habermas) relaciona-se à questão de saber “por que não se pode cogitar a hipótese de que o progressivo domínio dos homens sobre a natureza, uma vez iniciado, pudesse ocorrer sem que eles precisassem dominar-se uns aos outros”. E imediatamente na sequência, para que não haja dúvidas, reafirma: “Devemos explicar a razão pela qual esse caminho mostrou-se historicamente impossível”.

Eu diria que a questão/tese de Haddad neste último livro não está muito longe dessa sua preocupação de quase três décadas atrás<sup>4</sup>, ainda que formulada em outros termos. A insistência na necessidade de responder a citada pergunta, que tem caráter radical, se dá porque uma resposta a ela parece condição *sine qua non* para que se possa pensar a emancipação humana. E na apresentação de *O Terceiro Excluído* diz ele: “trata-se de uma obra que dialoga com seu tempo e cujo tema subjacente, a princípio o desenvolvimento nacional (...) passou a ser a emancipação humana, uma proposta de resgate da dimensão utópica, da capacidade humana de projetar o futuro (...)” (p. 16). Não é por acaso, pois, que, ao longo de seu caminho investigativo em *O Terceiro Excluído*, ele relembra uma inquietação do antropólogo australiano Gordon Childe e que inspiraria os trabalhos de antropologia cultural e histórica de Marshall Sahlins: “Por que o homem não partiu diretamente da miséria de uma sociedade ‘pré-classes’ para as glórias de um paraíso sem classes ainda não realizado em parte alguma?” (p. 117).

---

<sup>4</sup> O livro a que deu origem a tese data de 2004, mas a tese propriamente dita foi defendida em 1996.

<sup>5</sup> A expressão “miséria da sociedade pré-classes” será qualificada à frente.



Notemos, a partir das duas perguntas, que tanto no trabalho anterior, em que pretende defender o materialismo histórico dos ataques sofridos a partir do *linguistic turn* que emergiu em meados dos anos 1970, quanto neste, em que, visando o resgate da capacidade humana de pensar o futuro, prega uma dialetização da antropologia e uma antropologização do materialismo, Haddad, se nos é lícita a expressão coloquial, “vai aos finalmentes”, ou, dialeticamente, aos pressupostos dos fenômenos.

E já que tocamos no materialismo — a tradição intelectual à qual nosso autor sempre se filiou — vale notar que, apesar de sua indicação de que esta sua recente interpretação “se mantém no campo do materialismo histórico” (p. 24), o paradigma sai um tanto abalroado da jornada empreendida por Haddad. Vamos ver por quê, mas, para tanto, será necessário traçar um breve sumário desta nova interpretação. A operação é arriscada não só porque o livro, apesar da leitura fluída, é bastante denso, tem enorme complexidade e, como já mencionado, trabalha com um sem-número de paradigmas, escolas e correntes em várias áreas, como também porque é quase impossível empreendê-la sem imprimir-lhe um tanto de interpretação pessoal, o que pode desautorizá-la aos olhos de seu autor. Mas há que enfrentar o risco.

### **A tarefa da crítica: a biologia**

A primeira tese que se destaca em *O Terceiro Excluído* é que as humanidades estão sendo duramente golpeadas pelas visões reducionistas que partem da biologia. Como Haddad relata na apresentação, quando ele começou a se atualizar sobre teoria do desenvolvimento, notou “a presença de biólogos, junto a antropólogos, psicólogos e economistas, trabalhando lateralmente o tema do desenvolvimento econômico sob a roupagem da seleção de grupo” (p. 14). Tratava-se, porém, de um discurso sofisticado, longe do primarismo do darwinismo social em seus inícios. Segundo ele, foi a partir da chamada “síntese moderna” — que faz a conexão entre as unidades da evolução (genes) e o mecanismo da evolução (seleção

natural) — que os biólogos voltaram a se sentir à vontade para falar da “evolução” da sociedade humana.

Desnecessário dizer que, se esse tipo de teoria ganha o protagonismo, a possibilidade de encontrar respostas alvissareiras à questão da emancipação humana (ou da possibilidade de um mundo efetivamente socialista<sup>6</sup>) fica seriamente comprometida. A primeira tarefa que se impõe, portanto, é o resgate das humanidades. E para tanto será preciso fazer a crítica não só das correntes reducionistas no âmbito estrito da biologia (psicologia evolutiva incluída), mas, igualmente, do *mainstream* da antropologia e da linguística, todos eles da mesma forma impregnados, é o que se deduz das investidas de Haddad, de um certo biologismo (desde seu encontro com Chomsky em 2018, ele se dera conta da presença de uma sorte de discurso evolucionário também nos novos *approachs* sobre o funcionamento da economia e da sociedade).

Ele divide portanto sua investigação em três partes, começando de imediato a investigar as correntes reducionistas no âmbito da biologia (capítulo 1), seguindo depois para a antropologia (capítulo 2) e a linguística (capítulo 3). Inicia o primeiro capítulo com a sociobiologia, popularizada por Edward Wilson em livro de 1975. Defende-se aí o princípio de que o comportamento e a ação humanos são consequência também da genética e não apenas das culturas em que são adquiridos, de modo que a cultura não teria um dinamismo próprio. Um mote desse autor resume a tese: “a cultura está na coleira dos genes”.

Surge então a teoria da coevolução que, digamos assim, matiza um pouco o peso da hereditariedade nos fenômenos sociais/culturais. Nessa vertente, é a cultura que molda o comportamento humano, ou seja, ela deve ser vista sim como sua causa, mas sem que se perca de vista sua conexão com a biologia. Existiria uma interdependência gene-cultura segundo a qual a evolução cultural, mais rápida que a genética, altera o ambiente e é nesse

---

<sup>6</sup> Não por acaso o subtítulo do já citado *Trabalho e Linguagem* é: em defesa do socialismo.

ambiente afetado pela cultura que os genes são selecionados. Mais uma vez, uma metáfora ajuda a esclarecer: “Sim, a cultura está na coleira dos genes, mas o cachorro é grande, esperto e independente. Na hora do passeio é difícil dizer quem guia quem”.<sup>7</sup>

Ainda nesse mesmo caminho, a teoria dos nichos busca completar a vertente da coevolução. Para seus seguidores, é preciso agregar à ideia de que há uma evolução conjunta biológica e cultural a ideia de uma construção permanente de “nichos” por meio de atividades, escolhas e processos metabólicos. Cada nova geração, portanto, não herda apenas os genes de seus antepassados, mas também um legado ecológico, transmitido através dos nichos. Na visão de tais pensadores, sem a incorporação dos nichos, a teoria da coevolução não estaria completa.

Segundo Haddad, a teoria dos nichos é tributária de uma ideia de Richard Dawkins<sup>8</sup>, o polêmico autor de *O Gene Egoísta* e *Deus é um Delírio*, e que vem a ser, por seu lado, o criador de mais uma vertente reducionista, mas que difere substantivamente das três vertentes até agora consideradas. Segundo Dawkins, são os princípios da biologia e não propriamente os genes que imperam em outras dimensões. No caso da cultura, esses princípios agiriam, através da comunicação, a partir de outros replicadores: os memes (unidades de transmissão cultural que concorrem com outras unidades). A seleção biológica teria produzido o cérebro humano, que viria a fornecer o caldo de cultura de onde surgiram os memes. A evolução memética, segundo Dawkins, é mais veloz que a genética e não se submete a esta.

Para nosso autor, a memética de Dawkins tem uma vantagem em relação às vertentes anteriores: ela reconhece que a evolução cultural é irredutível à evolução biológica, mas ela acaba num beco sem saída, deixando de

---

<sup>7</sup> A passagem, citada por Haddad à página 60, é de Peter K. Richerson e Robert Boyd, dois dos expoentes da teoria da coevolução cultural, em livro de 2008.

<sup>8</sup> A ideia a que alude Haddad é a do fenótipo estendido, segundo a qual os genes podem se expressar fenotipicamente fora do veículo que os transporta. A teoria dos nichos está associada à chamada síntese evolucionária estendida, conforme a qual a evolução não é explicada apenas pela seleção natural, mas também por outros mecanismos como a emergência de padrões complexos.

responder muitas das questões levantadas pela analogia entre os dois processos evolutivos. Mas sua crítica vai muito além disso e abrange todas as versões reducionistas. Inspirado no bioquímico francês Jacques Monod, que identificara processos biológicos em que o organismo, ainda que observando as leis da física e da química, encontra uma forma de transcendê-las em proveito de sua conservação, Haddad vai afirmar que também a passagem da biologia à cultura é um movimento transcendente. Para ele, essa passagem, graças ao caráter disruptivo do surgimento da linguagem, deve ser caracterizada como uma verdadeira mudança de dimensão (assim como o surgimento da vida, processo igualmente disruptivo, está na raiz da passagem da dimensão físico-química para a dimensão biológica).

Daí que as leis da cultura não podem ser reduzidas às leis biológicas (ou aos princípios que governam as leis biológicas). O que está por trás dessa irreduzibilidade é a contradição. É ela que deve ser invocada pelas humanidades para afirmar sua especificidade; é ela o elemento próprio da cultura em relação à vida. Por isso, não se trata apenas de negar qualquer tipo de vinculação da cultura ao andamento biológico. Trata-se de negar que haja uma “evolução cultural”. Para Haddad, as culturas não evoluem, elas *revoluem*. O bem-achado neologismo é utilizado precisamente para indicar que as mudanças culturais se dão no processo contraditório, dialético, da relação das culturas entre si. Por detrás disso, há outro processo, que também ganhou um neologismo: *alienização*. Mas antes de nos determos nele será mais profícuo seguir com a crítica de Haddad, que trará elementos adicionais para sua compreensão.

Depois de discutidas as vertentes biológicas associadas ao binômio cérebro-mente, a investigação de nosso autor vai enfrentar a discussão ensejada pela psicologia evolutiva, envolvendo o binômio psique-cultura. Para seus adeptos, é preciso acabar com o “velho dualismo da tradição ocidental”, que desmembra o ser humano em aspectos biológicos e não biológicos. Na interpretação clássica que eles querem superar, a cultura pouco tem que ver com a biologia ou a natureza humana ou com qualquer desenho

psicológico geneticamente herdado, e sim com a educação e o processo de aprendizagem. Para eles, a ideia de uma maleabilidade quase infinita da mente humana que vai respondendo ao ambiente e enfraquecendo a importância das forças biológicas é um erro, pois o ambiente também é produto da evolução. Assim, em sua visão, o cérebro humano não é mais flexível porque se libertou dos instintos; antes, ele é mais flexível porque justamente, no processo de evolução, incorporou mais instintos.

Para Haddad, se queremos elucidar a questão de se a cultura humana é mera expressão fenotípica da psicologia humana ou se a evolução biológica lançou o homem para uma dimensão que transcende a própria biologia, é preciso investigar três “instintos” específicos: o instinto tribal, o instinto religioso e o instinto da linguagem. Como é evidente que os dois primeiros dependem do último, o debate sobre o estatuto da linguagem, que ele fará no capítulo 3, aparece-lhe como incontornável. Sobre os dois primeiros, ele diz que é preciso compreender se eles são inatos ou fruto do desenvolvimento histórico e isso requer a investigação do estado da arte na antropologia. Seu objetivo no capítulo 2 será demonstrar a necessidade da defesa de uma antropologia dialética, para ele uma necessidade para afastar leituras biologizantes.

### **A tarefa da crítica: a antropologia**

Logo de início, ele recupera o pai da antropologia americana, Franz Boas. Segundo Haddad, para Boas, ainda que em outras espécies animais se vejam também hábitos sociais e práticas materiais — com a utilização de artefatos, por exemplo — o termo cultura deve ser reservado àquela espécie cujo comportamento não estereotipado não pode ser caracterizado como instinto, mas que, ao contrário, depende de uma tradição transmitida que pressupõe o uso da linguagem. Haddad acredita que uma interpretação possível de Boas é que os seres humanos podem ser vistos como uma grande superespécie cultural, composta de semiespécies separadas por barreiras culturais, regra geral transponíveis, mas nem sempre. Isso implica

a possibilidade de uma especiação cultural completa, que parece ter sido considerada por Boas, mas da qual, segundo nosso autor, ele não tira todas as consequências.

Haddad vai chamar essa especiação cultural completa de *alienização*, neologismo criado para diferenciar de “alienação” o novo conceito. Para ele, a alienização completa faz surgir uma figura nova, o *terceiro excluído*, gerando uma relação contraditória entre *ego*, *alter* e *alien*. É só no capítulo 3 que vamos descobrir que a inspiração de Haddad para tal formulação vem de Wilhelm von Humboldt, um pensador da linguística que trabalhou na passagem do século XVIII para o XIX e que muito influenciou Noam Chomsky. Humboldt dedica especial atenção aos pronomes pessoais, por ele considerados elementos universais da comunicação humana. Quando alguém pensa, não está só. “Tu” é uma necessidade para a própria posição do “eu” pensante. Já eu e ele são realmente entidades diferentes e só com este último todas as possibilidades da fala se esgotam.

Do ponto de vista da compreensão da natureza da cultura, isso significa que, aos olhos da primeira e da segunda pessoas, o terceiro é e não é um ser humano. Haddad traz aqui, para elucidar melhor a questão, o termo *Das Unheimliche*, oriundo da psicologia freudiana. Carregado de ambiguidades, ele significa o infamiliar, o estrangeiro, o estranho, em poucas palavras, o ser humano que não é. A alienização, ou especiação completa, portanto, não produz diferença, mas contradição, o que torna impossível tratar os fenômenos interculturais de uma perspectiva biológica ou ecológica.

Haddad retoma Lévi-Strauss para assinalar que ele parece sentir falta de um terceiro elemento. Para o conhecido antropólogo francês, as relações diádicas são o resíduo de uma estrutura preexistente, de modo que é tal estrutura que funciona como esse terceiro elemento. Haddad lembra também de Gregory Bateson, antropólogo e linguista inglês que se situa além das relações diádicas, mas que acredita que apenas três resultados são possíveis quando dois grupos de indivíduos de culturas completamente diferentes entram em contato: a completa fusão, a eliminação de um ou de ambos os

grupos, e a persistência de ambos em equilíbrio dinâmico. A lista, observa Haddad, não contempla a subjugação de um grupo por outro e a subjugação é o resultado necessário da incorporação do terceiro excluído por uma dada sociedade. Para ele, a história das sociedades tem sido justamente a história da luta em torno da alienização (seu motor externo) e da despersonalização (seu motor interno).<sup>9</sup>

Também a antropologia cultural de Marshal Sahlins é trazida a escrutínio por Haddad, o que permitirá adentrar a discussão sobre economia. Inspirado por Karl Polanyi e sua taxonomia de tipos puros de reciprocidade, o antropólogo americano vai propor um *continuum* de relações de reciprocidade: um extremo solidário (envolvendo parentes), um ponto intermédio, marcado por equilíbrio (envolvendo amigos), e um ponto extremo, insociável, em que os participantes confrontam-se com interesses opostos. Mas, retruca Haddad, a não reciprocidade não é um polo extremo da reciprocidade, é sua negação. Há aqui uma diferença de qualidade, não de grau, há contradição (o próprio Sahlins, observa Haddad, algumas vezes se refere aos participantes desse último caso como “não pessoas”).

E com isso temos os elementos necessários para desenvolver um pouco mais a tese de Haddad. Para ele, um dos méritos da antropologia foi ter desvelado o caráter datado historicamente da relação sujeito/objeto. No paleolítico, cultura e natureza não estavam em oposição. Segundo antropólogos como David Graeber, a vida nessa era (que abarca 90% da história humana) não era uma luta pela sobrevivência. Se o critério para medir a afluência de uma sociedade for não a quantidade, mas a proporção de desejos satisfeitos, uma horda de caçadores pode ser mais afluente que a moderna sociedade industrial (o que implica questionar a ideia de “miséria paleolítica”, que está implícita na provocação de Childe anteriormente citada). Os pares espírito e corpo, altruísmo e egoísmo, subjetivo e objetivo, cultura e

---

<sup>9</sup> O processo de despersonalização, alerta Haddad, não se restringe ao conceito de classe ou casta; ele inclui processos extravagantes de dominação que vão além do mundo do trabalho (classes), envolvendo situações muito diferentes mas igualmente opressivas relativas a gênero, raça, sexualidade etc.

natureza, ainda não se constituíram. A revolução neolítica representaria, assim, a passagem do homem de um plano ecológico para um plano econômico por meio de um processo gradual de desnaturalização. O homem toma distância da natureza, objetifica-a. Os mitos seriam, nesse sentido, a um só tempo, a expressão da unidade entre homem e natureza e a narrativa de sua dissolução.

Mas Haddad, vai mais longe. Para ele, o corolário das observações anteriores é que a economia é uma relação entre pessoas e “não pessoas”, pois o primeiro objeto do ser humano não foi a natureza, mas outro ser humano, dessubjetivado, desumanizado. Assim, por trás do gregarismo, do surgimento da agricultura e da domesticação da natureza, eventos sempre citados ao se mencionar a revolução neolítica, o que há é o surgimento da “economia” no sentido aqui indicado. A economia, portanto, seria, desde seu início, tribal e nacional. Mais ainda, carência religiosa (que os mitos já denunciam) e carência material seriam as duas faces de uma mesma moeda cunhada pelo terceiro excluído.

Não é difícil perceber que já há aqui uma razoável quantidade de provocações ao materialismo. Se a história não é a história da luta de classes, mas sim a história em torno da alienização e da despersonalização, e, sobretudo, se a economia não é algo que tenha surgido naturalmente da inadequação da natureza às necessidades humanas, obrigando o homem ao trabalho, mas sim o resultado da posição da relação entre sujeito e objeto em que o objeto é outro ser humano, então há muito que ser repensado quanto aos fundamentos do paradigma materialista.

Numa crítica a Marx, o mesmo Marshall Sahlins vai dizer que o aspecto dessa teoria que se tornou dominante é que a mediação entre homem e natureza não é feita pela cultura. Esta aparece como uma consequência de como se estrutura a atividade produtiva, de modo que o materialismo torna-se o reverso do cultural: a cultura fica subsumida ao paradigma da produção, o qual fica embasado exclusivamente no trabalho. Para Haddad não está aí o problema, uma vez que, em Marx, o trabalho não é puramente



instrumental; ele possui uma dimensão intersubjetiva porque exige a cooperação. O problema maior é que a linguagem, vista pelo próprio Marx como pressuposto da consciência e do trabalho, aparece como instrumental e parece cumprir um papel funcionalista, pois o *status* de motor e gerador ativo e criativo do desenvolvimento histórico é reservado ao trabalho.

Em outras palavras, para nosso autor, “o materialismo histórico não parte da evidência de que aquilo que distingue os homens de outros animais, sua qualidade única, é justamente o fato de os homens experimentarem o mundo simbolicamente de forma imediata” (p. 141). Daí a necessidade não só de dialetizar a antropologia como de antropologizar o materialismo. Mas a abordagem marxista ainda ocupa um papel fundamental na interpretação construída em *O Terceiro Excluído*.

Como vimos, para Haddad, é a revolução neolítica que estabelece a relação sujeito/objeto, e o processo de alienização das culturas é o processo de objetivação da natureza. As carências econômicas e religiosas nascem desse estranhamento. Assim, a escravidão ocorre pela subjugação de uma comunidade por outra, que reduz os dominados a parte das condições inorgânicas da reprodução de seus senhores, de modo que a alienização internalizada se converte em despersonalização. Para nosso autor, o surgimento do trabalho livre, ou seja, a transformação do trabalho em mercadoria, muda a forma como se dá a despersonalização, mas o advento da revolução industrial vai alterar igualmente a forma como se dá a própria relação dos senhores entre si. Enquanto o trabalho vai sendo reduzido continuamente a uma pura abstração, a concorrência, acirrada pela revolução industrial, transforma os senhores em suporte do processo de acumulação, o qual se torna um sujeito automático, invertendo a relação sujeito/objeto. No dizer de Haddad, se a revolução neolítica inaugura a economia, a revolução industrial põe a economia de pernas para o ar.

A partir dessa inversão, Haddad vê consequências que certamente deverão ser questionadas por algumas correntes marxistas. Para ele, nesse contexto, parece não mais se aplicar a ideia de uma contradição entre as relações

de produção e as forças produtivas que, em determinado estágio, levaria à transformação do modo de produção. Como é a assim chamada segunda natureza que está agora no comando, frente a seres humanos reificados e a uma primeira natureza nulificada, uma transformação dessa ordem não mais parece provável. Daí adviria, inclusive, a dificuldade de se pensar em um capitalismo verde ou ecológico.

Mas isso não quer dizer que a presença do capital tenha tomado o espaço do terceiro excluído, já que tudo estaria subsumido à lógica diádica da acumulação. Se fosse assim, os indivíduos que estabelecem suas relações de troca no âmbito da sociedade civil (relações diádicas) constituiriam a totalidade da moderna sociedade e isto bastaria, portanto, para sua plena efetivação como indivíduos. Desde Hegel, no entanto, se sabe que isto não procede. Para o conhecido filósofo alemão, sem a presença do Estado, o indivíduo não pode ser indivíduo. O fim racional do homem é a vida no Estado. Por razões estratégicas, Haddad não vai a Hegel. Prefere trazer como evidência de sua percepção de que o capital não dá conta de tudo outro pensador alemão, Max Weber, fazendo questão de observar que, mesmo sendo este um autor pouco afeito à dialética (ao contrário de Hegel), percebeu que é o Estado nacional que garante ao capitalismo as possibilidades de sua sobrevivência.

No mesmo sentido se situaria, para nosso autor, o tratamento dado ao nacionalismo por Benedict Anderson em *Comunidades Imaginadas*. Ao considerá-lo como produto cultural, Anderson estaria harmonizando a transição antropológica relativa à inversão sujeito/objeto com a perspectiva de uma relação triádica contraditória que sustentaria essa relação. O trabalho de Anderson teria mostrado que, sem o advento do nacionalismo e da comunidade imaginada que ele pressupõe, o capitalismo não se efetivaria, pois a relação triádica estaria incompleta. Isso implica endossar a tese weberiana de que o capitalismo não sobreviveria sem uma pluralidade de estados-nação concorrentes. A diferença, segundo Haddad, é que, em sua própria interpretação, o estado-nação não é considerado, como em Weber, na acepção

instrumental, mas a partir de um substrato espiritual, equivalente àquilo que os psicólogos evolucionistas chamariam de “instinto tribal”.

### **A tarefa da crítica: a linguística**

E é com observações sobre o advento do nacionalismo que Haddad inicia sua investigação e sua tarefa crítica no campo da linguística. Ele traz ao debate o antropólogo e linguista Edward Sapir, que, no início do século XX, já havia assinalado uma importante alteração na relação entre linguagem, raça e cultura por conta do surgimento do nacionalismo. A antropologia mostra que não há nenhuma relação necessária entre esses elementos, mas o nacionalismo muda isso. Esses três elementos passaram a ser vistos como facetas de uma unidade social singular. Segundo Sapir, a língua tende a se tornar a expressão de uma nacionalidade autoconsciente e tal grupo atribuirá a uma raça o poder místico de criar uma língua e uma cultura.

Ainda antes de Sapir, o filósofo alemão Johann von Herder, trabalhando no final do século XVIII, vai considerar a nação como a associação dos usuários de uma linguagem, que compartilham tradições e uma determinada forma de estar no mundo. Trazendo-o ao debate, Haddad abre o caminho para a discussão das questões fundamentais envolvendo a linguagem. Segundo Herder, o homem é um ser em atividade, que pensa livremente e por isso é uma criatura da linguagem. Assim, embora a razão seja um potencial humano universal, ela se realiza pela aquisição da linguagem, o que abre a possibilidade de separar a razão universal de um lado e suas manifestações culturais nacionais de outro. Segundo ele, o primeiro momento da consciência foi também o momento do nascimento interior da linguagem, um dom especificamente humano (que não pode ser confundido com a linguagem mecânica dos animais).

Segundo Haddad, um pensador do século XX muito influenciado por Herder foi Arnold Gehlen, que vai estabelecer um contraponto decisivo com a psicologia evolutiva, para quem a linguagem é um instinto. Para esse

antropólogo, o especificamente humano reside numa totalidade de várias características que se pressupõem mutuamente (a razão, o polegar opositor, a vida social, a posição ereta, a linguagem). Isso implica prescindir da ideia de que apenas “passos” separam a inteligência ou a linguagem animal da humana. Segundo informa Haddad, o ser humano é, para Gehlen, um animal prático. Como não é especializado, isto é, como foi perdendo os instintos e tornou-se um ser, digamos assim, genericamente sabido, ele precisa de um meio ambiente que vem a ser “a natureza transformada por ele próprio em algo útil para a vida”, e isso se chama cultura.

Para além da necessária demarcação de campo com a psicologia evolutiva que facultam as observações de Gehlen, elas também introduzem uma outra questão crucial. Se considerarmos que existe uma enorme diversidade nas formas que assumem as manifestações culturais, como já adiantara Herder, isso pode levar a um relativismo cultural e linguístico, tal como o do linguista americano Benjamim Whorf. Nessa perspectiva, as mesmas evidências físicas podem levar a diferentes retratos do universo, se os observadores tiverem diferentes origens linguísticas, que, por definição, não podem ser calibradas entre si.

Na literatura sobre o tema, se encontra com alguma frequência a expressão “hipótese de Sapir-Whorf” sobre essa questão, o que colocaria o linguista polonês-americano do lado do relativismo cultural. Todavia, como lembra Haddad e como já vimos aqui, é do mesmo Sapir a afirmação de que não há relação necessária entre cultura e linguagem, ou seja, povos que falam línguas diferentes podem compartilhar a mesma cultura e vice-versa. Para Sapir, qualquer língua tem aquilo que ele chama de completude formal, ou seja, o falante de qualquer língua, não importa o que queira comunicar, pode servir-se dela sem precisar criar novas formas ou forçar novas orientações das formas constantes de sua estrutura. Segundo o linguista polonês-americano, não há, por isso, nada que impeça a *Crítica da Razão Pura* de Kant de ser traduzida para a língua esquimó ou hotentote.

Segundo Haddad, diferentemente de Whorf, o relativismo de Sapir foi matizado pela influência de Franz Boas, seu mestre. Para este último, não são os traços morfológicos da língua que moldam a cultura. Ao contrário, é o estado da cultura que vai moldando a língua. Para nosso autor, uma tomada de posição nesse sentido não implica a negação de que a língua formate cenários e promova experiências de difícil tradução, mas parece um exagero supor que a diversidade de línguas possa ser um obstáculo à compreensão mútua de qualquer aspecto do mundo. Para quem tem no foco a emancipação humana, essa é uma conclusão absolutamente fundamental. Como o próprio Haddad observa, a linha traçada por Whorf — a estrutura da linguagem determina a cultura — nos leva a um beco sem saída, pois uma compreensão e um diálogo humanos universais seriam, por definição, impossíveis.

Uma alternativa mais adequada a esse relativismo cultural exacerbado, segundo Haddad, seria seguir o segundo Wittigenstein e os autores por ele influenciados. A ideia do “jogo de linguagem” como o conjunto da língua e das práticas com as quais ela se interliga vai assumir assim um lugar central (e não está distante da ideia de Boas segundo a qual é o estado da cultura que vai moldando a língua). Para Wittigenstein, a gramática profunda relevante não é a das línguas (como quer Whorf), mas a das formas de vida (culturas). Assim, para Haddad, ele abre espaço para um conceito culturalista da linguagem (que se aproxima de sua própria perspectiva), enquanto Whorf propõe algo como um conceito linguístico da cultura. Ademais, Wittigenstein sugere que as racionalidades das sociedades paleolíticas, neolíticas e modernas são diferentes e incomparáveis em seus próprios termos. Para Haddad, isso significa que enquanto nas sociedades paleolíticas a razão entre sujeito e objeto não está sequer estruturada, nas sociedades neolíticas e modernas, numerador e denominador estão em posições invertidas.

Para a antropologia interpretativa de Clifford Geertz, um dos seguidores do segundo Wittigenstein, as capacidades humanas genéricas são inatas; a cultura é quem as guia. Segundo Haddad, nessa visão, a cultura é considerada como um conjunto de mecanismos de controle utilizados para governar o comportamento humano, sendo, nessa medida, condição essencial

da natureza humana e a base de sua singularidade (não existe natureza humana sem cultura). Como o homem é um ser inacabado, aprender é menos uma faculdade do que uma necessidade.

Como é fácil perceber, essas perspectivas todas em conjunto (Herder, Sapir, Gehlen, o segundo Wittgenstein, Geertz) colidem frontalmente com a perspectiva evolucionária e jogam muita água no moinho de Haddad. Ainda assim, porém, ele considera que a alienização, como processo estruturador de relações triádicas contraditórias, aparece com timidez também no universo da linguística (como já aparecera do mesmo modo acanhado no universo da antropologia). Entre os biólogos, observa ele, a situação é compreensível, porque não há contradição na natureza, já que não há aí dimensão simbólica nem temporalidade histórica. No campo da antropologia e da linguística, no entanto, a história poderia ter sido outra, mas, para tanto, o problema da contradição não poderia ter sido contornado.

Como nos informa Haddad, ele deixou para o final a análise do “instinto da linguagem” porque este é, segundo sua visão, o que pode ensejar os maiores equívocos. Para ele, o erro da psicologia evolutiva foi ter recorrido a uma proposição do filósofo e psicólogo americano William James, que, da premissa razoável “todo instinto é um impulso”, chega à conclusão errônea “todo impulso é um instinto”. Para James, apesar de serem cegos os impulsos, a memória do ser humano e sua capacidade de reflexão e inferência vão reforçando determinados instintos à medida que seus resultados vão sendo experimentados. Assim, não existiria antagonismo entre razão e instinto. Seríamos simultaneamente mais instintivos e mais racionais que os demais animais.

O equívoco de James tem consequências até hoje. Para Haddad, ele aparece claramente, por exemplo, no trabalho contemporâneo do psicólogo e linguista americano Steven Pinker, que considera a linguagem uma adaptação evolutiva, instintiva e produto da seleção natural. Na defesa de suas posições, Pinker recorre também à gramática gerativa de Noam Chomsky. Para o famoso linguista e humanista americano, a capacidade da linguagem de fato é inata. Numa proposição sua bastante conhecida, a linguagem não é

um repertório finito de respostas; antes, ela funciona como uma gramática mental, que produz um ilimitado conjunto de sentenças a partir de uma lista finita de palavras — o que abre as portas para um uso criativo da linguagem, que também a define. Mas uma coisa é defender o caráter inato da linguagem; outra bem diferente é defender seu caráter instintivo.

Segundo Haddad, depois de flertar com a perspectiva darwinista determinística da teoria da evolução, influenciado que fora pelo trabalho do linguista e neurocientista alemão Eric Lennenberg (que demonstrara que a linguagem tem um componente genético, ainda que não haja necessidade de conceber genes para a linguagem), Chomsky abandona de vez esse paradigma. Passa então a admitir um processo estocástico de contingência e acaso, de modo que as engrenagens do motor evolutivo estariam sujeitas a “golpes de sorte biológicos”. Para ele, o registro paleoarqueológico da linhagem *homo* corrobora a visão não gradualista do surgimento da linguagem humana. Segundo Chomsky, este “curioso objeto biológico”, este artefato, apareceu na Terra muito recentemente e da perspectiva biolinguística deve ser pensado como “um órgão do corpo”, comum a todos os indivíduos da espécie humana.

Segundo Haddad, na perspectiva de Chomsky, foi o elemento universal da linguagem, ou seja, o procedimento gerativo que fornece seus princípios, que emergiu de repente do ponto de vista evolucionário (num golpe de sorte biológico). A diversidade adviria do fato de os princípios não determinarem todas as respostas para todas as perguntas sobre a linguagem, mas deixarem algumas perguntas como parâmetros. Assim, para Chomsky, foi a capacidade da linguagem que evoluiu e permanece a mesma desde que nossos antepassados deixaram a África. Já as línguas não evoluem, elas mudam, pois não têm existência fora de sua representação mental. Suas propriedades são dadas pelos processos mentais dos seres humanos e estão associadas a seu uso.

Segundo Haddad, Chomsky ecoa aqui Wilhelm Humboldt, que teria enfatizado muito fortemente o caráter criativo da língua, caracterizando-a como *energeia* (atividade em grego). Inspirado nele, o linguista americano

vai afirmar que há uma distinção entre a forma da língua, fixa e invariável, e o caráter da língua, que pode ser modificado e enriquecido pelos indivíduos como meio de expressão de suas culturas específicas. A esse respeito, Haddad lembra também que Humboldt sublinha o caráter nacional da linguagem. A linguagem seria a exalação mental da vida nacional, como se a nação fosse uma individualidade. Para ele a linguagem é produto da natureza humana, mas a diversidade das formas de linguagem determina como os seres humanos pensam.

Nesse sentido, segundo Haddad, os trabalhos recentes de Michael Tomasello e Svante Pääbo parecem estar respaldando a hipótese de que a aquisição de uma determinada língua afeta o modo como os seres humanos conceituam o mundo. A ideia desses dois pesquisadores é que nós desenvolvemos e herdamos uma capacidade biológica de viver culturalmente, o que significa que os seres humanos adquiriram a capacidade de compreender uns aos outros como seres intencionais.

Apesar de sua identificação com muitas das abordagens e correntes aqui sumariadas, segundo Haddad elas ainda seriam prisioneiras de duas noções diferentes de temporalidade: a newtoniana, física, mecânica e eterna, ou seja, da física (mundo inorgânico), e a bergsoniana, vital, criativa e cumulativa, ou seja, da biologia (mundo orgânico). Para ele é preciso introduzir uma terceira, a temporalidade da cultura, tal como formulada pelo biólogo francês François Jacob. Nessa temporalidade, existe a capacidade do ser humano de projetar o futuro, de criar mundos possíveis (o que lembra a ideia de Gehlen de que a cultura é continuamente transformada segundo um projeto, o que não se verifica na zoologia). Para Haddad, considerada a temporalidade de Jacob, a linguagem não seria nem um instinto, nem um artefato, mas o resultado de uma mudança biológica que conferiu a um determinado ser vivo a capacidade de se projetar no tempo.

O aparecimento da linguagem simbólica, portanto, seria mais do que uma mera transição “por dentro” da dimensão biológica. Seu advento teria lançado o homem numa outra dimensão de temporalidade, evidência adicional



de que uma ciência que estuda o ser humano não pode ser reduzida à biologia. Aqui, mais uma vez, uma tese fundamental para nosso autor. Sem a capacidade de se projetar no tempo e inventar um futuro, não estaríamos falando de natureza humana, tampouco de emancipação. Não haveria resgate da dimensão utópica a ser efetuado, como reza a proposta do livro, que ele declina em sua apresentação.

### **Tarefa da crítica e pensamento radical**

Dimensão simbólica e temporalidade histórica implicam contradição e, segundo Haddad, ao expulsarem a contradição de seu repertório, as humanidades estão deixando-se biologizar. A tarefa da crítica da qual nosso autor se encarrega em *O Terceiro Excluído* é justamente a de contribuir para o resgate das humanidades e de seu potencial a fim de enfrentar os problemas experimentados hoje pela ameaçada espécie humana. Para ele, como vimos, o resgate passa pela dialetização da antropologia e pela antropologização do materialismo histórico.

Situando a contradição naquilo que para ele se mostra como o lugar certo, ou seja, na relação entre as diferentes culturas, a economia e a religião passam a ser vistas como duas de suas expressões, mediadas pela linguagem. Parece claro que uma concepção como essa coloca em xeque o conceito de modo de produção, o qual constitui o coração do materialismo histórico, o que questionaria igualmente a afirmação de Haddad de que sua interpretação se mantém nesse campo.

Nesse sentido, arrisco aqui um termo de conciliação. Se é verdade que a linguagem tem caráter disruptivo e produz uma outra natureza, não é menos verdade que a generalização da forma mercadoria, capturando a própria substância do valor (a força de trabalho) e pondo o capital, tem igualmente caráter disruptivo, pois produz uma outra economia, ou, nos termos do próprio Haddad, uma economia “de pernas para o ar”.

Essa nova dimensão da vida cultural, que a posição do capital gera, constitui efetivamente um “modo de produção”, pois só aí a produção (e não o ser humano) é a finalidade da instância material da vida social. Quando olhamos para trás na história, vemos “modos de produção” em operação, mas eles de fato não estão lá. Ainda que possamos mapeá-los com os conceitos que nossa posição na história permitiu criar, em sua realidade eles não operam como modos de produção efetivos. Trata-se, antes, de modos de produção da vida social, mas não de vida social comandada pela produção. Em outras palavras, o conceito em sua *Wirklichkeit* (realidade efetiva) só existe pelo capitalismo e é inaugurado por ele. Nas etapas anteriores, é uma pressuposição (está e não está posto), pois, ainda que haja economia, seu motor não é a produção pela produção.

Assim, a despeito de admitir que não foi a luta pela sobrevivência que provocou relações contraditórias, mas sim o processo de alienização, o qual produziu a economia (e a religião), isso não nos impede de admitir que, a partir do capitalismo, com a segunda natureza no comando, como observa o próprio Haddad, é a luta por “ganhar a vida” que assume de fato o proscênio<sup>10</sup>. Quais as consequências disso para o processo de alienização em si mesmo é algo que um programa de pesquisa na linha inaugurada por Haddad poderá investigar.

Mas, seja como for, com ou sem a conciliação aqui proposta, não se pode deixar de notar que as consequências fortes da interpretação de Haddad, por meio da especulação investigativa que se impôs, são tributárias de seu pensamento radical. A tarefa da crítica não é confortável e ele não fez concessões.

---

<sup>10</sup> Ou, na síntese poética perfeita do meu marido Airton Paschoa:

contradição em sermos

ganhar a vida e ter de ganhar a vida



## TRIBUTO A CONCEIÇÃO TAVARES

No dia 8 de junho de 2024, toda a comunidade de economistas do Brasil, em especial a heterodoxa, recebeu a triste notícia do falecimento da mais brilhante economista de nossa história. Portuguesa de nascimento, brasileira por escolha, Maria da Conceição Tavares foi a professora que formou gerações e mais gerações de economistas heterodoxos no Brasil. Não é possível falar do pensamento econômico brasileiro sem fazer menção a suas obras sobre o processo de desenvolvimento brasileiro e o capitalismo mundial. O desenvolvimentismo latino-americano teve na voz de Tavares algumas das suas mais originais, potentes e provocativas formulações. Suas análises de economia política, desenvolvimento, economia política internacional, industrialização e financeirização no Brasil e na América Latina são referência inescapável para compreender o pensamento econômico crítico que se construiu por aqui.

Os estudos de Tavares estiveram no centro de alguns dos principais debates do pensamento econômico brasileiro do século XX e início do século XXI. Lembremos, por exemplo, a discussão com Celso Furtado sobre as possibilidades de crescimento no Brasil no início da ditadura,<sup>1</sup> ou a controvérsia sobre o padrão de acumulação brasileiro durante o período do “milagre” e no pós-milagre,<sup>2</sup> ou as contendas acerca da natureza

---

<sup>1</sup> Trata-se aqui do famoso texto “Além da Estagnação”, escrito em coautoria com José Serra e publicado em 1963.

<sup>2</sup> Aludimos às célebres teses da professora, de livre-docência, na Unicamp, em 1974, *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*, e de titularidade, na UFRJ, em 1978, *Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira*.

da inflação brasileira nos anos 1980<sup>3</sup>, ou ainda as polêmicas sobre o destino da hegemonia americana e do sistema monetário internacional que adentraram o presente século.<sup>4</sup> Assim, ao longo de décadas, a grande pensadora interpretou, com indiscutível protagonismo, não só nosso país, sua economia periférica, seus descaminhos e desafios, mas igualmente as intempéries do processo de acumulação mundial.

Conceição Tavares foi também responsável por ajudar a disseminar no Brasil as formulações de importantes nomes do pensamento heterodoxo internacional, figuras incontornáveis até hoje para a heterodoxia brasileira, como John Maynard Keynes, Michal Kalecki, Josef Steindl e Joseph Schumpeter, além de sempre reforçar a importância dos clássicos da economia política e de Karl Marx para o seu pensamento e suas pesquisas. A relação de Conceição Tavares com os clássicos do pensamento econômico, porém, se fazia sem dogmatismos, marcada inclusive por certo ecletismo, como indica Ricardo Bielschowsky em artigo de 2010.<sup>5</sup> Não à toa o cineasta José Mariani, que dirigiu, em 2019, um documentário cinebiográfico sobre a grande mestra, deu-lhe o título de *Livre Pensar*.

É preciso igualmente observar quão importante foi o protagonismo de Conceição Tavares, desde os já longínquos anos 1960, numa disciplina e numa profissão ainda hoje predominantemente masculinas. Ela foi, por exemplo, uma das poucas mulheres economistas que fez parte dos quadros da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), instituição à qual esteve vinculada entre 1961 e 1974 e que, segundo suas próprias palavras,

---

<sup>3</sup> Veja-se, por exemplo, o famoso artigo “As Ilusões da Inflação”, escrito com Luiz Gonzaga Belluzzo e publicado, em 27 de fevereiro de 1985, na revista *Senhor*, n. 206, em que os autores apontam as limitações das teses inercialistas.

<sup>4</sup> As referências aqui, além do conhecido e premonitório estudo sobre a retomada da hegemonia americana e a diplomacia do dólar forte (*Revista de Economia Política*, vol. 5, n. 2, abril-junho de 1985), são os livros que resultaram de sua parceria com José Luís Fiori, *Desajuste Global e Modernização Conservadora*, de 1993 (editora Paz e Terra), e *Poder e Dinheiro*, de 1997 (editora Vozes)

<sup>5</sup> O artigo, que traz por título o nome da professora, foi publicado na *Revista de Economia Contemporânea* (vol. 14, n.º 1).

teve enorme importância em seu pensamento.<sup>6</sup> A substantiva difusão das ideias da Cepal no Brasil, por sinal, também deve muito à grande economista, a partir sobretudo da influência de Aníbal Pinto e Celso Furtado, os quais chamou ela sempre de mestres.

Mas, acima de tudo, Tavares foi uma intelectual orgânica, no sentido gramsciano, engajada naquilo que considerava o interesse da classe trabalhadora. Sua reflexão, seja em obras de maior grau de abstração, seja em análises concretas de nossa situação específica, sempre tinha lado: era com o Brasil, sim, mas principalmente com os trabalhadores brasileiros que ela se preocupava em primeiro lugar.

Os marcos que definiam sua atuação nas mais diferentes frentes de luta — como professora na UFRJ e na Unicamp, como economista em instituições como o BNDES (à época, BNDE) e Cepal, como militante política e deputada federal pelo PT do Rio de Janeiro (legislatura 1995-1998) — eram o desafio do desenvolvimento nacional, de olho em suas possibilidades e sempre na defesa da classe trabalhadora, e o sentido fundamentalmente social das questões econômicas, pois, para ela, economia era, em essência, economia política. Não por acaso suas aulas de economia política, disponíveis na página do *youtube* do Instituto de Economia da Unicamp, ganharam recentemente um *boom* nas redes sociais: eram inigualáveis o afimco e disposição com que defendia suas teses, a energia e tenacidade que colocava na defesa de suas causas.

Mesmo com sua perspectiva desenvolvimentista, Conceição Tavares foi economista revolucionária, peça decisiva na formação do pensamento crítico e heterodoxo no Brasil e na América Latina, uma mulher em um campo masculinizado e altamente misógino, uma refugiada política em mais de uma ocasião (em 1954 migrou para o Brasil fugindo da ditadura de Salazar em Portugal; foi exilada política no Chile no período da ditadura

---

<sup>6</sup> Ver sua entrevista para o livro *Conversas com Economistas Brasileiros*, organizado por José Márcio Rego, Ciro Biderman e Luís Cozac, publicado em 1996 (Editora 34).

militar brasileira; e no Chile de Allende sofreu o golpe de Pinochet em 1973, tornando-se novamente exilada política).

Nos solidarizamos e dirigimos nossos sentimentos a sua família, amigos e colegas, e nos juntamos ao luto pela perda irreparável. Por isso, por expressar os valores basilares da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), reforçamos o compromisso com o legado que nos deixou a mestra incomparável, de crítica e combate em favor da classe trabalhadora.

Maria da Conceição Tavares, presente!

Comitê Editorial

## CARTA DE MARABÁ

No momento em que o Enep é realizado pela primeira vez na região Norte do Brasil, a tragédia climática já emite sinais de que o futuro da humanidade está em risco. Em 2023, uma enorme seca na região amazônica afetou a vida de milhares de pessoas, e chuvas torrenciais no Sul do país, que se repetiram no início de 2024, igualmente dizimaram vidas e condições de existência de milhares de pessoas. O modelo de desenvolvimento brasileiro dá sinais de sua incapacidade em frear e solucionar a crise climática que está em curso.

A realização da COP30 na Amazônia parece constituir um esforço dos causadores da crise climática em eximir-se de sua culpa e propor soluções pela via do mercado sem combater sua principal causa, que é o capitalismo, que, sabemos, mata, mas, agora também sabemos, põe em risco o futuro da humanidade. O modelo de acumulação capitalista em vigor na região amazônica tem a mineração e o agro-negócio como principais vetores, e seus resultados são amplamente conhecidos: degradação e conflitos socioambientais, silenciamento e destruição dos modos de vida tradicionais, concentração fundiária e de renda, violência no campo, espoliação da riqueza. A possibilidade de ampliação da exploração do petróleo na Amazônia e a consequente mobilização produtiva necessária para isso trarão grandes impactos socioambientais na megabiodiversidade da região, podendo acentuar as vulnerabilidades das comunidades e povos tradicionais. O avanço



do capital fóssil em plena emergência climática evidencia essa contradição inadmissível.

Por outro lado, não temos sequer vislumbrado por parte do governo federal alternativas concretas e estruturais para o enfrentamento desses problemas. As contradições do modelo econômico vigente se acentuam e se explicitam. Em particular, as políticas de austeridade continuam constituindo os princípios norteadores da política econômica. O assim chamado Regime Fiscal Sustentável, cuja validade se iniciou em 2024, tem mostrado em tão pouco tempo os seus limites em recompor o orçamento público na educação e na ciência e tecnologia, e em outras políticas públicas importantes. O arcabouço estrangula também qualquer esforço de enfrentamento da própria crise ambiental. Na agenda política, a ameaça de extinção dos pisos constitucionais em educação e saúde e de supressão de outros direitos, inclusive os previdenciários, vai se impondo, atestando a incompatibilidade do arcabouço fiscal com as necessidades do povo brasileiro e os desafios climáticos.

Outra prova disso é que, no momento em que o XXIX Enep é realizado, a educação federal – incluindo docentes, técnicos-administrativos e também o corpo discente – está em greve por recomposição salarial, pela reestruturação das carreiras de docentes e técnicos-administrativos, pela recomposição orçamentária, principalmente para a pasta da Educação, e por melhores condições de permanência na Universidade para os discentes. Especialmente entre as universidades federais, a greve tem a adesão de 57 seções sindicais da base da Andes (Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior), além de institutos federais e centros federais de educação superior.

A Sociedade Brasileira de Economia Política reafirma a sua missão enquanto sociedade científica de apresentar-se como um espaço de reflexão crítica, congregando a produção de saber científico no campo das ciências sociais, e sua importância cresce neste momento trágico e decisivo da humanidade. E, como não poderia deixar de ser, a construção desse debate crítico

não pode prescindir do envolvimento da produção científica realizada nos centros de pesquisa localizados na Amazônia brasileira. E, especialmente, apontar que o enfrentamento dessas questões deve ser construído em um diálogo direto com os povos diretamente afetados pela tragédia climática, e que têm nas suas lutas sociais saberes específicos que devem ter sua relevância reconhecida na construção das alternativas de futuro.

## NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

### CONDIÇÕES DE SUBMISSÃO

Os(As) autores(as) se obrigam a verificar a conformidade da submissão a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas.

1. A contribuição é original e inédita, o que significa que o manuscrito submetido não foi publicado anteriormente e não está sendo avaliado para publicação em outra revista.
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.
3. URLs para as referências foram informadas quando possível.
4. O texto está em espaço 1,5; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.
5. O trabalho respeita os limites de páginas estabelecidos pela Revista, ou seja, o máximo de 25 laudas em formato A4, para artigos; 4 laudas para resenhas. Em ambos os casos, o limite estabelecido inclui as notas, referências bibliográficas, gráficos e ilustrações. Fica a cargo do comitê editorial a decisão acerca de eventuais exceções a estas regras.
6. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em [Diretrizes para Autores\(as\)](#).
7. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), assegurar que a avaliação seja às cegas [verificar item 6 das [Diretrizes para Autores\(as\)](#)].

## DIRETRIZES PARA AUTORES(AS)

1. A *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política (RSEP)* publica artigos inéditos e originais, em português ou espanhol. Em casos específicos, a serem definidos pelo Comitê Editorial, será aceita a publicação simultânea em revistas estrangeiras (inserir essa informação no ato da submissão em “Comentários ao Editor”). Além disso, são aceitas submissões de traduções de textos inéditos em português ([leia o tutorial específico para esta modalidade](#)) que tragam contribuições relevantes para os debates compreendidos no foco e no escopo da revista.
2. Todos os manuscritos submetidos à revista devem estar dentro da **orientação editorial** (ver [Sobre a Revista](#)), e os textos passarão por uma avaliação preliminar do Comitê Editorial, que verificará se o manuscrito segue as diretrizes da revista e se se enquadra em seu foco e escopo. Na fase de avaliação inicial, os editores também checarão se os autores seguiram as normas de ética e de boa conduta, de modo a evitar plágio ou autoplágio. Em seguida, os manuscritos serão submetidos à apreciação de, pelo menos, dois pareceristas do Conselho Editorial ou de especialistas escolhidos *ad-hoc*. Os textos podem ser aprovados ou rejeitados e, no caso de divergência, serão enviados para um terceiro parecerista.
3. Os trabalhos submetidos à revista **não** devem estar identificados, para garantir a avaliação às cegas. Isso significa, basicamente: (1) não conter o nome dos(as) autores(as); (2) não conter qualquer referência textual que identifique a autoria dos trabalhos (exemplo: “como disse em outro trabalho”). Para mais informações, verificar item 6. Também é necessário transferir, como documento suplementar, uma versão do texto identificada com o nome do(s, a, as) autor(es, as) e a identificação institucional, da forma como se deseja que apareçam na revista, incluindo-se o email e o número Orcid dos(as) autores(as) [e tradutores(as), quando couber]. Esta versão não será acessada pelos(as) avaliadores(as).
4. A remessa de originais à revista implica autorização de publicação. Não serão pagos direitos autorais.

5. Para a submissão, é necessário se cadastrar no sistema da Revista da SEP. Para tanto, acesse a página de cadastro. Se já está cadastrado, faça login como **Autor**. No lado direito da tela, sob o menu **Autor**, encontra-se o *link* “Nova submissão”. Clique e siga os passos para submeter o trabalho.

**6. Assegurando a avaliação cega por pares:** Para garantir a integridade da avaliação cega pelos pares, todo esforço deve ser feito a fim de evitar que a identidade de autores(as) e revisores(as) seja conhecida. Autores(as), editores(as) e revisores(as) (que carregam documentos como parte de sua revisão) devem verificar se as seguintes medidas foram tomadas em relação ao texto e às propriedades do arquivo:

- Os(as) autores(as) do documento devem excluir seus nomes do texto, das referências e das notas de rodapé, utilizando em seu lugar “Autor” e “Ano”, em vez do nome, título do artigo etc.
- Em documentos do Microsoft Office , a identificação do autor deve igualmente ser removida das propriedades do arquivo (no menu do Word: Arquivo, Informações, Verificando Problemas, Inspeccionar Documento, Inspeccionar, Remover Tudo).
- Com PDFs, os nomes dos(as) autores(as) também devem ser removidos das Propriedades do Documento, encontradas na opção Arquivo no menu principal do Adobe Acrobat.

Para submeter os manuscritos, é necessária a utilização da seguinte formatação:

- margens: 3 cm para as margens direita e esquerda e 2,5 cm para as margens superior e inferior;
- fonte: Times New Roman, tamanho 12 e entrelinhas com 1,5 de espaçamento;
- para artigos e traduções (tutorial específico para traduções), o tamanho máximo é de 25 laudas em formato A4; para resenhas, o limite é de 4 laudas, sendo publicadas resenhas de livros que tenham sido lançados no Brasil ou no exterior nos três últimos anos. Fica a cargo do comitê editorial a decisão

acerca de eventuais exceções a estas regras;

– numerar as tabelas, os gráficos e as figuras; e, se estiverem em arquivo separado, colocar a indicação precisa de sua posição no texto.

### **Normas para citação no interior do artigo**

1) Utilizar sempre a notação americana, ou seja, logo após observação acerca do(a) autor(a) ou a citação direta ou indireta de uma de suas obras, colocar entre parênteses sobrenome do(a) autor(a), ano de publicação da obra e página onde se encontra a citação. A depender da redação, o nome do(a) autor(a) pode ficar fora dos parênteses. Em caso de autor(a) estrangeiro(a) e tradução própria, escrever “tradução nossa” fechando o parêntese.

#### Exemplos

a) Ideias mobilizadoras, capazes de conciliar esse conflito, poderiam desempenhar a função ideológica. (LUKÁCS, 2013, p. 474-479)

b) Segundo Ceceña (2009, p. 43), com *Dialética da Dependência*, Marini dá um salto epistemológico.

c) Como disse o mesmo autor anos depois, “diante do capital, todos os seres humanos são iguais: uma modista e um ferreiro”. (MARX, 2013, p. 327)

2) Não utilizar notas de pé de página para informações relacionadas a referências bibliográficas, salvo se tratar de sugestões de leitura e/ou de autores/obras não citados no corpo principal do texto, como nos exemplos abaixo:

#### Exemplos de notas de pé de página com referências:

Sobre o tema ver também Wallerstein (2003) e Chesnais (2003).

Em outras obras, o autor também trata do tema. Conferir Furtado (1961 e 1967).

## **Normas para referências ao final dos artigos**

Norma geral: nos destaques de livros, revistas etc., utilizar sempre itálico, nunca negrito. Nunca usar ponto final.

### **Livros**

Autor. Título em itálico. Edição. Cidade da editora: nome da editora, ano de publicação

Exemplo:

ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014

### **Livros com subtítulo**

Autor. Título em itálico e subtítulo sem itálico precedido de dois pontos. Edição. Cidade da editora: nome da editora, ano de publicação

Exemplo:

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro 1930-1964: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004

**Livros traduzidos** (com nome do(a) tradutor(a), inclusive quando se trata de tradução para outra língua, como do alemão para inglês, francês, espanhol etc.)

Autor. Título em itálico. Tradutor. Edição. Cidade da editora: nome da editora, ano de publicação

Exemplo:

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. 1. ed. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018

### **Capítulo de livro**

Autor do capítulo. Título do capítulo. In: organizador do livro. Título do livro, em itálico. Tradutor (quando for o caso). Edição. Cidade da editora: nome da editora, ano de publicação

Exemplo:

PLIHON, D. As grandes empresas fragilizadas pela finança. In: CHESNAIS, François (org). *A finança mundializada*. Tradução de Rosa Marques e Paulo Nakatani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2005

### **Artigo em periódico**

Autor do artigo. Título do artigo. Nome do periódico (em itálico), volume (quando houver), número, páginas do artigo, mês e ano de publicação

Exemplo:

CARCANHOLO, Marcelo. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 12, n. 1, p. 247-272, maio/ago 2008

### **Artigos em anais**

Autor do artigo. Título do artigo. In: Nome do evento que gerou os anais. Cidade onde ocorreu o evento. Editora (se houver), páginas do artigo, ano de publicação

Exemplo:

DUFORT, D. Transformations de l'économie mondiale et crises de la régulation étatique. In: Colloque État et Régulations, Lyon, 1980. Anais do Colloque État et Régulations. Lyon: PUF, p. 49-72, 1980

### **Teses, dissertações e monografias**

Autor. Título em itálico. Tipo de trabalho (tese, dissertação ou monografia e área de conhecimento). Instituição onde foi defendida, cidade, ano.



Exemplo:

TEIXEIRA, Rodrigo A. *Dependência, desenvolvimento e dominância financeira: a economia brasileira e o capitalismo mundial*. Tese de doutorado em economia. IPE-USP, São Paulo, 2007

### **Outros documentos**

Instituição ou órgão veiculador. Título em itálico. Cidade da publicação: instituição ou órgão veiculador, ano.

Exemplo:

IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil - 1995*. Rio de Janeiro: IBGE, 1995

### **Materiais de blogs ou sites**

1) Com autoria:

Autor. Título (em itálico). Ano. Site/blog (entre os sinais < >, precedido dos termos *Disponível em:* ). Data de acesso entre colchetes.

Exemplo:

PRADO, Eleutério. *Crise e corrupção na economia vulgar*. 2023. Disponível em: <<https://eleuterioprado.blog/>>. [Acesso em: 25/11/2023]

2) Com entidade:

Instituição ou órgão veiculador. Ano. Site/blog (entre os sinais < >, precedido dos termos *Disponível em:* ). Data de acesso entre colchetes.

Exemplo:

IPHAN. *Cais do Valongo (RJ)*. 2022. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/818/>>. [Acesso em: 25/10/2022]

3) Com dados:

Instituição responsável. Caminho de Acesso. Ano. Site/blog (entre os sinais < >, precedido dos termos *Disponível em:* ). Data de acesso entre colchetes.

Exemplo:

BACEN. Tabelas especiais>Setor externo>Balanço de Pagamentos>Séries históricas BPM6. 2019. Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Tabelas\\_especiais/BalPagAbpm6.xls](https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Tabelas_especiais/BalPagAbpm6.xls)>. [Acesso em: 21/09/2020]

### **Referências sobre mesmo autor**

Repetir o nome do autor em todas as referências.

Exemplo:

POSTONE, Moishe. Labour and the Logic of Abstraction: An Interview. *South Atlantic Quarterly*, Spring 2009

POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. Tradução: Amilton Reis, Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014

### **Política de Privacidade**

Os nomes e endereços informados serão usados exclusivamente por esta publicação, não sendo disponibilizados a terceiros ou a outras finalidades.

## ORIENTAÇÃO EDITORIAL

A *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* publica artigos acadêmico-científicos de diversas tendências teóricas inspiradas em Marx, Keynes, Schumpeter, entre outros, desde que mantenham atitude crítica em relação ao capitalismo ou expressem oposição teórica às correntes ortodoxas, liberais ou neoliberais. Ademais, o periódico faz opção clara por artigos que não privilegiam a linguagem da matemática e não tratam a sociedade como mera natureza.

Em suma, a *Revista da SEP* discorda fortemente dos critérios de cientificidade dominantes entre os economistas por considerá-los inadequados e falsos. Considera, além disso, que esses critérios têm sido usados como forma de discriminação contra o que há de melhor e mais relevante em matéria de investigação científica nessa esfera do conhecimento.

Dentro desta orientação editorial e respeitados os requisitos básicos de um trabalho científico de qualidade, a *Revista da SEP* mantém o compromisso de julgar com isenção os trabalhos submetidos.

Faculdade de Economia – Universidade Federal Fluminense  
Campus do Gragoatá, bloco F, sala 519 – Niterói, RJ - 24240-225  
[www.sep.org.br](http://www.sep.org.br) – [sep@sep.org.br](mailto:sep@sep.org.br)  
[www.revistasep.org.br](http://www.revistasep.org.br)

Acessar o sistema *on-line* da Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política em <http://revistasep.org.br> ou enviar *e-mail* para a equipe editorial pelo endereço [revista@sep.org.br](mailto:revista@sep.org.br).

